

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 — Série VII — N.º 788
2 de Fevereiro de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

Contra o pacote que só o Governo quer



Lisboa



Porto



Coimbra



Viseu

Adesão de massas por todo o País

- **Resoluções da CGTP aprovadas em manifestações nacionais. Dezenas de milhares de pessoas recusam projectos legislativos do Governo. Reclamados 13,5 por cento de aumento médio nos salários**
- **Dia 9: jornada nacional na Função Pública; recusados os 7 e meio do Governo/UGT**
- **Não foi afastado o recurso à greve geral**
- **Convergem para amanhã várias greves, incluindo os metalúrgicos, a EPAC e a Silopor**
- **Médicos podem aprovar uma greve nacional**

Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana



Depoimentos de dirigentes da FESTRU, da Federação dos Ferroviários, do Sitava e do Sindicato dos Transportes Fluviais

Transportes param amanhã contra a política da marcha-à-ré

Pág. 5/Semana

O bom, o mau e o vilão Integração na CEE *Em Foco*

GÁS NATURAL

As vantagens e as desvantagens do gás natural como alternativa energética. Um ponto da situação no mundo, na Europa e em Portugal. Entrevista com Oliveira Dias, vereador CDU da Câmara Municipal do Porto.

Págs. 4 e 5/Em Foco

Mensagem do CC do PCUS

O Comité Central do PCP recebeu do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a mensagem que reproduzimos:

Caros camaradas:

Aceitem a sincera gratidão pelos sentimentos de profundo pesar e solidariedade fraternal, manifestados pelos comunistas portugueses na sequência da enorme calamidade que sofreu o nosso país — o terramoto na Arménia.

O Comité Central do Partido Comunista da União Soviética

Contra a degradação da saúde

«A luta de todos os trabalhadores de saúde e também dos médicos que a curto prazo vai assumir a forma de greve (nos dias 8, 9 e 10 de Fevereiro), insere-se cada vez mais no amplo movimento social de protesto contra a política antipopular e anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva e tem contribuído de forma crescente para o seu isolamento.»

(Da Nota do Executivo da Comissão Política do CC do PCP — pág. 6/Semana)



PCP recebe Farouk Kaddumi

Uma delegação do PCP constituída por Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central; Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do CC e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, recebeu Farouk Kaddumi, chefe do Departamento Político da OLP, que se encontrava acompanhado por Issam Beseisso, representante da OLP em Portugal, e Feisal Oweideh, representante da OLP em Londres.

Pág. 16/Semana

«A Perestroika é um imperativo»

Incrementar o potencial intelectual da «Perestroika» foi o tema central do primeiro encontro de Mikhail Gorbachev com círculos sociais, este ano, onde se esboçaram análises e perspectivas, se apontaram a dedo problemas e, sobretudo, se afirmou a inabalável e fundamental confiança na «Perestroika»

Pág. 14/Semana

Editorial

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 788

2 de Fevereiro de 1989

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Saibamos escutar a mensagem do povo em luta

As importantes acções de massas da semana última, outras em curso, outras ainda programadas para os dias próximos, assinalam o vigoroso recrudescer da luta e a tomada de consciência dos trabalhadores e de outros vastos sectores socio-profissionais da nossa população em defesa dos seus interesses vitais rudemente ameaçados e atingidos pela política governamental.

As grandes manifestações populares de sexta e sábado em nove dos principais centros populacionais do País, participadas por muitas dezenas de milhares de manifestantes; as greves da CP, da Cometa, da Covina, dos vidreiros da Marinha Grande e outras, exprimiram vivamente o protesto e a inequívoca contestação contra a política laboral concreta do Governo PSD/Cavaco Silva e a crescente oposição aos torvos projectos governamentais de legislação do trabalho gravemente atentatórios dos direitos elementares dos trabalhadores, designadamente do repudiado e «recauchutado» «pacote laboral», cuja promulgação depende agora exclusivamente do Presidente da República que, de maneira incompreensível, não o quis submeter ao Tribunal Constitucional.

Anteontem em Lisboa cerca de 2000 compar-tes dos Baldios dos distritos de Coimbra, Viseu e Porto vieram até à Assembleia da República vincar o seu protesto contra uma legislação que afecta gravemente os direitos e interesses das populações rurais.

Os médicos que anunciam greves para meados do mês, professores, trabalhadores da Função Pública e outros sectores profissionais, movimentam-se contra uma política e medidas governamentais que atingem gravemente os seus interesses e a própria prestação de serviços de eminente utilidade social.

Amanhã uma nova e grande jornada de luta dará continuidade à aberta contestação popular da política cavaquista nas últimas semanas: greve nacional dos transportes ferroviários e rodoviários, dos transportes urbanos de Lisboa e Porto e fluviais do Tejo e dos metalúrgicos, para as quais se prevê uma participação a rondar os 260 000 trabalhadores numa grandiosa acção que constituirá sem dúvida nova e conclusiva resposta à política antilaboral e antipopular do cavaquismo governante.

Greves, manifestações e protestos amplamente reveladores da verdadeira imagem social e política do País que nos dias actuais forneceu da situação portuguesa a sua principal característica.

Esta imagem contrasta radicalmente com a dos chavões de exportação do Primeiro-Ministro impingida neste fim de semana aos seus anfitriões da Suíça onde se deslocou para participar num «Forum Mundial dos Negócios».

Referindo as motivações da sua participação, Cavaco Silva disse textualmente em Davos que o seu primeiro objectivo «era dar a conhecer (aos homens de negócios) o novo Portugal internacional; o Portugal que aderiu à CEE; o Portugal da estabilidade política; o País que finalmente está a fazer aquelas reformas de fundo indispensáveis para a modernização da sociedade portuguesa».

De facto, o povo português anseia por um país renovado onde a liberdade, a democracia, o bem estar social sejam a base do seu progresso e modernização. E porque é esse o seu anseio mostra-se cada vez mais desafectado, repudia já numa escala ascendente, o «novo Portugal» que está saindo da fúria devastadora e restauracionista do cavaquismo governante.

De facto, o povo português metido sem ter sido suficientemente informado nem consultado, na Comunidade Económica Europeia, deseja de maneira crescente que a integração na CEE — facto consumado mas não insusceptível de negociação mais favorável aos interesses nacionais — seja utilizada, mesmo a contragosto dos parceiros mais fortes que a dirigem, num sentido útil ao seu desenvolvimento económico, social e tecnológico, na superação do seu atraso em relação aos países mais desenvolvidos da CEE.

O povo português quer ver ressaltadas e respeitadas a sua independência nacional, as suas instituições democráticas específicas e não deseja que sejam dissolvidas no amorfismo da supranacionalidade que põe nas mãos dos grandes grupos multinacionais a condução dos seus destinos, não pode aceitar que Portugal se torne numa aldeia dos países capitalistas mais desenvolvidos da CEE e num mercado aviltante de mão-d'obra a baixo preço para garantia do lucro máximo dos grandes potenteados eurocentrais.

O povo português quer ser um membro de iguais direitos e vantagens e não um contribuinte líquido da Comunidade para que aponta a política pró-monopolista do Governo PSD/Cavaco Silva; quer defender-se da impiedosa agressão comercial e da desenfreada concorrência dos países mais desenvolvidos na perspectiva do «mercado único» de 1992; quer exercer o controlo nacional do seu processo produtivo e não aliená-lo a favor dos «investidores» estrangeiros, como está a verificar-se e aos quais o Governo e

pessoalmente o Primeiro-Ministro acena com o acicate da exploração a misero preço da mão-d'obra portuguesa.

Por último, o povo português deseja a estabilidade política mas assente no funcionamento normal das suas instituições, no livre exercício dos seus direitos, liberdades e garantias constitucionais e não a «paz-de-cemitério» da «estabilidade» cavaquista; anseia de facto por reformas de fundo que corrijam e anulem os nossos desequilíbrios estruturais, sociais e regionais e não as «reformas de fundo» cavaquistas, assentes na destruição das conquistas fundamentais de Abril, na acelerada reconstituição do capitalismo monopolista de Estado, na revisão subversiva da Constituição em que activamente se empenha a direita governante, neste último aspecto com a inqualificável colaboração do PS.

A vigorosa resposta de massas dos trabalhadores e de outros vastos sectores da população portuguesa à política antipopular e antinacional do Governo está, além disso, a pôr a nu a visão corporativista da chamada «política de concertação social» da clique Cavaco, Cadilhe & C.ª.

Os acontecimentos da última semana sobejamente o comprovam.

Torna-se evidente que Cavaco, Cadilhe & C.ª, em concerto com as confederações do alto patronato (a CIP, a CCP e a CAP) e com a colaboração e a docilidade dos principais dirigentes divisionistas da UGT, encabeçados por Torres Couto (manifestadas à revelia de muitos dos seus apolantes e sindicatos filiados) queriam um Conselho Permanente de Concertação Social mane-jável e acomodaticio aos interesses do patronato e do seu Governo de direita.

A entrada da CGTP-IN no CPCS veio agitar as águas turvas da colaboração de classes assumida pela UGT, veio fazer ouvir de forma mais operativa e institucional a voz e as legítimas reivindicações dos trabalhadores.

Os acontecimentos da última semana no âmbito da «concertação», originados pela recusa do alto patronato, a subscrever uma cláusula de interesse complementar do «acordo de rendimentos», e principalmente o inaceitável e indigno acordo entre Torres Couto e Cavaco quanto ao aumento de apenas 8/9,5% da massa salarial, fundamentado numa taxa fictícia da inflação (no ano passado contra as previsões de Cadilhe de 6/7% a taxa de inflação atingiu de facto os 11,7%) fizeram transbordar o copo no seio do CPCS.

Fingindo-se zangado com as confederações

patronais e escudado no acordo unilateral com Torres Couto, o Primeiro-Ministro adiou «sine-die» a nova reunião do Conselho — «Não haverá qualquer outra reunião do CPCS para discutir a política de rendimentos», disse Cavaco, «foi mesmo cancelada e definitivamente».

«Basta-me o acordo com a UGT», frisou ele. Fica assim aberta a porta para a paralização do Conselho e o afastamento indefinido da CGTP das negociações da política laboral — profundo desejo oculto do alto patronato, do Governo e dos dirigentes divisionistas da UGT.

E entretanto a força das solicitações à unidade da classe operária está alargando a convergência na acção do movimento sindical, o que lhes dá nova amplitude.

Neste complexo contencioso social, o PCP, profundamente inserido na luta dos trabalhadores e do povo em geral, multiplica as suas iniciativas no terreno institucional centradas nas grandes questões políticas do presente e do futuro imediato.

Na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, na área do Poder Local, em todas as instituições em que estão representados, os comunistas dinamizam a luta contra a política e os projectos restauracionistas e retrógrados do Governo PSD/Cavaco e contra as tendências negativas no seio do movimento democrático.

Principalmente, na perspectiva das eleições para o Parlamento Europeu (em cuja preparação a sua participação foi decisiva para a derrota da proposta de nova lei eleitoral que o Governo tentou impor) e para as Autarquias (em que tem multiplicado as suas propostas de entendimento e convergência com outras forças e partidos democráticos, para derrotar a direita) o PCP tem procurado erguer uma barreira à política restauracionista de Cavaco e do PSD, tem apelado ao PS para que reconsidere e repudie o acordo de revisão constitucional com o PSD que configura uma grave ameaça contra o regime democrático.

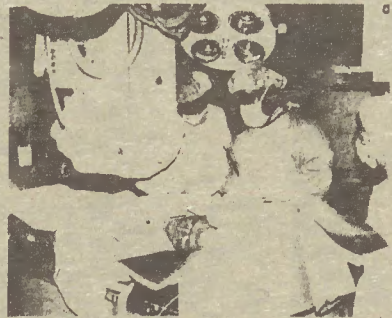
Os comunistas desenvolvem todos os esforços para vencer as recusas e atitudes reticentes dos outros partidos democráticos, em particular o PS, para que essa larga convergência e entendimento entre os democratas, essenciais para enfrentar e derrotar a ameaçadora ofensiva da direita e abrir caminho a uma alternativa democrática se tornem realidade.

O PCP, com grande disponibilidade e abertura, continuará a esforçar-se e a insistir para que tais superiores objectivos sejam alcançados, para que todos saibamos escutar a mensagem do povo em luta.

Resumo

25 Quarta-feira

Numa comissão da Assembleia da República, o PS e o PSD impõem uma alteração à Constituição, onde atribuem um maior papel à medicina



privada e permitem o aumento dos custos de saúde ■ Demite-se, invocando razões de ordem pessoal e profissional, o secretário de Estado da Reforma Educativa, Carriho Ribeiro ■ O secretário-geral do PS participa numa sessão de abertura do conselho geral da Tendência Sindical Socialista dos Seguros ■ O PCP reafirma estar disposto «a fazer todos os esforços» para encontrar com outras forças políticas uma solução alternativa à gestão Abecasis em Lisboa ■ O Presidente da República inaugura a nova sede do Clube Militar Naval ■ A Confederação dos Agricultores de Portugal afirma que não vai subscrever o acordo firmado entre a UGT e o Governo sobre política de rendimentos e preços ■ Os primeiros-ministros do Kampuchea e da Tailândia reúnem-se pela primeira vez para abordar a questão kampu-cheana e a situação no Sudoeste asiático ■ A proposta de redução unilateral de efectivos do exército da RDA origina reacções positivas no seio da NATO ■ Depois de transaccionar ilegalmente terrenos, demite-se o ministro sul-africano da Mão-de-Obra ■ Em jogo particular a selecção portuguesa de futebol vence a da Grécia por 2-1.

26 Quinta-feira

O Presidente da República vota o decreto que introduzia alterações à lei eleitoral para o Parlamento Europeu ■ O diploma volta à Assembleia da República para ser reapreciado ■ O Governo decide desconvoar a reunião do Conselho Permanente de Concertação Social prevista para segunda-feira ■ Em conferência de imprensa, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta a sua proposta de Lei-Quadro da Cultura Física e do Desporto ■ Um bancário é ferido durante o assalto a um banco na Baixa da Banheira ■ O Conselho de Imprensa é recebido no Parlamento, onde manifesta as suas apreensões relativamente às alterações constitucionais referentes à liberdade de imprensa ■ O Primeiro-Ministro parte para a Sulpa, onde participará no Fórum Económico Mundial ■ Os sindicatos brasileiros admitem a possibilidade da convocação de uma greve geral de protesto contra o «plano de Verão» do governo de Sarney ■ O presidente angolano destaca, ao dar posse a dois novos ministros, o papel activo e construtivo que Angola desempenhou na busca de paz para o Sudoeste de África.

27 Sexta-feira

A jornada nacional de luta contra o

pacote laboral, promovida pela CGTP, arranca com manifestações e concentrações em Coimbra, Vila Real e Viana do Castelo ■ O Instituto Nacional de Estatística revela que o défice comercial acumulado de Janeiro a Outubro totalizou cerca de 626,3 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 15,1 por cento ■ O Secretariado Nacional do PS aprova um «plano de reestruturação da organização do partido» ■ As autoridades colombianas protestam junto do Governo português pela alegada venda de um carregamento de 10 toneladas de armas às «Forças Armadas Revolucionárias» da Colômbia ■ É anunciada a dissolução, a 28 de Fevereiro do governo instalado ilegalmente na Namíbia pela África do Sul. As autoridades de Pretória afirmam também que a África do Sul iniciou já a retirada do exército de ocupação da Namíbia ■ O



dirigente da OLP, Yasser Arafat, desloca-se a Espanha para uma estada de 24 horas ■ A Holanda liberta, por entre manifestações de protesto, dois criminosos da guerra nazis presos durante a Segunda Guerra Mundial ■ A Checoslováquia anuncia uma redução em 12 mil homens, das suas forças armadas.

28 Sábado

Muitos milhares de pessoas juntam-se nas concentrações e manifestações que em Lisboa, Porto, Aveiro, Braga, Beja, Covilhã, Leiria e Faro têm como objectivo protestar contra o pacote laboral. Na manifestação de Lisboa, o coordenador da CGTP afirma que os trabalhadores preferem a via da discussão e da negociação, mas que não hesitarão em recorrer à greve geral «se a intransigência e a má-fé negocial persistirem» ■ O Primeiro-Ministro afirma que não haverá «qualquer outra reunião» do Conselho Permanente de Concertação Social para discutir a política de rendimentos para o primeiro trimestre deste ano ■ Reunidos na Voz do Operário, cerca de dois mil sargentos evocam o 31 de Janeiro e decidem prosseguir os esforços e acções necessários para obter estatutos dignos para a classe ■ O presidente eleito da Venezuela, Carlos Andrés Pérez propõe a criação de uma agência multilateral para gerir a dívida externa dos países mais pobres ■ A Frente Polisário decreta uma «trégua militar unilateral» durante o mês de Fevereiro em todas as frentes de combate.

29 Domingo

O Encontro da CDU de Loures decide a recandidatura à presidência da Câmara de Severiano Falcão, membro do Comité Central do PCP e actual presidente da Câmara Municipal de Loures ■ É anunciado o apressamento, em Bissau, de um pesqueiro português ■ Faruk Kaddumi, responsável pelo departamento político da OLP, chega a Lisboa para uma estada de alguns dias, durante a qual manterá encontros com o ministro e o secretário de Estado dos Negócios

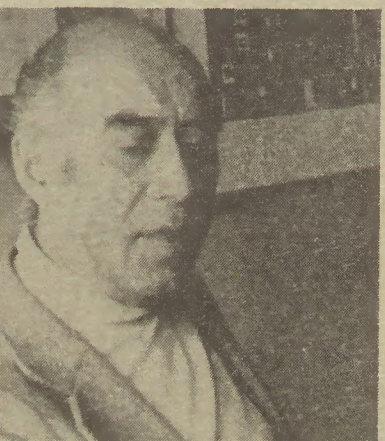
Estrangeiros ■ Termina, no Porto, o IV Congresso da FESTRU — Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos ■ A sonda soviética Phobos-2 torna-se no primeiro satélite artificial de Marte ■ O exército israelita volta a matar nos territórios árabes ocupados. Um morto e dez feridos é o balanço da repressão ■ Nas eleições para o Parlamento de Berlim Oeste, os neonazis conseguem eleger dez deputados.

30 Segunda-feira

O Tribunal de Mangualde absolve os quatro trabalhadores da CP tidos pela empresa como responsáveis pelo desastre ferroviário de Alcatrache ■ Especialistas em Direito constitucional afirmam que a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, para ser aprovada, necessita agora de uma maioria qualificada de dois terços na Assembleia da República ■ O Presidente da República decide não requerer a fiscalização preventiva da constitucionalidade do pacote laboral, o que foi considerado, pela CGTP, como sendo uma má opção ■ O Primeiro-Ministro propõe a substituição do secretário de Estado da Segurança Social ■ O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP considera, em comunicado, que o projecto de convenções para a clínica geral recentemente divulgado pelo Ministério da Saúde «constitui uma iniciativa desestabilizadora, dirigida à destruição das bases fundamentais em que assentam os serviços públicos de saúde ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Berlim Oeste protestando contra a entrada dos neofascistas do Partido Republicano no Senado nesta cidade ■ Os grupos shiitas libaneses Amal e Hezbollah assinam em Damasco um «acordo definitivo» que define um cessar-fogo entre as duas milícias.

31 Terça-feira

Morre o escritor Fernando Namora, com 69 anos, vítima de prolongada



doença ■ Mais de 2000 compartes vindos do Centro e Norte do País deslocam-se à AR para assistirem à votação de dois projectos de lei sobre os baldios; a sua presença, contudo, não impediu o PSD e o CDS de aprovarem o esbulho dos baldios aos povos ■ O secretário-geral da OUA, Ide Oumarou, afirma em Maputo que a África do Sul mantém na Namíbia um número de tropas que pode intimidar as populações e interferir no exercício da soberania ■ O primeiro-ministro israelita, Isaac Shamir, considera «inimaginável» para Israel a criação de um Estado palestino

Avante!
Proprietários de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soares
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57-2.º —
1000 Lisboa
Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
CODEX

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44
Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 57B —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
68 — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Heskia
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Tratagem média no mês de Janeiro foi de 24 675



Lisboa, 28.1

Manifestações em todo o País

Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Faro, Viana do Castelo, Viseu, Guarda, Beja, Leiria, responderam, com os restantes distritos do nosso país, ao apelo lançado pela CGTP a uma forte participação nas acções de luta contra o pacote laboral e a política que promete implementá-lo. Carvalho da Silva em Lisboa, Kalidás Barreto no Porto, outros membros da Comissão Executiva e dirigentes destacados do movimento sindical unitário dirigiram-se a muitas dezenas de milhares de trabalhadores, com forte participação dos jovens, mulheres trabalhadoras e

reformados, recusando numa clara manifestação de unidade uma política contrária aos interesses da esmagadora maioria da população. Classes profissionais tão diversas como os médicos, os metalúrgicos, grandes empresas e outras menores, todas afectadas por uma vaga de instabilidade constante e de precariedade do emprego e baixos salários, deixaram claro nas ruas do nosso país que não estão dispostos a pactuar com uma política antinacional.

(Desenvolvimento nas págs. 3 e 4)



Lisboa, 28.1

Longe de nós o agouro

Declarações do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, praticamente coincidentes no tempo com as de um dirigente da Associação Industrial do Porto, na televisão, este último fim-de-semana, não prenunciam nada de bom no que respeita ao futuro do Conselho Permanente de Concertação Social. O chefe do Governo disse que a política de rendimentos e congéneres não suscitará mais qualquer reunião do CPCS. Ao mesmo tempo, Luís Todo Bom da AIP fala ao «Jornal de Sábado» (RTP) num proposto **conselho económico e social** para substituir o Permanente e a Concertação, pois a ser ver e na opinião do grémio de que é membro não faz sentido estar a discutir só rendimentos, preços, salários... A sua perspectiva é mais global. Não sabemos exactamente as razões da proposta do conselho feita aos parceiros patronais pela AIP. O certo é que o dirigente patronal nortenho não teve uma palavra — a verdade é que também nada lhe perguntaram sobre isso na televisão — para o quase extremo leque de interesses e de posições contraditórias que existem entre as classes patronais e — sublinhemo-lo — relativamente aos comerciantes e aos industriais, que não são grandes nem pouco mais ou menos, e têm interesses e direitos muito específicos, próprios a defender. Daí que a intervenção de Luís Todo Bom na RTP tenha suscitado observações preocupadas de pessoas dessa área — preocupações infundadas, talvez — sobre uma possível e quem dera utópica perspectiva de, a coberto de um por assim dizer «alargado» e novo conselho do altíssimo patronato (a proposta pelo menos vem daí), não se esteja a pensar na negregada **Câmara Corporativa** de outros tempos, mas agora com modos e sotaque neo-liberal. Longe vá o agouro, dir-se-á e com razão.

Mais de 12 por cento nas abastecedoras de aviões

Com o entusiasmo que o êxito realmente justifica, a FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) acaba de anunciar «um aumento salarial retroactivo a 1 de Janeiro de 12,33 por cento» para os cerca de mil trabalhadores do sector das abastecedoras de aeronaves. Segundo a Federação, os mais de 12 por cento agora conseguidos deveram-se a «uma forte mobilização e disposição de luta».

A cassette de Cavaco

A Comissão Executiva da FESHOT fez sobre o assunto este comentário:

«As negociações conduzidas pela FESHOT encontraram inicialmente e também neste caso a cassette de Cavaco posta a correr pelo patronato, isto é, os aumentos para «Bem da Nação» não poderiam ser senão de 6,5 por cento.

«A forte unidade e disposição de luta desgravou a cassette do patronato e a música passou a soar bem melhor para os trabalhadores.

«De referir ainda que os aumentos salariais negociados produzem efeitos decorridos nove meses de vigência sobre a entrada em vigor da anterior tabela.

«A FESHOT reafirma uma vez mais o seu apoio à reivindicação da CGTP de aumentos não inferiores a 13,5 por cento em 1989, como condição indispensável à rectificação necessária da política salarial do Governo».

Trabalhadores

Marcada greve nos Correios

Se o comportamento do Governo e das administrações das empresas não se alterar, a greve anunciada para os CTT poderá abranger a Marconi, RTP e RDP, afirma o Conselho Nacional da FCT.

A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações (FCT) revelou sexta-feira passada que o CN reunido em 24 e 25 do mês passado decidira «propor aos sindicatos federados» uma «greve geral nos CTT em 20 e 21 de Fevereiro».

O Conselho Nacional (CN) daquela organização sindical, que abrange trabalhadores de todo o País, além de considerar o pacote laboral «inaceitável», sublinha que a contratação nos CTT e TLP está num impasse desde Setembro.

Quanto à Televisão, Rádio e Marconi, as propostas de aumentos salariais «variam entre 5,5 e 6,5 por cento», acrescenta a FCT, que admite a possibilidade de a greve proposta para os CTT vir a coincidir, nos próximos dias 20 e 21, com greves nessas

empresas nacionais de comunicações e telecomunicações.

Plenários conjuntos

A FCT anunciou também a realização de plenários conjuntos de todo o sector no próximo dia 17 do corrente.

O CN da FCT, que durante dois dias (24 e 25 de Janeiro) analisou a situação actual, refere-se ainda à **Lel de Bases das Telecomuni-**

cações, cuja votação está anunciada para 21 do corrente na Assembleia da República.

A direcção da FCT, que considera «gravíssima» a situação no sector acusa o Governo e a administração dos Correios (CTT) de conduzirem um «grande ataque» às regalias sociais dos trabalhadores.

Os plenários, que devem contar com forte participação, designadamente dos carteiros, efectuem-se, segundo a FCT, «nas diversas capitais de distrito».

A génese

Para o caso de alguém ainda não ter percebido diga-se aqui que amanhã vai haver greve de transportes e a culpa toda é da comunicação social.

Mais concretamente, dos semanários.

Para ser ainda mais rigoroso, a culpa é dos jornalistas. Diz quem sabe que os ex-heróis da pena, convertidos depois à máquina de escrever e já mais ou menos submetidos ao computador, estão atacados de um estranho mal.

Não é alergia ao papel.

Nem às fitas de máquina.

Nem sequer à luminosidade dos ecrãs.

Nada disso, nem de outras coisas corriqueiras a que os portugueses estejam habituados.

Do que os jornalistas sofrem — diz quem sabe — é de «génese adversarial».

Doença que se presume grave, porque desconhecida dos manuais de medicina, a que não há mezinha que valha nem medicamento da Caixa que acuda. O diagnóstico da doença foi feito recentemente, honra lhes seja feita, por Pacheco Pereira, deputado do PSD, que assim se estreou nas lides.

Local do evento, inspirador por excelência, o American Club, instalado como de costume num qualquer salão nobre de um hotel da capital.

Não se julgue que a coisa foi fácil.

Com a voz embargada por alegadas «pressões sociais» — querem ver que anda por aí alguém a querer calar a voz do PSD? — o deputado dissertou sobre o papel onipotente e onipresente do Estado, carpiu as debilidades das «élites», perdeu-se pelos caminhos ínvios da oratória, até que finalmente desaguou no cais das tormentas da comunicação social. Que está doente, coitadinha, por mor da tal maleita dos jornalistas, ao que parece uma infecto-contagiosa. Pelo que fez saber, a doença — «génese adversarial» — que falta ainda baptizar em latim como qualquer uma que se preze, convence os jornalistas de que «o seu papel é serem contrapoder», nas palavras *sic* do deputado.

Gravíssimo, como facilmente se percebe, mesmo sem a intervenção, inexplicavelmente inexistente, da ministra da Saúde.

É que a tal «génese adversarial» provoca nos profissionais da comunicação social a síndrome do «contra», impedindo-os em termos práticos de «traduzirem as preocupações da opinião pública».

Daí resulta, como é elementar, que a comunicação social está prenhe de falsidades, equívocos, calúnias e o que mais adiante se verá, não espelhando nem uma baça imagem do sentir da pública opinião.

Porque esta, a opinião pública, está evidentemente muito contentinha com o poder.

Os pagantes da EDP adoraram o anúncio das novas tarifas, em particular as nocturnas, tão em conta, e já fazem escalas de passagem da roupa ao rondar da meia-noite, de aspirar a casa lá para a uma da manhã, preparar o jantar pela noite dentro.

Os professores andam entusiasmadíssimos com os certificados de aforro e fazem planos a seis meses de distância da melhor forma de os aplicar.

A Função Pública em geral delirou com a redução do artigo 4.º, tão velho que já nem se aguentava nas canetas da antiguidade.

Os trabalhadores produtivos, então, não cabem em si de contentes com o pacote laboral, era mesmo o que lhes estava a fazer falta, como é que o Governo foi adivinhar?

As domésticas, agora que já não têm que deitar contas à vida, tão barato que está tudo, só esperam que o Governo lhes diga o que fazer com o tempo livre.

Estavam as coisas neste pé quando a paz nacional foi perturbada pela estranha doença que afecta os jornalistas, pondo-os a criticar o Governo, os ministros, a maioria, com a tal febre de «contrapoder».

A «génese adversarial». Pelos vistos galopante. E contraditória que logo amanhã faz parar os transportes. O deputado tem razões para estar preocupado. E afónico. Também, para que lhe serve a voz se já ninguém o ouve?



Lisboa, 28.1. Sempre presentes, e também nos serviços de que fazem parte os CTT, as reivindicações salariais

Inter em Londres

Regressada a Lisboa poucas horas antes da manifestação do último sábado, esteve em Londres para conversações com a direcção da Central TUC uma delegação da CGTP-IN. Segundo o gabinete de imprensa (DIF) da Central portuguesa, tratou-se da «primeira reunião formal

entre as duas organizações». Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva da CGTP, acompanhado por José Luís Judas e Ruben Rolo, ambos membros da mesma comissão, reuniram-se com o presidente e secretário-geral dos TUC, conclui a DIF.

Formação gráfica

No âmbito do Programa Petra, o Departamento de Formação Profissional da CGTP-IN promoverá durante 15 meses um curso de formação profissional de comunicação gráfica. Ligando «a formação com a experiência no local de trabalho», o curso inclui um estágio, destina-se aos «jovens com idade igual ou superior a 16 anos» e tem por objectivo geral as artes gráficas.

Os jovens que pretendam inscrever-se devem possuir «a escolaridade obrigatória», mas também podem ter acesso «os que abandonaram o sistema de ensino sem o concluir».

Outras informações, como a relativa a subsídios e as próprias inscrições, serão obtidas de segunda a sexta-feira das 15 às 18 horas até 15 de Fevereiro na Avenida Almirante Reis, 45, 1.º, 1100 Lisboa (telefones: 83 93 18 e 814 82 44) da respectiva rede, de acordo com um telex emitido sobre o assunto sexta-feira passada pelo departamento de informação da CGTP.

Formação turística

Mais de metade dos trabalhadores do ramo da hotelaria de Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, receberam sexta-feira passada os seus diplomas de formandos com aproveitamento nos cursos de formação profissional promovidos pela Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT). Os cursos, com a colaboração do Instituto Nacional de Formação Turística, tiveram a participação de «cerca de 90 formandos», recorda a Federação, que reclama agora do Governo Regional da RAM e dos próprios empresários que «assumam as suas responsabilidades» perante a resposta sindical aos «projectos de desenvolvimento turístico de Porto Santo».

Receberam os seus diplomas de formandos trabalhadores de mesa, bar, cozinha, pastelaria, rouparia, andares, recepção e portaria.

Sem emprego em Évora

Em iniciativas recentes, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora (STADE) chegou a conclusões que importa reter, designadamente quanto ao desemprego no distrito («cerca de 25 por cento dos desempregados agrícolas são jovens») e à situação no que respeita às UCPs/Cooperativas («destruição progressiva da Reforma Agrária»).

Recorde-se que há cerca de 300 mil trabalhadores jovens desempregados a nível nacional e que destes apenas 3,5 por cento recebem subsídio de desemprego.

O STADE, que fez oportunamente um apelo à participação nas manifestações do

passado fim-de-semana, sublinha que continua a haver no distrito de Évora «milhares de hectares de terra inculta», que «mais de 200 herdades estão subaproveitadas e abandonadas» e que continua a verificar-se a diminuição das áreas de produção agrícola, enquanto que aumentam as zonas florestais de eucaliptos.

Depois de destacar o valor da luta — de outro modo, a situação seria muito pior — o STADE decidiu efectuar reuniões em todas as empresas agrícolas do distrito para discutir a nova proposta salarial para 1989 e, entre outras iniciativas, um plenário no próximo dia 17, no Monte Alentejano, em Évora.

Nacional

Morreu Fernando Namora

O Secretariado do CC do PCP enviou à Direcção da Associação Portuguesa de Escritores a seguinte mensagem, por ocasião da morte do escritor Fernando Namora:

O PCP expressa profundo pesar pela morte do escritor Fernando Namora, prestando homenagem à contribuição da sua obra para a cultura portuguesa e à actuação que como intelectual e cidadão manteve na defesa dos ideais de liberdade e da democracia.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Trabalhadores

Prontos para a prova geral

Mesmo em zonas consideradas «difíceis», como a Guarda, como Viseu, para não lembrar mais, protestaram à sua medida, que não foi pequena, contra o pacote laboral

e mostraram na rua a sua disposição de luta que pode ir até à greve geral. Na Guarda, por exemplo, já no dia 12 de Janeiro uma delegação de 130 trabalhadores entregava na

delegação do Ministério do Emprego uma moção de protesto naquele sentido. Sábado concentraram-se no mesmo local duas centenas de pesso-

as. Em Viseu, mais de 1500 operários, bancários, professores, ferroviários, assalariados agrícolas, caixeiros, etc., manifestaram também o seu protesto nas ruas da cidade.

Grande adesão no Norte

Com natural relevo para o Porto, houve também na zona nortenha manifestações em Braga, Aveiro, Viana do Castelo. No Porto, como em inúmeras localidades em todo o País, «Não ao pacote laboral/progresso e justiça social» foi a reivindicação mais ouvida. O mesmo sucedeu em Faro, Leiria.

Kalidás Barreto sublinhou no Porto que «o envio da lei dos despedimentos para promulgação, mantendo todas as inconstitucionalidades formais e materiais denunciadas pela CGTP-IN e confirmadas pelo Tribunal Constitucional, constitui uma atitude de provocação por parte do Governo».

Uma resolução aprovada na manifestação de Lisboa alude também a esse aspecto, dos mais graves e que mais protesto têm merecido, tanto dos trabalhadores como dos seus representantes sindicais.

Sallente-se que, na capital, essa representação abrangeu, inclusivamente através da União dos Sindicatos de Setú-

bal e das organizações mais representativas (CIL e CIS) das comissões de trabalhadores nas empresas das zonas da Grande Lisboa e do distrito de Setúbal.

Entre a enorme variedade de empresas que participaram, identificadas com panos alusivos nas manifestações de 27 e 28 de Janeiro, foi lembrada em Viseu, na concentração do Rossio, a situação dos 400 trabalhadores dos Fornos Eléctricos, que foram «atirados para o desemprego, reformas antecipadas, biscates e novamente para a emigração», depois de várias promessas feitas em períodos eleitorais, como o plano de emergência, que não se concretizaram depois.

A adesão nacional às manifestações e outras formas de luta promovidas pelo movimento sindical constituíram um seguro indicador de que a generalidade dos trabalhadores estão mobilizados para outras provas que a luta venha a exigir para afastar definitivamente e na prática as ameaças contidas no pacote laboral.



Porto, 28.1. Encabeçando a manifestação

Luta de massas

Transportes, metalúrgicos, médicos convergem na vaga de greves

A movimentação sindical dos médicos, que voltou a fazer-se sentir com o Fórum de Clínica Geral sábado último em Lisboa, junta-se ao protesto e à acção mobilizadora sindical que percorre o país e não afasta, antes se aproxima, de formas superiores de luta que, depois da anunciada promulgação do pacote laboral pelo Presidente da República, pode ir até à adopção da greve geral.

Mantinhm-se entretanto marcadas para amanhã as greves de 24 horas já anunciadas nas principais empresas do sector dos Transportes. Paralisações confirmadas no princípio desta semana e anunciadas publicamente durante as manifestações contra o pacote laboral na sexta e no sábado, em Lisboa e noutras regiões do País, devem provocar inevitáveis reacções da opinião pública e dos utentes. Os sindicatos

Governo no alvo dos protestos e das movimentações sindicais contra os baixos salários, o emprego precário, o pacote laboral. Dia Nacional de Luta na Função Pública. Transportes param hoje.

têm chamado a atenção repetidamente para as ineludíveis responsabilidades do Governo e dos conselhos de gerência das empresas, designadamente em matéria salarial e na falta de cumprimento de regulamentações colectivas de trabalho, como é o caso do Metropolitano de Lisboa.

As lutas de amanhã, sexta-feira, têm sido antecedidas de cuidada preparação, acompanhada da análise da situação no sector dos transportes, que teve reflexos no 4.º Congresso da FSTRU efectuado no Porto. (Ver notícia nesta secção.)

As paralisações de amanhã, dia 3, abrangerão e cer-

tamente irão afectar todos os transportes públicos do País. São de destacar as greves na CP, Metro, RN (Rodoviária), Carris, STCP (Colectivos do Porto) e TAP (pessoal de terra e provavelmente outros serviços da empresa).

Bancários, comércio e Função Pública contra o Pacote

O sector dos serviços em geral e mais particularmente largas correntes dos bancários e dos seguros têm aderido às posições de unidade e recusado explicitamente um acordo laboral entre o Gover-

no e alguns dirigentes da UGT, que remetaria as coisas para o mesmo plano do ano passado no que respeita à distribuição dos rendimentos, à política salarial e à liberalização dos despedimentos. Sobressaem nesse aspecto as posições dos bancários, designadamente os do Sul e Ilhas (SBSI).

Recorde-se que o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas é um sindicato fortemente representativo e continua a manter-se na UGT, de que foi um dos principais fundadores e apoiantes. Mesmo assim e tendo mantido sempre uma forte corrente defensora da unidade na acção, um plenário muito recente e

participado excluiu a «plataforma» Torres Couto-Cavaco-Cadilhe. Barbosa de Oliveira, presidente da direcção do SBSI contrariou perante o secretariado da UGT e afastou totalmente essa mesma «plataforma», que tornaria ainda mais graves as condições salariais e a necessária segurança do emprego no sector.

Posições semelhantes foram aprovadas nos seguros, designadamente através da corrente «Alternativa», no SITRA (transportes, com incidência principal na Carris), no SINTAP (Administração Pública), aproximando-se assim (e mesmo coincidindo em aspectos relevantes) das posições dos sindicatos e outras organizações sindicais da CGTP.

Nos professores é também generalizada a recusa da política do Governo para o ensino. Inúmeras tomadas de posição têm ultimamente

posto em causa essa política e os sectores mais atingidos dos docentes têm participado nas acções públicas de luta ao lado dos restantes trabalhadores, designadamente em concentrações e manifestações.

A par dos médicos e de outro pessoal da saúde, com paralisações previstas e já anunciadas para a próxima semana, destaque-se o Dia Nacional de Luta (9 do corrente), convocado pelos sindicatos da Frente Comum.

Além da recusa de alegadas soluções do Governo, sector a sector, estão principalmente em causa os aumentos salariais na FP para o ano corrente. Trabalhadores e sindicatos têm repetido que não aceitarão aumentos da ordem dos 7 e meio por cento. Recorde-se que a CGTP reclama uma subida média dos salários de 13,5 por cento em 1989.



Lisboa, 28.1



Lisboa, 28.1

Trabalhadores

Protesto nacional

Protesto nacional pelo volume das zonas abrangidas, as manifestações e concentrações contra o pacote laboral, em 27 e 28 de Janeiro, caracterizaram-se também pela extensa variedade dos ramos de actividade e das classes profissionais representadas. É impossível enumerar todas as empresas, serviços, departamentos da Administração Local e Cen-

tral que participaram de um modo ou de outro nas formas de luta de âmbito nacional.

Deve referir-se, no entanto, que nenhuma das empresas mais atingidas, dos serviços mais afectados, das organizações sindicais mais representativas faltou à chamada.

Quem assistiu às manifestações de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Aveiro, Viana

do Castelo, Viseu pode em consciência dizer, olhando às situações concretas e às limitações das várias zonas, que as condições estão criadas para avançar nas formas de luta e para protestar com mais vigor ainda contra o pacote laboral. Razão têm, pois, os trabalhadores e os seus sindicatos para não porem de parte — pelo contrário — a

possibilidade de avançar para a greve geral.

Das inúmeras informações que recebemos, através das organizações sindicais, referentes às formas de luta nacional do passado fim-de-semana, damos aqui algumas imagens que ilustram bem a amplitude dos protestos e a participação de massas que as ameaças do pacote suscitaram por todo o País.



Lisboa, 27.1 Concentração dos professores



Lisboa, 28.1



Coimbra, 27.1



Porto, 28.1



Aveiro, 28.1



Braga, 28.1



Viana do Castelo, 27.1



Faro, 28.1

Trabalhadores

Transportes param amanhã contra a política da marcha-à-ré

Amanhã estarão em greve por todo o País milhares e milhares de trabalhadores, em resposta à ofensiva concertada do patronato e do Governo. Neste número do «Avante!» dá-se uma visão muito geral — mas mesmo assim bastante elucidativa — da luta em curso contra o pacote laboral e em defesa dos interesses e direitos de quem trabalha.

Pelo seu impacto na opinião pública e pelo facto de neste dia 3 de Fevereiro confluírem as posições e os esforços dos trabalhadores e das suas estruturas representativas nas mais importantes empresas de transportes, dedicamos especial atenção a este sector. Enquanto os defensores (mais ou menos convencidos) da política de Cavaco e do PSD se esgadam aos gritos escandalizados de «aí vêm eles com as greves», os diversos sindicatos por nós contactados apontam os responsáveis pelos problemas dos transportes e consideram a greve um recurso extremo face à falta de diálogo do Governo e dos administradores que este nomeia. A greve nos transportes surge assim como uma forma de luta necessária para pagar a política de marcha-atrás que prejudica os trabalhadores, as empresas e os utentes.

Ouvimos as opiniões de dirigentes sindicais sobre os motivos que levam à greve os mais de 50 mil trabalhadores da CP, da RN, da Carris, dos STCP, do Metro, da TAP e da Transtejo. Abordámos ainda os transportes que esta luta traz aos utentes e os problemas que há todos os dias, mesmo quando não há greves, nos transportes.

Situação imoral

— Os trabalhadores não lutam por lutar, as lutas levam também a sacrifícios de quem as faz. Agora o que não se pode aceitar de braços cruzados é uma situação imoral como a que se vive nas empresas: no ano passado impuseram-nos aumentos salariais com base na inflação esperada e a que se veio a registar foi largamente superior — afirmou Francisco Coelho, da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU).

— Tem havido da parte dos sindicatos todos os esforços para resolver os conflitos pela negociação. A responsabilidade pelo recurso à greve, com todos os transtornos que daí vêm para os utentes, é dos conselhos de administração — sublinhou.

Aquele dirigente da FESTRU registou, a propósito do âmbito nacional da acção de amanhã, que «não se trata propriamente de uma greve nacional dos trabalhadores dos transportes, uma vez que há sectores e empresas que não estão abrangidos pelo pré-aviso. O que há é uma série de empresas que, face a problemas concretos, fazem coincidir uma acção de luta».

Desses problemas referiu o pacote laboral, a revisão do AE na Carris, a questão dos horários de trabalho no Metro, os cadernos reivindicativos na Rodoviária Nacional e nos Serviços de Transportes Colectivos do Porto.

Em relação aos problemas mais gerais do sector, Francisco Coelho recordou as posições da Federação:

— O sector de transportes não está em condições de prestar o serviço social

para que as empresas estejam vocacionadas. A política para o sector teima em ver as transportadoras de um ponto de vista estritamente comercial e não como serviço à população. Por outro lado, o Governo insiste em desmembrar as empresas públicas, como a RN, e passá-las ao sector privado; não há investimentos na frota, anulam-se carreiras, enquanto há milhões e milhões de contos mal gastos em obras de utilidade duvidosa, como a recente ampliação da rede do Metropolitano...

Quando lhe pedimos para comentar alguns episódios relacionados com o serviço aos passageiros nos terminais da RN na Praça de Espanha e em Entrecampos (que dão a ideia de haver uma intenção de demonstrar que o privado é que dá), Francisco Coelho recordou prontamente outros casos, como a extinção de carreiras da RN e dos STCP com posterior passagem da exploração para empresas privadas. «Há toda uma estratégia para tirar sectores rentáveis à RN e passá-los para operadores privados, com as consequências que se seguirão em tarifas e qualidade de serviços» — concluiu o dirigente da FESTRU.

Nem os tribunais convencem a CP

Com seis meses de antecedência a CP já sabe de quantas horas de trabalho extraordinário vai necessitar. É o que se depreende da forma como são feitas as escalas de serviço, uma das razões que levam à greve (convocada por todos os sindicatos depois de um plenário de trabalhadores descentralizado, dia 24 de Janeiro) os trabalhadores ferroviários e que foram apontadas por José Manuel Oliveira, do Conselho Nacional da Federação respectiva (FSTFP).

— Preferem pagar multas de 70 contos e não querem admitir pessoal — foi a resposta do dirigente ferroviário quando perguntámos por que não repunha o CG a legalidade nas escalas de serviço mesmo depois de notificado nesse sentido pela Inspecção Geral do Trabalho.

Também na CP não foi feita a reposição do diferencial do acordo de empresa/88 (3%, diferença entre a inflação esperada e a registada), numa altura em que já está em negociação o AE/89; o regulamento de carreiras tem desde 1986 um protocolo assinado mas que a gerência da empresa se recusa a cumprir.

José Manuel Oliveira referiu ainda a oposição ao pacote laboral e à lei de bases do sistema de transportes terrestres, reafirmando a defesa da CP nacionalizada.

Nestas condições, «a greve é uma forma de luta a que não podemos deixar de recorrer»; compreendendo o prejuízo que os utentes dos comboios terão e o possível aproveitamento que o Governo e os defensores da política de Cavaco querão fazer desse prejuízo, a Federação decidiu fazer uma campanha de sensibilização dos passageiros para a luta dos trabalhadores da CP: no início da semana promoveu a distribuição de tarjetas nas estações a explicar os objectivos da luta «e a lembrar que os problemas que nos afectam afectam também os utentes».

— Provou-se em tribunal que o verdadeiro culpado não se sentou no banco dos réus: a CP e a política que tem sido aplicada na empresa — disse José Manuel Oliveira comentando a decisão judicial quanto ao acidente de Alcáçache.

— Quando há acidentes fala-se muito em medidas de segurança como o controlo automático de veloci-

dade dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos), as razões da greve de amanhã têm a ver, sobretudo, com a contratação e as negociações do acordo de empresa na TAP:

— Há aspectos do AE de 88 que estão por cumprir, como a correcção salarial de 3% (houve um compromisso do CG para o caso de a inflação real superar a esperada), enquadramentos e carreiras profissionais, complementos de reforma. E temos o AE para 1989, onde se discute a actualização salarial; neste processo anda, o CG recusa-se a mexer em pontos importantes como o seguro de doença ou a melhoria das matérias ligadas ao trabalho por turnos.

Para o dirigente do Sitava esta paralisação tem a enquadra-la «um processo agudo de confrontação com o CG, com tentativas de viola-

ção clara manifestação reivindicativa sempre que necessário, não vamos, por exemplo, para acções como greves por tempo indeterminado. Entendemos que seria correcto marcar esta data, também apontada por outras organizações. Por um lado, na maior parte das empresas de transportes o negociador é o mesmo e em todas se assiste a uma governamentalização das relações com os trabalhadores. Por outro lado, também se minimizam os efeitos para os utentes, uma vez que se concentra tudo num dia só, em vez de se espalhar em vários.

A própria luta dos trabalhadores tem aspectos que vão de encontro aos interesses dos utilizadores dos serviços da TAP, embora o dirigente do Sitava não concorde que

-social do Governo — disse-nos Armando Patrício, do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais, recordando que ainda está por fazer o reajustamento dos salários de 88, mas a administração avança uma proposta de apenas 8% de aumentos para 89; há ainda o pacote laboral, a carga fiscal que o Governo descarrega sobre os trabalhadores, a lei de bases dos transportes.

Ganhamos nós e os outros também

— São razões que justificam esta greve e que levaram já os trabalhadores a manifestarem a sua disposição de ir, se necessário, para uma greve geral — sublinhou.

Os problemas dos passageiros também não são es-



Lisboa, 28/1



Coimbra, 27/1



Porto, 28/1

dade e a instalação de radiotelefonos nos comboios. Mas o certo é que estas medidas, que nós reclamamos há vários anos, não são aplicadas — constatou.

— Anunciam milhões e milhões de contos para a CP, mas não vemos que se esteja a trabalhar para a introdução daqueles sistemas. O dinheiro vai é para empreiteiros e pessoas de fora da empresa e depois sucede o que se vê com a Ferbrilas: são-lhe entregues projectos ligados à renovação da via e a outros aspectos da chamada modernização, e depois vem buscar técnicos da CP para fazer esses projectos.

Pacote laboral? «Repúdio total!»

Para António Monteiro, dirigente do Sitava (Sindicato

ção do AE, utilização abusiva de contratação a prazo e de mão-de-obra alugada, anúncios de privatização e desmembramento de sectores fundamentais da TAP».

E o pacote laboral? — Obviamente — foi a resposta sem demoras de António Monteiro. — Sobre tudo numa altura em que parece reduzir-se a sensibilidade nos órgãos do poder para as posições dos trabalhadores. O pacote laboral merece o nosso total repúdio e somos de opinião que continuam a manter-se razões para uma greve geral contra essas leis.

Sobre o ponto de vista de quem necessita dos transportes e se vai ver afectado pela greve de amanhã disse António Monteiro:

— Tomámos em consideração os interesses dos utentes. Assumindo uma

se sobrevalorize tal ponto nesta paralisação:

— Neste caso concreto o que nos motiva são as questões da contratação. Mas este CG e este Governo seguem uma política para o transporte aéreo que não serve o sector, nem os utentes. Há já experiências semelhantes onde se pode ver o que os passageiros sofrem, como nos EUA. O próprio aumento dos acidentes aéreos tem a ver com essa orientação: segurança a sério custa mais dinheiro, e isso vai diminuir os lucros. Embora não tenham directamente a ver com as razões desta paralisação, a defesa dos interesses dos utentes é uma questão que nos preocupa.

— Quer na Transtejo, quer nos barcos da CP, a greve faz-se contra a política anti-

quecidos pelos trabalhadores da Transtejo e da CP, e Armando Patrício disse, a propósito:

— Sabemos que prejudicamos, com a paralisação do trabalho, os utentes dos barcos. Mas sabemos também que a grande maioria dos passageiros está conosco. Na CP, por exemplo, onde os trabalhadores estão em luta há meses e já fizeram várias greves, os passageiros não se manifestam contra nós e, depois de saberem o que se está a passar, até nos apolam. Por outro lado, a nossa luta também é do interesse dos utentes. A maioria deles são também trabalhadores e sabem que, se nos transportes nós ganharmos o que pretendemos, há depois um arrastamento das consequências para outros sectores.

Nacional

Contra a degradação dos serviços de saúde

Nota do Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

1. O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP examinou a grave situação que está a ser provocada pela política de saúde do Governo PSD/Cavaco Silva orientada para a privatização crescente dos serviços com a sua consequente degradação e fazendo recair sobre os doentes e a generalidade das famílias portuguesas uma parte cada vez maior das despesas com a saúde.

Constituem preocupantes manifestações recentes desta política: o aumento do preço dos medicamentos acompanhado da progressiva redução da comparticipação do Estado; a nova lei de gestão dos hospitais visando colocar protegidos políticos do Governo em lugares antes ocupados por técnicos competentes, como é o caso da recente substituição do Prof. Machado Macedo na direcção do hospital de Santa Cruz; o encerramento de numerosos serviços de saúde, o anúncio do encerramento de outros (caso dos serviços de urgência) e a não abertura de outros já construídos e equipados; os «fumos de corrupção» de que a comunicação social frequentemente se faz eco.

2. Reveste uma particular gravidade o projecto de convenções para a clínica geral recentemente divulgado por parte do Ministério da Saúde, pois constitui uma nova iniciativa desestabilizadora, dirigida à destruição das bases fundamentais em que assentam os serviços públicos de saúde.

Sem considerar em nenhum dos seus artigos qualquer referência aos Centros de Saúde e à carreira dos médicos de clínica geral é óbvio que o seu conteúdo esconde a intenção de destruir toda a rede nacional de cuidados primários.

Tal destruição terá por consequência, a substituição de um elo essencial dos serviços de saúde, que devidamente reestruturado e melhorado permitiria uma radical viragem nos índices de saúde portugueses, por um sistema de medicina

retrograda, isolada, de consultórios, apenas vocacionado para a medicina curativa, onde as vertentes da prevenção e reabilitação seriam totalmente desvalorizadas.

3. Com este projecto o Governo visa transferir uma parte significativa do financiamento dos serviços, até agora fundamentalmente dependente do Orçamento do Estado, directamente para o bolso dos cidadãos, passando estes a pagar uma parte significativa dos custos. Este encarecimento dos serviços, a par das escandalosas reduções da comparticipação dos medicamentos, representará um ataque inaceitável às condições de vida dos portugueses. Por outro lado serão criadas graves desigualdades no acesso aos cuidados de saúde bem como na qualidade e velocidade de tratamento.

Para além do retrocesso de conceitos e das consequências gravosas para o nível de vida das populações, este projecto implicará uma profunda degradação das condições sócio-profissionais dos trabalhadores de saúde, não só dos 7000 médicos de clínica geral, mas de milhares de enfermeiros, administrativos e outros profissionais na área dos cuidados primários da saúde. Conduzirá à anulação de direitos legítimos adquiridos, à precarização do vínculo e à criação de um regime de trabalho inaceitável chamado de disponibilidade permanente. Com a aplicação deste projecto muitos centros de saúde correm o risco de ficar devolutos sendo possivelmente alienados.

4. O PCP não pode deixar de sublinhar a convergência objectiva do projecto do Governo, com o articulado do acordo de revisão constitucional do artigo 64.º celebrado pelo PS e PSD. Com efeito, o PS assume grave responsabilidade ao permitir uma cobertura constitucional às intenções do Governo. O PCP apela para que as reservas que muitos socialistas

colocam a estas alterações à Constituição se transformem em mais uma motivação para que o PS não permita que as garantias constitucionais dos cidadãos no que diz respeito ao direito à saúde sejam enfraquecidas.

5. O PCP denuncia a campanha demagógica do Governo que procura atribuir aos trabalhadores de saúde a responsabilidade pelas graves carências dos serviços e esconder a efectiva responsabilidade dos sucessivos governos de direita que tudo têm feito para adulterar e desarticular o Serviço Nacional de Saúde. O PSP chama a atenção para o facto de as críticas que as populações dirigem ao funcionamento de alguns serviços e a alguns dos seus trabalhos não deverem em caso algum desviar a sua luta do objectivo de combater o seu inimigo principal, corporizado na política de saúde do Governo.

6. A luta de todos os trabalhadores de saúde e também dos médicos que a curto prazo vai assumir a forma de greve (nos dias 8, 9 e 10 de Fevereiro), insere-se cada vez mais no amplo movimento social de protesto contra a política antipopular e anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva e tem contribuído de forma crescente para o seu isolamento.

O PCP apela para o reforço da unidade de objectivos entre trabalhadores de saúde e populações contra a degradação dos serviços, contra o agravamento de desigualdade de acesso aos cuidados de saúde e por uma reforma geral dos serviços da saúde que democratize a sua gestão e permita melhorar a qualidade da saúde para todos os portugueses.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1989

O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

IRS – empréstimo público forçado

■ Octávio Teixeira

No texto que foi publicado no último «Avante!» sobre o IRS, olvidei um aspecto prático, importante e significativo da actuação do Governo em desfavor dos contribuintes, isto é, da generalidade dos portugueses.

Como então referi, para os trabalhadores por conta de outrem o pagamento é feito mensalmente, por retenção na fonte pela entidade patronal, para o que é utilizada uma «tabela prática» elaborada pelo Governo. Ora, o que sucede é que o Governo elaborou a tabela prática «por baixo», de tal modo que a maioria dos trabalhadores vão descontar mensalmente mais que aquilo que, na verdade, têm de pagar. Tendo depois que aguardar

que, em Junho ou Julho do ano seguinte, o Estado proceda à devolução do excesso.

Tal facto, no essencial, resulta de o Governo, para efeitos da «tabela prática», ter considerado apenas as deduções mínimas a que os contribuintes têm direito. O quadro seguinte mostra a diferença entre o que se desconta e o que há a pagar, para diversos exemplos de rendimentos familiares, considerando uma «família tipo» constituída pelo casal (em que ambos trabalham) e um filho, e admitindo-se que terá direito ao total das deduções anuais permitidas (180 contos por família):

Rendimentos mensais	Retenção pela entidade patronal (total anual)	IRS a pagar anualmente	Retenção em excesso
A { 45 000\$00 30 000\$00	28 300\$00	19 200\$00	9 100\$00
B { 50 000\$00 35 000\$00	46 200\$00	41 600\$00	4 600\$00
C { 60 000\$00 40 000\$00	82 700\$00	75 200\$00	7 500\$00
D {	198 500\$00	180 000\$00	18 500\$00
E { 120 000\$00 80 000\$00	412 900\$00	379 500\$00	33 400\$00
F { 200 000\$00 100 000\$00	876 700\$00	820 700\$00	56 000\$00

Como se vê, o Governo pretende impor à generalidade dos contribuintes como que um **empréstimo público forçado**, sem pagamento de juros. E isto sem considerarmos as eventuais deduções relacionadas com despesas com a saúde! O que se exigiria de um Governo que fosse minimamente decente, é

que os descontos mensais fossem feitos com base nas deduções máximas permitidas pela lei, pagando os contribuintes, posteriormente e quando fosse caso disso, a diferença que eventualmente se viesse a constatar. Isto é, exigia-se uma opção, política e moralmente justa, inversa à que o Governo tomou!

PCP

OR de Santarém

2.ª Assembleia do PCP adiada

Foi adiada para 5 de Março (esteve marcada para 28 de Fevereiro) a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP, que terá lugar na Casa o Campino na capital ribatejana.

Reunida recentemente, aquela Direcção Regional analisou o trabalho preparatório da Assembleia, tendo aprovado o projecto de **resolução política** que será levado a todas as organizações do Partido no distrito para debate e enriquecimento.

Na informação que fez chegar aos órgãos da Comunicação Social, a SIP/DORSA revela que os dirigentes regionais do Partido dirigiram as suas atenções também para a situação social e as próximas eleições: Parlamento Europeu e autárquicas.

Finalmente, o Secretariado da DORSA deu uma informação dos resultados do encontro entre as delegações do PCP e do PRD a nível regional, assim como o prosseguimento desses encontros com outras forças democráticas.

A DORSA do PCP, ao mesmo tempo que sublinha a intenção de concorrer às eleições autárquicas a nível da Coligação CDU em todos os concelhos e freguesias do distrito, reafirma a inteira disponibilidade para conversações e entendimentos com as forças democráticas, designadamente com o PS e o PRD, **com vista ao estabelecimento de coligações interpartidárias susceptíveis de derrotar o PSD nas autárquias onde tal possibilidade exista.**

Juventude

Instituto da Juventude

JCP contra dependência do Governo

No próprio dia em que o ministro Couto dos Santos fazia a apresentação pública do Instituto da Juventude, a JCP tomou posição contra o decreto-lei que cria este organismo.

Para os jovens comunistas, o facto de o Instituto ser da dependência directa do ministro e do Governo, aponta para «uma completa governamentalização de todos os mecanismos de contacto e apoio ao associativismo juvenil».

De facto, ao extinguir o FAOJ, organismo estatal com relativa autonomia e que tinha como sua principal atribuição o apoio aos organis-

mos juvenis; e ao criar este instituto «cuja finalidade essencial, expressa, é o exercício da política do Governo para a juventude, relegando o apoio ao Movimento Associativo para as últimas das suas atribuições», as possibilidades abertas pelo Governo «não permitem uma real intervenção juvenil ao conteúdo da sua acção».

Ao exigir a não aplicação deste decreto-lei, até ao esclarecimento de questões essenciais da sua estrutura e das formas de participação efectiva dos jovens, ouvindo e tendo em conta a opinião do Movimento Associativo Juvenil, a JCP conclui que o

Governo e o ministro-adjunto e da Juventude «oferecem aos jovens menos apoios, mais controlo do Movimento, maior ingerência na autonomia e independência das associações». Ao fim e ao cabo, mais um simulacro de espaço de participação.

O decreto-lei em causa, estabelece ainda funções consultivas no âmbito do Instituto, ao Conselho Consultivo da Juventude, o que, segundo a JCP, «não faz sentido face à natureza, atribuições e composição deste órgão, antes justificando-se a criação de um real órgão consultivo que reflita o Movimento Juvenil».

PCP

12 acusações ao Governo Cavaco

O Governo do PSD de Cavaco Silva soma e segue a sua política de agravamento das dificuldades e de afrontamento do povo trabalhador:

1.
 - Decreta nova escalada do custo de vida impondo novos aumentos de preços de artigos essenciais (pão, transportes, comunicações, gás, electricidade, etc.) que estão a reduzir ainda mais os rendimentos de muitas famílias, em especial dos trabalhadores, reformados e pensionistas;
2.
 - Agrava a carga fiscal sobre os que vivem do seu trabalho ou de pequenos rendimentos, ao mesmo tempo que multiplica os benefícios fiscais aos grandes empresários e capitalistas;
3.
 - Ameaça de novo com o velho pacote laboral e em particular com a lei dos despedimentos, o que está a suscitar novamente a indignação e a mobilização de protesto dos trabalhadores;
4.
 - Aumenta a um nível nunca visto a precaridade do trabalho, a instabilidade de emprego e o trabalho infantil;
5.
 - Prossegue uma política de baixos salários tentando continuar a impor tectos salariais muito abaixo da inflação e sem ter em conta os ganhos de produtividade;
6.
 - Aumenta brutalmente as rendas de casa de tipo social (ex-FFH), cria novos obstáculos no crédito à habitação, e deixa milhares de famílias com contratos de crédito já celebrados entregues à sua sorte;
7.
 - Escancara a economia nacional à penetração do capital estrangeiro e das empresas transnacionais;
8.
 - Prepara aceleradamente a destruição do sector empresarial do Estado, entregando ao desbarato ao grande capital nacional e estrangeiro as empresas ou partes das empresas públicas mais rentáveis;
9.
 - Não só não soluciona como agrava mesmo a situação existente nos serviços de saúde, aumenta o preço dos medicamentos e deixa de participar em muitos deles;
10.
 - Utiliza os fundos da CEE fundamentalmente para encher os bolsos de grandes capitalistas e das clientelas do PSD, em vez de utilizar esses recursos para a modernização e o desenvolvimento do País indispensáveis para o embate com o mercado único europeu em 1992;
11.
 - Deixa milhares de pequenos agricultores na ruína, a braços com as consequências de um ano agrícola calamitoso;
12.
 - Agrava as dificuldades de acesso ao crédito por parte de milhares de pequenas empresas.

A política do Governo PSD e ao agravamento da exploração por parte do grande patronato, têm vindo os trabalhadores a responder com crescente firmeza e determinação. São disso exemplo as importantes paralisações levadas a cabo pelos trabalhadores metalúrgicos no passado dia 12, dos ferroviários que paralisaram os transportes nos dias 20 e 23, a luta dos trabalhadores das autarquias contra o horário de 44 horas que o Governo lhes quer impor, a luta pela reposição salarial perdida em 1988 e por uma justa distribuição dos rendimentos do trabalho em 1989, a luta dos médicos por reivindicações próprias e contra a desastrosa política de saúde, a luta dos professores por uma efectiva reforma do sistema educativo, a luta dos advogados contra o encarecimento da justiça e dos juizes pela dignificação da carreira, etc.

A política do Governo PSD respondem também em luta outros sectores da população laboriosa. São os protestos dos moradores contra o aumento brutal das casas do ex-FFH. São milhares de agricultores do Porto que reclamam a atribuição de justas indemnizações pelos graves prejuízos sofridos pela agricultura.

(De um comunicado da DORP do PCP divulgado no passado dia 25)

PORTO Balanço da actividade dos deputados comunistas

Ilda Figueiredo e António Mota, em nome dos deputados comunistas eleitos pelo círculo do Porto, encontraram-se recentemente com os órgãos de comunicação social para dar conta da sua acção relativamente aos problemas e aspirações da população do distrito.

Os deputados acusam a política governamental de «esquecer o distrito do Porto em aspectos essenciais do seu desenvolvimento» e prometem «dar voz aos anseios e aspirações da população do distrito» na próxima interpelação ao Governo centrada no desenvolvimento regional. Aliás, uma efectiva regionalização será das principais frentes de batalha para os deputados comunistas que, consideram, permitirá o desenvolvimento pleno e integrado por estar mais próxima das populações e com poderes e receitas próprias.

Mas enquanto o poder e as receitas estiverem quase exclusivamente nas mãos do Poder Central importantes projectos vão ficando pelo caminho.

Durante o debate do Orçamento do Estado para 1989, os deputados comunistas apresentaram propostas que seriam fundamentais no desenvolvimento da região do Porto. Foram rejeitadas pelos votos do PSD e do CDS. Alguns exemplos: Programa de saneamento básico no distrito, construção de uma nova ponte rodoviária de ligação entre Gaia e Porto; Programas de emergência para recuperação de habitação degradada na zona dos Centros

Históricos de Porto e Gaia e ainda nas zonas degradadas de Matosinhos; Portos de abrigo para os pescadores da Aguda e Afurada.

No plano da saúde foram propostas verbas para o Hospital distrital de Vale de Sousa e Centro de Saúde de Paços de Ferreira, para a Maternidade Júlio Dinis e Hospital Maria Pia. Aqui, os deputados comunistas fizeram questão de relembrar uma história. Quando o ano passado Cavaco Silva esteve no Porto — em 28 de Março, aquele dia em que o Primeiro-Ministro descobriu que não tinha havido greve geral porque comeu pão fresco ao pequeno-almoço — prometeu um milhão de contos para o Maria Pia. Agora, os deputados do partido do Governo votaram contra a inscrição de uma verba para este mesmo Hospital...

Sem dúvida importante, as questões da cultura na cidade. Ilda Figueiredo fez recentemente na Assembleia da República uma intervenção sobre este tema, a que o «Avante!» se referiu. De qualquer forma, e como teve oportunidade de salientar na conferência de imprensa, alguns aspectos assumem forma escandalosa. O facto de nenhuma companhia de tea-

tro do Porto ter recebido qualquer subsídio regular é o exemplo mais flagrante.

Mas no plano cultural, de salientar também os projectos-lei apresentados pelos deputados do Porto de criação do Museu do Trabalho Industrial e do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova e o projecto-lei de recuperação e reabilitação urbana de zonas de interesse histórico patrimonial.

Com importantes reflexos nas populações locais: os projectos-lei de criação da freguesia de S. Pedro de

Azevedo, de elevação das vilas de Ermesinde e Felgueiras à categoria de cidade e das povoações de Paço de Sousa e S. Pedro da Cova à categoria de vila.

Mas a actividade dos deputados comunistas eleitos pelo Porto desenvolveu-se em torno de numerosas outras questões e assumindo as mais variadas formas: requerimentos, intervenções, visitas e contactos com instituições e organizações; situação social e problemas dos trabalhadores, dos agricultores, do ensino, do ambiente.

Assembleias em Cedofeita e Ramalde

Duas organizações de freguesia da cidade do Porto têm marcadas para este mês Assembleias de Organização. Trata-se das organizações de Cedofeita, no dia 18, e de Ramalde no dia 25.

Começar desde já a prespectivar o trabalho para os próximos actos eleitorais — Parlamento Europeu, mas particularmente autarquias locais — e eleger as Comissões de Freguesia, são os objectivos das Assembleias.

Novo CT em Lordelo do Ouro

Entretanto, e sem dúvida

importante para o desenvolvimento da actividade do Partido, é a aquisição de mais um Centro de Trabalho na cidade, que será base do trabalho dos comunistas de Lordelo do Ouro. A escritura foi assinada na segunda-feira.

Carnaval no CT da Boavista

O organismo ocidental do Comité Local do Porto vai organizar uma festa de Carnaval no CT da Boavista. É no dia 6. Promete um óptimo serviço de bar, música, baile, cor e... alegria. Tudo isto em troca de 500 «palhaços».

Açores e Madeira

Programa de apoio enriquecido pelas propostas de Aboim Inglez em Bruxelas

No passado dia 26, em Bruxelas, a Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu realizou a primeira apreciação do relatório do euro-deputado espanhol Guiterrez Diaz, do Grupo Comunista e Afins, defendendo um programa de apoio às regiões insulares portuguesas do Atlântico — Açores e Madeira. Intervieram na discussão, além de vários deputados de outras nacionalidades, os euro-deputados portugueses Virgílio Pereira e Vasco Garcia (do Grupo Liberal), Santos Machado, do grupo PPE, Aboim Inglez (do Grupo Comunista) e Maria Belo (do Grupo Socialista).

Dando o seu apoio em geral ao relatório, considerando-o uma boa base de trabalho, o deputado comunista Aboim Inglez fez diversas sugestões para o seu enriquecimento.

Pelo o que se refere aos Açores, Aboim Inglez defendeu que se referisse a eleva-



da dependência energética do exterior e, além da exploração das potencialidades de produção de energia geotérmica, também a de outras energias renováveis e a racionalização das despesas energéticas.

Apoiando a linha prioritária de protecção dos sectores agro-pecuários e dos lactícios, o reforço de produções

agrícolas alternativas, pediu a inclusão de referência à cultura da beterraba e do tabaco. Apoiando a renovação do sector pesqueiro, incluindo a frota artesanal, defendeu que se referisse também o processamento industrial do pescado. Defendeu o estabelecimento de serviços regulares inter-ilhas, não só marítimos, mas aéreos e manifestou o seu apoio à referência ao

programa comunitário relativo ao turismo nos Açores.

Em relação a ambos os arquipélagos, Aboim Inglez defendeu a ideia de que o PEDIP deveria aí considerar importante apoio às indústrias resultantes ou factor de desenvolvimento do sector primário. Defendeu igualmente a conveniência do relatório referir a necessidade de medidas no domínio social, da habitação e da formação profissional. Considerou como muito importante que o relatório explicitasse claramente a necessidade de um tratamento específico por parte da comunidade a estas regiões insulares e periféricas, das mais carenciadas da comunidade.

O debate do relatório prosseguirá nas duas próximas reuniões da Comissão Regional, prevendo-se que suba ao plenário do Parlamento Europeu para aprovação final na sessão de Abril.

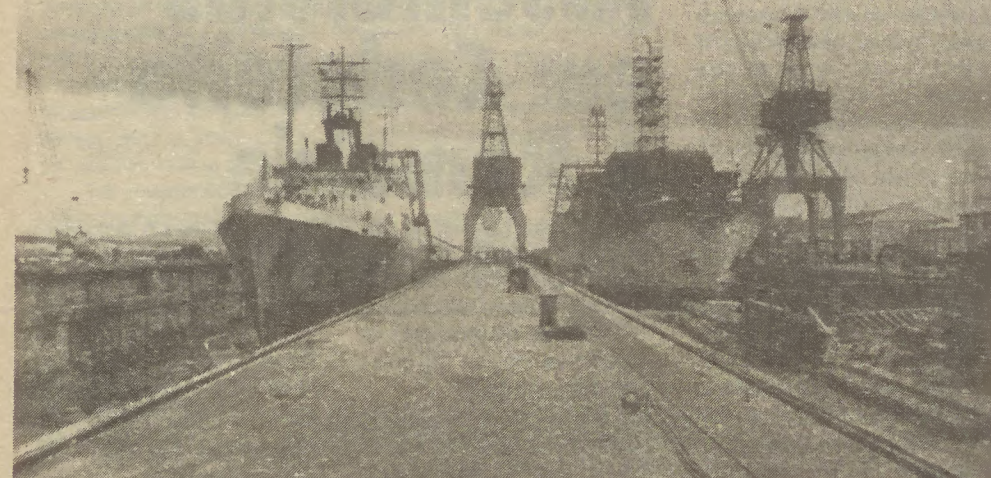
MINHO

Comunistas de Braga e Viana têm as suas Assembleias em Abril

No prosseguimento dos passos dados na descentralização do trabalho de direcção regional iniciado durante o ano de 1986 e da concretização de orientações da Resolução Política do XII Congresso, a DORM aprovou entre outras medidas de direcção, a convocação das Assembleias das organizações distritais de Braga e de Viana do Castelo, para 2 e 9 de Abril, respectivamente.

A decisão foi tomada na reunião plenária do passado dia 28 de Janeiro, na qual a Direcção Regional do Minho do PCP discutiu várias questões de direcção e organização do Partido e também o plano de trabalho para este ano de 1989.

Das conclusões e das decisões a que chegou o plenário da DORM retirámos algumas notas mais significativas.



Os comunistas de Viana do Castelo, incluindo naturalmente os membros do Partido organizados na célula dos Estaleiros Navais, reúnem a sua assembleia da organização distrital em 9 de Abril

• DORM discutiu plano de trabalho para 89

As duas Assembleias terão como objectivos fundamentais a discussão das principais linhas de trabalho do Partido nos distritos de Braga e de Viana do Castelo e a eleição dos organismos dirigentes do Partido nos dois distritos.

A DORM aprovou o reforço da composição das duas comissões distritais, que irão assegurar a sua organização e o trabalho preparatório das duas Assembleias.

Este ano não haverá Festa da Alegria

Além da convocatória das Assembleias distritais de Braga e de Viana do Castelo, a DORM discutiu o conjunto do plano das suas actividades e principais iniciativas para o ano em curso.

Sobre estas questões, a DORM considerou que a marcação e o calendário de iniciativas para 1989 deviam ter em conta as exigências e o empenhamento que para o trabalho do Partido vão significar as duas importantes batalhas políticas, que são as eleições para o Parlamento Europeu em 18 de Junho e as eleições autárquicas para o final do ano (Dezembro).

Face a esta situação e com os dados disponíveis de momento para o conjunto das iniciativas nacionais do Partido, a DORM, depois de ouvir as principais organizações da região e as direcções das organizações regionais do Porto e de Trás-os-Montes, considerou não existirem este ano condições de tempo e técnicas para a realização da Festa da Alegria. Certa de que a decisão tomada será

compreendida por todos os militantes e amigos da Festa da Alegria, a DORM do PCP apela para a sua participação e intervenção nos trabalhos e actividades preparatórias dos actos eleitorais.

Decidiu ainda a DORM que em relação ao conjunto de outras iniciativas para o ano de 1989, nomeadamente as que se ligam com o aniversário do Partido e com a realização de assembleias das organizações, estas voltarão-se para a dinamização e a mobilização de todo o Partido para as importantes batalhas políticas, locais e eleitorais que estão em cima da mesa para o ano corrente.

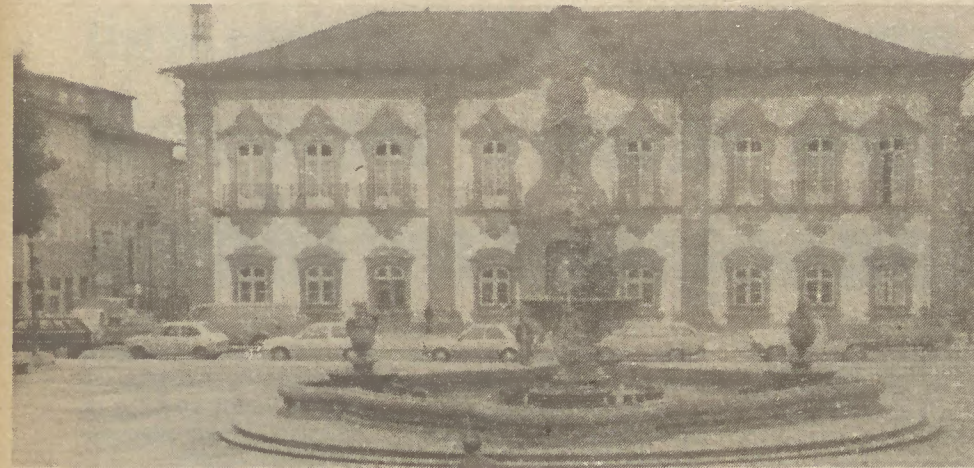
Governo contra a regionalização

A DORM do PCP, no breve exame que fez da situação política e social da região e do País, sublinha o especial significado de que se revestem as grandes manifestações realizadas no Minho no quadro da jornada nacional de luta da CGTP-IN (em Braga e Viana do Castelo) bem reveladoras do protesto

generalizado contra a política do Governo PSD, cuja queda de popularidade e redução da base de apoio são bem evidentes, estando aquele já distante da maioria absoluta conquistada nas últimas eleições.

Estas manifestações e o conjunto de lutas em curso, unindo num grande caudal de protesto contra a política caquiquista variados sectores, classes e camadas sociais (trabalhadores, agricultores, moradores, reformados, etc.), põem a nu a contradição cada vez mais viva entre a acção governativa do PSD, toda voltada para a rápida concentração da riqueza nas mãos de grandes grupos económicos privados, e os interesses do País e da grande maioria dos portugueses e do povo do Minho.

A DORM chama ainda a atenção para a particular gravidade das recentes declarações do Primeiro-Ministro, opondo-se ao avanço do processo de criação das regiões administrativas a pretexto de não se prejudicar a preparação de Portugal para o Mercado Único da CEE em 1992, CEE que assim aparece mais



Braga: assembleia da organização distrital do PCP em 2 de Abril próximo

uma vez como falso álbi usado pelos governos de direita para medidas lesivas dos interesses populares e nacionais (como é o caso também do «pacote laboral» e das privatizações).

Tais declarações tiram assim a máscara com que o PSD cobria a sua política centralizadora e de condicionamento do Poder Local, põem a nu a sua falta de respeito pela vontade democraticamente afirmada pela esmagadora maioria das Assembleias e Câmaras Municipais do Minho, pronunciando-se em defesa da rápida regionalização, como condição de um desenvolvimento mais sólido que vença as assimetrias existentes, que permita a efectiva descentralização do poder concentrado em Lisboa, que possibilite o mais cuidado e planeado uso dos fundos comunitários, acabando com os «sacos azuis» e a política discricionária do Governo nesta matéria.

A crescente determinação e unidade dos trabalhadores e das populações na luta por melhores condições de vida e

de trabalho, contra o «pacote laboral», por uma política de rendimentos socialmente mais justa, são a demonstração de que é no reforço e alargamento da unidade, é no desenvolvimento do protesto social e não no colaboracionismo exemplificado na falhada e fracassada plataforma entre o Governo e dirigentes da UGT, que reside o caminho seguro para fazer recuar a política antidemocrática e anti-social deste Governo.

A luta e o protesto

A amplitude do protesto social e o isolamento, e as contradições internas do Governo, comprovam também a necessidade, cada dia maior da apresentação dum efectiva alternativa política, cuja construção só pode assentar na convergência, no entendimento e na acção comum das forças democráticas, designadamente de socialistas e comunistas.

Lamentavelmente, os no-

vos dirigentes do PS parecem, pelas suas declarações e actos mais recentes, não terem em conta a experiência política do passado e não manifestarem vontade de construir uma efectiva alternativa política ao actual Governo, antes insistindo nas estafadas e fracassadas teses de bipolarização, da hegemonização à esquerda, ao mesmo tempo que prosseguem a aplicação, a um ritmo e empenhamento preocupantes, do acordo com o PSD para a destruição da Constituição de Abril, com cedências profundas, já no domínio público, na área económica, da Comunicação Social e da Saúde.

A DORM do PCP reafirma, entretanto, a sua inteira disponibilidade e das organizações do PCP no Minho, para o diálogo e a convergência com os demais sectores democráticos, incluindo os socialistas, visando a defesa dos interesses regionais, o combate pela regionalização, a luta contra a política de direita e a defesa da Constituição de Abril.

Distrital do PCP alerta

Eucaliptos ameaçam concelhos de Bragança

«A desregrada eucaliptização de vastas áreas de terrenos no distrito, nomeadamente nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro e Carrazeda de Ansiães, está a levantar protestos das populações e autarquias», revela um *telex* da Comissão Distrital de Bragança do PCP dirigido aos órgãos de Comunicação Social, e onde dá conta das conclusões da sua reunião de 28 de Janeiro.

Aquela Distrital transmontana reuniu com a presença do camarada Agostinho Lopes (membro do Executivo da Comissão Política do Comité Central) para apreciação da situação política e social e discussão de questões de direcção e organização decorrentes das decisões do XII Congresso do PCP.

Foi ainda discutida a preparação dos actos eleitorais a realizar durante 1989 para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais.

A Comissão Distrital de Bragança do PCP analisou a ofensiva do Governo PSD contra os trabalhadores, os agricultores e outras camadas e sectores do povo português, salienta a nota dos comunistas de Bragança.

O Governo e a maioria PSD na Assembleia da República, com o apoio do CDS, preparam-se para revogar as actuais «leis dos baldios» com a consequente extinção dos conselhos directi-

se opõe à desregrada plantação de eucaliptos.

Foram decididas, entre outras, as seguintes iniciativas nos próximos meses:

- Acções de informação e esclarecimento em feiras do distrito entre os dias 9 e 15 de Fevereiro, iniciativas que se integram nas jornadas nacionais da CDU;
- As comemorações do 68.º aniversário do PCP em Bragança e Mirandela;
- A realização da 2.ª Assembleia de organização concelhia de Vila Flor;
- A realização de debates sobre a acção dos comunistas no Parlamento Europeu e consequências da adesão de Portugal à CEE, em Bragança, Vila Flor e Mirandela.

Próximas iniciativas

A Distrital de Bragança do PCP apóia a justa luta dos compartimentos de defesa das actuais leis dos baldios e manifesta a sua solidariedade às populações e autarquias que

Camaradas Falecidos

Luís Santos

Realizou-se no passado dia 28 o funeral do camarada Luís Santos, que estava organizado na freguesia de Alvalade, Lisboa.

António Lemos Teixeira

Faleceu na passada semana, no Porto, o camarada António Lemos Teixeira, de 67 anos, membro da organização concelhia da Maia e militante do Partido desde 1974.

O camarada António Lemos foi um dedicado militante, tendo em todas as frentes de trabalho onde actuou, nomeadamente na organização local da Areosa e na frente dos reformados, grangeado a amizade e apreço.

A comissão concelhia da Maia do Partido Comunista Português enviou à família enlutada sentidos pésames.

Organização nas empresas

Reunião regional de quadros da Beira Interior (C. Branco e Guarda)

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) do PCP promoveu, nos últimos dias de Janeiro, uma reunião geral de quadros destinada a debater os problemas de organização nas empresas.

O Encontro teve como principal objectivo «analisar a situação de cada empresa e encontrar as formas mais adequadas para a consolidação ou criar as respectivas células e considerar formas diferentes de organização», e ainda «adoptar medidas de direcção e de quadros que assegurem a continuidade e a persistência dos esforços», segundo foi resolvido no XII Congresso do Partido.

Ao longo da reunião, que se prolongou por todo o dia de 21, e sem se subestimar «as reais dificuldades decorrentes do avanço da contra-revolução, dos despedimentos, da precariedade do emprego, da repressão patronal e da emigração, ficaram claramente demonstradas as grandes possibilidades de desenvolver a organização do Partido nas empresas».

Medidas a tomar

A reunião geral de quadros dos comunistas da

Guarda e de Castelo Branco, apontou várias medidas para o trabalho nas empresas, nomeadamente:

- O estabelecimento de prioridades nos concelhos e freguesias de maior concentração operária, bem como às células das maiores empresas, o que não significa o abandono das restantes;
- O levantamento dos quadros mais activos e promissores, dando atenção particular aos jovens, procurando ganhá-los para a criação de organismos intermédios;
- A análise da composição das Comissões Concelhias com vista ao seu reforço e atenção necessária ao desenvolvimento das células de empresa, procurando a sua crescente responsabilização na direcção do trabalho no concelho;
- Nos maiores concelhos, o estudo dos organismos intermédios a criar, tendo sempre presente que a organização não obedece a esquemas rígidos;
- O desenvolvimento cons-



A actividade e a organização do PCP nas empresas foi tema de análise numa recente iniciativa dos comunistas da Beira Interior (na foto: minas da Panasqueira)

tante, para a cada vez maior ligação das células aos restantes trabalhadores da empresa na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores;

«O incentivo à publicação de documentos orientadores da luta, pelas células, particularmente quando se verificam injustiças ou casos de exploração desfezreada;

«A periódica troca de informações sobre as experiências concretas de organização das células de empresa».

Recrutamento

Trabalhar para encontrar

novas soluções de organização, revitalizar células, elevar o nível de acompanhamento político das maiores células de empresa da região, desenvolver esforços persistentes para criar novas células em empresas onde o Partido ainda não está organizado, aumentar o recrutamento de activistas, sobretudo jovens — foram direcções aprovadas na reunião.

Entre os participantes estavam-se os camaradas Blauque Teixeira, membro do Secretariado, e António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central.

Montijo

Câmara nega solidariedade

Os comunistas do concelho do Montijo manifestaram já publicamente a sua solidariedade para com os moradores da Urbanização do Bairro da Bela Vista, que viram recentemente aumentadas as prestações pagas pelas suas casas em valores que atingem os 100 por cento.

Em comunicado distribuído à população, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP afirma que «a 20 de Janeiro, a maioria PS/PSD na Câmara recusou uma proposta dos eleitos da CDU Jacinta Ricardo e Francisco Saragaço, de solidariedade activa para com aqueles moradores».

Os comunistas comentam esta atitude dos eleitos da maioria no Município, afirmando que se verificou, uma vez mais, a total submissão do PS, dos seus eleitos e em particular do Presidente da Câmara à estratégia política do PSD no concelho do Montijo.

A negação deste voto de solidariedade para com os moradores da Urbanização da Bela Vista foi extensiva a uma outra moção de solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Setenave ameaçados agora com o maior despedimento colectivo depois do 25 de Abril.

Debate com Carlos Carvalhas em Espinho

A parte de leão dos «fundos estruturais» foi para o grande capital

Fundos estruturais e a acção dos comunistas no Parlamento Europeu foram os temas centrais do animado debate que decorreu há dias em Espinho com a participação do camarada Carlos Carvalhas, da Comissão Política do Partido e membro do Conselho da Europa. Já de seguida aqui deixamos um breve apontamento com algumas das questões desenvolvidas, na base da intervenção do dirigente comunista.

• Fundos estruturais

Sobre este assunto referiu Carlos Carvalhas: «Houve duplicação destes fundos. Prevê-se um saldo de 107 milhões de contos para o corrente ano. Porém, estes dinheiros têm sido desaproveitados pelo Governo, são fonte de corrupção e compadrios políticos. Apesar de se registarem investimentos positivos em formação profissional, nas autarquias e numa ou noutra empresa, foi, sem dúvida, o grande capital nacional e estrangeiro quem ficou com a parte de leão».

• Plano de Desenvolvimento Regional — Regionalização precisa-se

Ao reconhecer que 20 por cento dos fundos estruturais são desviados por corrupção, a CEE impôs que cada país apresentasse o seu «Plano de Desenvolvimento Regional — PDR».

O Governo Cavaco Silva/PSD apresentou uma proposta, que quis manter secreta, o que indicia que mais uma vez quer favorecer o grande capital e intrometer-se na vida autárquica, filtrando os fundos e os projectos.

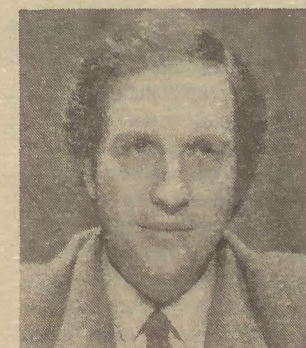
«Não é por acaso — disse Carlos Carvalhas — que o Primeiro-Ministro vem agora a público contra a regionalização contrariando o sentimento geral que aponta a regionalização como meio eficaz e necessário ao desenvolvimento democrático e harmonioso. O PCP propôs o adiamento do PDR e exige a sua discussão por todos os interessados».

• Mercado Único 1992

Este Governo «joga para perder o desafio».

Põe em causa os interesses, a soberania e a independência nacionais.

Com o «Mercado Único» a vigorar a partir de Janeiro de 1992 vai haver livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Mas o que já está a acontecer, no dizer de Carlos Carvalhas, é que «este Governo é mais papista que o Papa e quer avançar antes mesmo prazo. Quer a livre circulação de capitais a partir de Julho de 1990, o que ameaça o nosso sector financeiro. Porém, quanto à dimensão social, isto é, quanto à melhoria de condições de vida, dos sala-



Carlos Carvalhas

rios, dos direitos sociais dos trabalhadores, é que nem uma medida incremental. Para os grandes capitalistas tudo!

Para os trabalhadores nada ou muito pouco. Quanto à livre concorrência, no mesmo aquário, os peixes grandes comem os pequenos que, para sobreviver, teriam que proteger-se. Não é isto que o Governo faz e põe em risco a soberania e a independência nacional.»

• Par a vencer o desafio, outra política

Uma política que...

- Desenvolva as forças produtivas nacionais, assegure a dimensão social do desenvolvimento no interesse do País;

- Mantenha e desenvolva um forte sector empresarial do Estado, capaz de competir com as transnacionais e de assegurar a independência económica do País;

- Apóie as PME's e os agricultores portugueses;
- Aplique com transparência e eficácia os fundos estruturais;

- Reivindique a especificidade de sectores da nossa economia;
- Salvaguarde a soberania e a independência nacionais.

A concluir este aspecto, Carlos Carvalhas disse: «Temos em Espinho o caso concreto da Fosforeira Nacional. O Governo não aproveitou o PEDIP para modernizar esta empresa e permite a invasão do nosso próprio mercado nacional pelos fósforos turcos mais baratos. Está a pôr em causa a sobrevivência da empresa, o que demonstra a capitulação e a falta de dignidade nacional deste Governo».

• Defender Portugal no Parlamento Europeu

Os deputados comunistas foram os únicos que apresentaram propostas de alteração ao orçamento da CEE e as que foram aceites acrescentam mais quase 4 milhões de contos para Portugal, repartidos:

- Pela modernização dos meios de controlo das pescas nas águas portuguesas;
- Pela formação profissional dos agricultores;
- Para apoio dos projectos infra-estruturais de transportes;
- Por acções no domínio do turismo;
- Por acções de luta contra a pobreza;
- Para protecção e gestão do espaço, poluição atmosférica e resíduos.

Perante o desinteresse efectivo dos outros grupos de deputados portugueses podemos dizer que os únicos deputados «com nível de alta competição, verdadeiros campeões europeus, no PE, são os deputados comunistas».

- Jornada Nacional a 11 e 12 deste mês de Fevereiro;
- Encontros distritais em Beja (19 de Fevereiro), Portalegre (25 de Fevereiro) e Évora (18 de Março);
- Seminário para activistas sobre a integração na CEE a 4 de Março, em Beja;
- Encontro Nacional da CDU a 19 de Março;
- Fórum CDU/Alentejo a 9 de Abril.

Encontro de quadros das Concelhias da OR do Alentejo definiu objectivos

Vencer as eleições, no Alentejo, para o Parlamento Europeu e para os órgãos autárquicos (Dezembro) é uma das quatro direcções de trabalho apontadas no encontro de quadros das Comissões Concelhias da Organização Regional do Alentejo do PCP, realizado no passado dia 29, na Casa da Cultura de Beja. Estiveram presentes 148 camaradas de 36

concelhos alentejanos. Tendo como referências fundamentais o novo Programa do Partido, a Resolução e os Estatutos aprovados no XII Congresso, e, naturalmente, as realidades nacionais e regionais, o encontro avançou também com direcções prioritárias de acção a elevação do nível do trabalho de direcção e organização do Partido em todas as

áreas e frentes; a dinamização da luta de massas contra a política de exploração do Governo Cavaco/PSD, pela unidade dos trabalhadores, por uma alternativa à política caquiquista; e o trabalho e a luta pelo desenvolvimento integrado do Alentejo, em unidade e convergência com todas as forças e entidades para isso disponíveis. Na próxima edição do

Avante! apresentaremos um trabalho pormenorizado com as conclusões essenciais desta importante iniciativa dos comunistas alentejanos que, no plano da CDU, estão desde já a trabalhar para o êxito das seguintes iniciativas:

- Encontro regional sobre Comunicação Social no próximo sábado;

Assembleia da República**Revisão em marcha forçada****Se o acordo PS/PSD já era mau a sua execução ainda consegue ser pior**

Prosseguindo a mudança de ritmo iniciada no princípio do corrente ano por imposição do PS e do PSD, os trabalhos da Comissão Eventual de Revisão Constitucional estão a conhecer uma nova aceleração forçada, em obediência a um plano destes partidos no sentido do processo de revisão em comissão estar concluído até finais do corrente mês de Fevereiro. Esta semana deverão assim ficar concluídos os debates em torno das propostas de alteração à Constituição Económica (artigo 80 e seguintes), matéria que vem ocupando os deputados encarregues da revisão desde há cerca de quinze dias, e que permitiu clarificar um dos aspectos sobre o qual vinham recaindo fortes suspeitas: o acordo PS/PSD, muito para lá do carácter e das implicações nefastas que se lhe conheciam, está a ser agravado, em alguns aspectos, pelos seus executores.

Confirmando anteriores receios e apreensões manifestados por vários sectores democráticos, designadamente pelo PCP, os trabalhos da CERC revelaram com efeito nos últimos dias que o PS e o PSD se dispõem a reprivatizar de forma indiscriminada as empresas do sector público sem sequer acautelar os direitos dos trabalhadores e a transparência dos negócios, a estabelecer um novo quadro propício ao aumento dos custos da Saúde para os utentes, a reduzir o planeamento económico e intervenção dos órgãos de soberania nas opções a tomar ou a eliminar a referência explícita à Reforma Agrária na Constituição da República.

Reprivatizações: PS cede em toda a linha

Começamos pelas reprivatizações. Na proposta conjunta PS/PSD de substituição do Artigo 83.º (nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril), estes partidos elimi-

nam o princípio da irreversibilidade das nacionalizações e prevêem a reprivatização indiscriminada das empresas do sector público. No seu articulado, não são acautelados minimamente os direitos dos trabalhadores das empresas indirectamente nacionalizadas e que venham a ser reprivatizadas, não ficando estas empresas também abrangidas pela norma que aponta o concurso público como forma «preferencial» de proceder à sua reprivatização.

Indo agora mais longe do que haviam estabelecido no acordo (onde não existia esta discriminação), para o PS e o PSD só são abrangidas por esta e por outras normas as empresas que tenham sido alvo de nacionalização directa, sendo mesmo neste caso vaga a referência à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Deste modo fica claro que nem mesmo os sectores estratégicos da economia são salvaguardados no processo de reprivatizações, não ficando igualmente acauteladas as

garantias de transparência e a exclusão do negócio particular, uma vez que, como já se disse, tais operações poderão ser ou não feitas através de concurso público.

Especial registo merecem entretanto as sucessivas e lamentáveis cedências que o PS veio dando até chegar à fórmula actual, a qual significa, pura e simplesmente, deixar ao PSD a possibilidade de ser ele a definir como bem entender as regras do jogo. Com efeito, estabelece a proposta conjunta que as reprivatizações serão efectuadas nos termos de uma lei geral que para ser aprovada necessita apenas de uma simples maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções.

Ora convém lembrar que antes de apurar esta solução convergente com a direita, o PS defendia publicamente há cerca de um ano, mais precisamente em finais de 1987, que não deveria haver qualquer reprivatização que não fosse objecto de uma lei específica aprovada por uma maioria de dois terços.

No seu projecto inicial de revisão, pouco tempo depois, já admitia que uma única lei

pudesse regular todas as privatizações, embora exigisse ainda a maioria qualificada de dois terços. Agora, o PS dá a cambalhota total, desdiz tudo o que anteriormente afirmara, e vai despidoradamente ao encontro da tese preconizada pelo PSD.

Saúde à medida da bolsa

No que diz respeito à saúde, sobressaem das propostas apresentadas no decorrer dos debates pelo PS e PSD a definição de um quadro propício ao aumento dos custos para os utentes.

Diverso do que estabelece o actual texto da Lei Fundamental — o direito de todos os cidadãos à saúde através da criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito — pretendem agora aqueles partidos que tal direito seja realizado através de «um serviço nacional de saúde universal geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito».

Na óptica do PS e PSD deverá igualmente ser substituída a incumbência do Estado de «orientar a sua acção

para a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos» pela incumbência de, apenas, «orientar a sua acção para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos».

Importa no entanto assinalar que para que haver um Serviço Nacional de Saúde Universal e geral torna-se imperioso que ele seja gratuito, uma vez que se não o for produzirá uma diferenciação por estratos económicos, ou seja, o cidadão que tem mais dinheiro tem mais acesso à saúde e em contrapartida, o que tem menos dinheiro tem menos acesso à saúde.

Também nesta área o acordo do PS com o PSD veio de forma surpreendente evidenciar a cedência dos socialistas, os quais, recorde-se ainda, na primeira leitura efectuada na Comissão de Revisão, há alguns meses, haviam defendido um SNS universal, geral e gratuito e contrariado as propostas do PSD que visavam transformar este serviço num Sistema Nacional de Saúde.

Outras áreas onde o carácter altamente nefasto do acordo celebrado entre o PS

e o PSD vai no sentido da demolição de aspectos fulcrais da Constituição é o da agricultura, designadamente da Reforma Agrária.

Enfraquecer barreiras constitucionais

Assinadas conjuntamente pelo PS e PSD — o que só por si é significativo e desmente as afirmações de esquerda saídas do recente Congresso dos socialistas —, estas propostas visam eliminar a referência explícita à Reforma Agrária na Constituição e enfraquecer as barreiras constitucionais que impedem a reconstituição do latifúndio.

É assim que no Artigo 96, entre outros aspectos, as propostas conjuntas eliminam o seu número 2, isto é, o conceito da Reforma Agrária como um dos instrumentos fundamentais da realização da política agrícola. É igualmente eliminada a alínea a) do n.º 1, que define o objectivo da transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção para aqueles que a trabalham como uma das finalidades da política agrícola.

Plano Desenvolvimento do Alentejo elaborado no maior secretismo — constata, após visitas, deputados comunistas

Com uma visita à Associação de Municípios de Beja e ao Núcleo de Empresas da Região, os deputados comunistas eleitos nos círculos eleitorais do Alentejo culminaram segunda-feira última uma série de contactos que vinham estabelecendo há três semanas a esta parte com entidades e organizações económicas e sociais dos três distritos.

Promovidos no quadro da preparação da interpelação do PCP ao Governo agenda para o próximo dia 14, estes encontros permitiram efectuar um diagnóstico rigoroso das principais questões e problemas que hoje se prendem com o desenvolvimento regional.

Desenvolvimento que até ao momento ainda não se traduziu em qualquer melhoria das condições de vida e de bem estar das populações e dos trabalhadores, conforme tiveram oportunidade de apurar nos seus contactos os deputados do PCP.

É, aliás, significativo que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) — plano que vai absorver o grosso dos fluxos comunitários nos próximos anos e também parte considerável do esforço financeiro nacional por via do Orçamento do Estado, das autarquias e dos empresários — esteja a ser elaborado no maior secretismo, sendo o seu conteúdo de todo desconhecido por parte de todas as entidades agora contactadas.

Consubstanciando o conjunto dos apoios comunitários ao nosso País até 1992 no âmbito do FEDER, do Fundo Social Europeu e do PEDAP, este PDR que o Governo prepara resulta da reestruturação dos fundos estruturais da CEE e da obrigatoriedade de uma programação plurianual das intervenções comunitárias, terminando o prazo da sua apresentação em 31 de Março próximo.

Acontece, porém, como referiu ao «Avante!» o deputado Lino de Carvalho, que um plano desta natureza, para ser eficaz, precisa necessariamente de ser preparado desde o início com a participação de todas as entidades de quem dependerá no futuro a execução do próprio plano.

Ora, o que sucede, como ressaltou deste conjunto de visitas, é que, ao contrário das directivas comunitárias, o PDR está a ser elaborado em segredo no gabinete das CCRs (Comissões Coordenadoras Regionais), completamente à margem das entidades potencialmente interessadas.

Aliás, não deixa de ser curioso assinalar o facto de todos os empresários contactados, designadamente no distrito de Évora, terem manifestado o seu agradecimento aos deputados comunistas pelo conjunto de informações por estes prestadas a respeito do referido Plano, informações que, segundo disseram, estavam a receber em

primeira mão.

Das visitas efectuadas pelos deputados comunistas Lurdes Hespagnol, Cláudio Percheiro, Lino de Carvalho, Vidigal Amaro e Luís Roque importa ainda reter, segundo o depoimento prestado ao nosso jornal, a circunstância

de o PDR poder não se traduzir num efectivo desenvolvimento da região, quer pela forma como está a ser elaborado, quer pelo facto de não estar a ser acompanhado de um efectivo processo de descentralização e de regionalização.

O «filho enjeitado» ao ataque

«O que o Governo PSD pretende é legalizar a precarização do vínculo laboral num feroz ataque ao princípio da segurança no emprego». Dirigindo-se à maioria governamental, nestes precisos termos se referiu Odete Santos ao pacote laboral, diploma que a seu ver constitui um «triste exemplo de uma política velha e mal enroupada».

A questão foi oportunamente levantada numa breve intervenção proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana finda. À colação, por iniciativa da deputada do PCP, foi chamada a política do «afrontamento de direitos económicos e sociais», responsável pela «profunda agitação social» que hoje percorre o País.

Uma política que tem precisamente como o «mais enjeitado dos seus filhos» o pacote laboral.

E foi sobre este que Odete Santos mais desenvolveadamente teceu algumas considerações, chamando particu-

larmente a atenção da Câmara para algumas das suas inconstitucionalidades e ilegalidades.

Desde logo, pela autorização legislativa concedida pela maioria PSD, sem ter permitido aos representantes eleitos pelos trabalhadores que participassem na feitura da lei. Mas inconstitucionalidades também no plano material. Ao alargar o conceito de justa causa, possibilitando a extinção de postos de trabalho, para além dos despedimentos colectivos; ao enfraquecer o controlo sobre a legalidade dos despedimentos colectivos através da supressão da fiscalização administrativa dessa legalidade; ao violar o princípio da segurança no emprego quando aposta em permitir contratos a prazo para os jovens à procura de primeiro emprego; ou ainda quando desrespeita o princípio constitucional que obriga a conceder protecção especial aos representantes eleitos dos trabalhadores, pondo assim em perigo a liberdade sindical.

Visita a Almada

Inserida numa programação regular de contactos com as populações, também os deputados comunistas eleitos pelo círculo de Setúbal visitaram muito recentemente o concelho de Almada.

Conhecer mais e melhor as realidades locais voltou a ser o lema que pautou mais esta visita no decorrer da qual foi dado ensejo aos deputados do PCP, sempre acompanhados por vereadores da Câmara e membros de direcção concelhia de Almada do PCP, de contactarem mais de perto com os problemas dos reformados e pensionistas, bombeiros, comerciantes, escolas, sindicatos e autarquias locais.

Relevo para os problemas suscitados no encontro com a Associação de Comerciantes, sector onde as preocupações se dirigem sobretudo para a questão das grandes superfícies comerciais, para os horários de abertura e fecho e para a necessidade de créditos com juros bonificados.

Da audiência com as corporações de Bombeiros, importa reter a satisfação destes pelos apoios concedidos pela Câmara Municipal, sem os quais, garantiram, a situação actual seria certamente muito crítica. Entre os problemas que entretanto subsistem, realce para a necessidade de renovação e aquisição de novas viaturas, e para os atrasos verificados no pagamento de subsídios, quer pela Direcção Geral de Saúde dos Cuidados Primários, quer pelo Serviço Nacional de Bombeiros.

Integraram a delegação parlamentar do PCP os camaradas Domingos Abrantes, Apolónia Teixeira, Rogério de Brito, Odete Santos, José Manuel Maia e Paula Coelho.

Assembleia da República

Livros escolares melhores e mais baratos

Governo vira as costas ao debate

A elaboração de programas escolares e definição de apoios específicos à edição do livro escolar, constituem o cerne de um projecto de lei do PCP submetido faz amanhã oito dias ao exame da Câmara. Na mesma ocasião, com idênticos objectivos, um outro projecto mereceu a atenção dos deputados, este de iniciativa do PS.

Em causa, para a bancada do PCP, está sobretudo o facto de apesar da abundante legislação existente continuarem sem resposta inúmeros problemas, a saber: a falta de critérios rigorosos quanto à elaboração e vigência dos programas, a ausência de avaliação da qualidade pedagógica e científica dos manuais e a indefinição de apoios específicos à edição do livro escolar de qualidade que permitam uma maior difusão e diminuição do preço de custo.

Matéria da maior relevância — não apenas porque o elevado custo do livro escolar constitui hoje um problema para a generalidade dos alunos e famílias, como também porque o acesso a material de apoio escolar é indiscutivelmente um factor a ter em conta na promoção do sucesso escolar — a sua análise acabaria por vir a ser prejudicada, em resultado da posição do Governo que, pura e simplesmente, preferiu optar por alhear-se do debate.

Severamente criticada pelas bancadas da oposição, esta insólita posição é tanto mais incompreensível quanto é sabido ter já sido elaborado pelo Executivo um projecto de decreto-lei sobre esta mesma matéria. Recusando a sua apresentação à Assembleia, o Governo de Cavaco Silva furtou-se assim ao confronto e ao livre e franco debate de ideias.

Jorge Lemos não deixaria passar em branco esta atitude, lembrando a propósito estar-se em presença de um «problema central que tem a ver com a própria postura do Governo face à Assembleia

da República». Isto é, sublinhou, não basta afirmar o desejo de trabalho conjunto e a necessidade de conjugação de esforços para a prossecução de uma política educativa apontada para o desenvolvimento. «É preciso muito mais que isso — garantiu —, é necessário saber debater os problemas com frontalidade, não fugir à discussão, refugiando-se comodamente numa maioria de votos».

Uma maioria que neste caso, pela voz do seu deputado Virgílio Carneiro, fez logo saber durante o debate que não poderia votar favoravelmente os projectos em causa, uma vez que neles, na sua óptica, foram detectadas várias «incongruências». Para além disso, disse ainda, esta é uma matéria que considera estar mais na «competência própria do Governo, dado o carácter eminentemente técnico adstrito à elaboração e adopção de manuais escolares».

Fraco argumento, refira-se, quando o que está em causa é alterar uma realidade que Jorge Lemos oportunamente descreveu, recordando as «situações verdadeiramente dramáticas» em que as famílias se vêem confrontadas em cada início de ano escolar, com a necessidade de «optar entre o livro e a alimentação ou o vestuário, ou mesmo deixar de considerar a possibilidade de frequência escolar».

Ora é justamente no sentido de alterar esta realidade que apontam as propostas do PCP, elaboradas pela preocupação de assegurar a «igualdade de oportunidades, a qualidade científico-peda-

gógica dos manuais e uma correcta avaliação das propostas apresentadas» com vista ao apuramento de um conjunto de manuais cuja adopção pelos estabelecimentos de ensino possa ser recomendada.

Nesse sentido, de acordo com o articulado do projecto do PCP, é definido para efeitos de elaboração de manuais escolares um período mínimo de três anos e máximo de cinco para a vigência dos programas escolares, prevendo-se ainda, entre outras coisas, que as propostas de manuais escolares sejam avaliadas por comissões de âmbito nacional constituídas para cada uma das disciplinas e integradas por personalidades de reconhecida competência técnico-científico-pedagógica.

Regime jurídico das Associações de Municípios Oportunidade perdida de corrigir falhas actuais

Saber se aumenta ou não os direitos das Associações de Municípios, aperfeiçoa o seu funcionamento e reforça a sua democraticidade, tais são em sùmula as questões suscitadas pela proposta de lei que estabelece um novo regime jurídico para aquelas associações.

O debate, ocorrido faz hoje oito dias, veio uma vez mais evidenciar o fosso que separa as posições da maioria das defendidas pelas restantes bancadas, diferenças assinaláveis não apenas em questões de fundo como também de forma.

Para o Governo, de acordo com as palavras do secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, a questão reside no facto de o actual quadro legal manifestar «deficiências que em muito prejudicam a operacionalidade das associações de municípios» pelo que, do seu ponto de vista, do que se trata é de

CDU e baldios sob o fogo PSD

Foi uma sessão plenária fértil em votações a da última terça-feira. Votações de que resultou a aprovação de diplomas, dois dos quais configuram a tentativa da direita em eternizar-se no Poder, por um lado, e a demolição de um bem colectivo constitucionalmente consagrado, por outro. Referimo-nos ao projecto de lei da autoria do PSD sobre símbolos das coligações para fins eleitorais e à lei dos Baldios, subscrita também pela bancada da maioria e pelo CDS.

No primeiro caso, trata-se evidentemente de um projecto de onde releva a intenção de viciar as regras do jogo eleitoral, pondo em causa a sua democraticidade. Odete Santos, na declaração de voto que proferiu em nome da bancada comunista, afirmou-o de forma contundente, sublinhando que se trata de um diploma «inoportuno, desnecessário e redutor» que tem em vista exclusivamente criar dificuldades à CDU e colocá-la em situação de desigualdade perante as outras forças políticas concorrentes. Mais ainda do que a apro-

priação e gestão indevidas dos baldios, as propostas do PSD e do CDS vão no sentido de tomar a posse e gestão dos próprios compartes, administrar o comportamento e as economias dos povos serranos, afirmaria por seu turno Rogério de Brito na declaração de voto que proferiu após a votação, acto seguido de perto por centenas de homens e mulheres que, provenientes das zonas serranas do Norte e Centro do País, enchiam as galerias da Assembleia da República e uma parte dos jardins circundantes ao Palácio.

do Governo não vem «aperfeiçoar e clarificar» alguns dos aspectos da lei actual nem mesmo «aumentar os direitos das associações de municípios», limitando-se ao invés a manter «as falhas actuais» e a reduzir «drasticamente» a sua democraticidade.

Motivo de crítica para a bancada comunista constitui desde logo, como tratou de explicar detalhadamente Cláudio Percheiro, o facto de o Governo ter utilizado uma vez mais a figura da autorização legislativa numa matéria constitucionalmente reservada à Assembleia da República, furtando-se assim quer ao debate na especialidade quer à consulta das inúmeras associações de municípios.

Mas para lá deste aspecto formal — revelador do menosprezo do Governo pelas associações de municípios e pela Assembleia da República — foi sobretudo o conteúdo do diploma que despertou as mais vivas reacções dos partidos da oposição.

Ainda na perspectiva da bancada comunista, são sobretudo quatro os aspectos mais gravosos que perpassam todo o articulado da proposta de lei. O primeiro, assinalou Cláudio Percheiro, refere-se à circunstância de o diploma limitar a participação dos eleitos na Assembleia Intermunicipal. Quer isto dizer que onde actualmente é obrigatório três membros (o presidente da Câmara e dois vereadores) no futuro, segundo a proposta de lei, as associações com mais de 10 municípios apenas terão direito a dois eleitos.

Alvo de críticas na proposta governamental foram também o facto de ela limitar a participação dos eleitos no Conselho de Administração e de, por outro lado, ignorar as reclamações das associações de municípios quanto à possibilidade de terem um quadro próprio para o pessoal.

Cultura Física e Desporto

Mas a sessão, marcada também por vários votos de pesar pela morte do escritor Fernando Namora, teve sobretudo no desporto o tema forte da sua agenda.

Em debate, duas iniciativas legislativas: uma, do PCP, ampla e inovadora, define a Lei-Quadro da Cultura Física e Desporto; a outra, apresentada pelo Governo sob a forma de proposta de lei, sem dúvida mais redutora, estabelece a Lei de Bases do Sistema Desportivo.

Culminando um longo trabalho de oito anos, o projecto do PCP contempla amplamente as críticas e sugestões que têm vindo a ser feitas pelo movimento associativo — logo aqui um dos aspectos que separa o seu diploma do do Governo —, concretizando no seu articulado o direito à cultura e ao desporto que a Constituição consagra e salvaguardando simultaneamente, como sublinhou o deputado comunista Celorico Moreira, a «autonomia das diferentes instituições e organismos» e assegurando a sua «participação efectiva na concepção e desenvolvimento das grandes linhas da política desportiva».

Ainda segundo as palavras de Celorico Moreira, para o PCP, trata-se, pois, de «estabelecer normas claras e efectivas que determinem os grandes princípios orientadores das actividades físicas e desportivas em todos os sistemas sociais, que dignifiquem a função social dos intervenientes no sistema desportivo, que moralizem e disciplinem as actuações dos agentes desportivos e que definam com transparência os meios e os recursos necessários ao desempenho efectivo daquelas funções».

É nesse sentido, afirmou o deputado comunista, que a organização do sistema desportivo preconizada no projecto do PCP integra a participação dos seus componentes essenciais, designadamente o desporto escolar, o desporto universitário, o desporto nos locais de trabalho, o desporto nas Forças Armadas e o associativismo desportivo, «reconhecendo a cada um deles a sua autonomia própria».

Tensão social

Entretanto, o agravamento da situação social e a acenuação de injustiças marcaram também presença na sessão de terça-feira. Foi no período antes da ordem do dia e a questão foi suscitada pelo deputado comunista Jerónimo de Sousa. Tratou-se sobretudo de denunciar as razões que têm levado ao agravamento do ambiente de tensão e conflitualidade (perda do poder de compra dos salários contratuais no ano passado, crescente precariedade de emprego, liquidação de milhares de postos de trabalho e degradação das condições de vida e trabalho), agravamento cuja responsabilidade Jerónimo de Sousa atribuiu por inteiro ao Governo de Cavaco Silva.

Com crise à vista

Urge alterar política de habitação

— alerta Octávio Teixeira

Libertar o crédito à aquisição e construção de habitação dos limites globais do crédito bancário, rever os parâmetros de acesso ao crédito para os mesmos fins de forma a adequá-lo à realidade dos preços dos fogos e dos rendimentos das famílias e aliviar a carga fiscal que incide sobre o preço da habitação, constituem três necessidades mínimas a implementar com a máxima urgência por forma a impedir que a curto prazo o sector entre de novo em crise profunda e o mercado imobiliário seja atingido por paralisia.

Fazendo-se eco das reclamações de quantos carecem de habitação e dos construtores, o alerta foi deixado na passada semana na Assembleia pelo deputado comunista Octávio Teixeira, ocasião por

este aproveitada para proceder a um recenseamento dos principais problemas existentes e a um diagnóstico da política governamental nesta área.

Uma política desde logo severamente condenada pelas graves restrições ao crédito que impõe. Para Octávio Teixeira, «nada pode justificar com efeito que o sector de habitação sofra tão fortemente os efeitos dessa limitação», uma vez que, explicou, o crédito à aquisição de habitação não é crédito ao consumo, mas sim crédito de investimento. Assim sendo, rematou, o crédito à aquisição obriga ele próprio a uma poupança adicional por parte das famílias, com a consequente redução do consumo.

Mas não é só nos cortes ao

crédito que se esgota a acção negativa do Governo. Avivando a memória dos deputados presentes, o orador lembrou o agravamento da carga fiscal que incide de forma directa e indirecta sobre a habitação, designadamente «com o agravamento da Sisa em 1989 e com a redução significativa da possibilidade de deduzir no rendimento, em sede de IRS, os juros com aquisição de habitação própria».

Testemunhando os efeitos desta política, os números revelados por Octávio Teixeira são a este respeito esclarecedores: o número de pedidos de crédito à aquisição de habitação diminuiu 18 por cento em 1988, enquanto que o número de contratos de crédito concluídos no mesmo ano di-

minuiu 25 por cento e o próprio volume de crédito concedido pelas instituições de crédito diminuiu também em cerca de 20 por cento em relação a 1987.

Fundadas razões para estarem preocupadas têm, pois, as famílias carenciadas de habitação, as empresas construtoras e os seus trabalhadores. Não é para menos se pensarmos que, face a uma retracção (resultante do sistema de crédito) na venda de habitações, os reflexos de tal política incidirão a prazo curto na suspensão e adiamento de «novos empreendimentos habitacionais pelas empresas construtoras e consequente redução da actividade no sector com todos os seus efeitos negativos, designadamente ao nível do emprego».

Poder Local

Almada, outro exemplo possível**A importância dos Planos autárquicos**

Afirmámos recentemente que a aprovação atempada do Plano de Actividades e Orçamento por qualquer Câmara Municipal é, em si mesma, um bom augúrio quanto ao seu funcionamento. A confirmação (ou não) da sua eficácia e competência resultará, naturalmente, do conteúdo do Plano. Sublinhámos na altura que as autarquias CDU são reconhecidamente exemplares quer no cumprimento dos prazos de apresentação dos Planos, quer na honestidade e competência que esses Planos revelam, ilustrando com o exemplo da Câmara Municipal de Loures. Desta vez pegamos no caso de **Almada**, outro grande município CDU, para frisar este (tão descurado) aspecto da actividade autárquica.

«O Plano de Actividades e o Orçamento da Câmara Municipal de Almada para 1989 foi atempadamente preparado, discutido, elaborado, aprovado, impresso e distribuído aos Serviços para sua constante e permanente orientação», começou por esclarecer o executivo da Câmara de Almada num recente encontro com os jornalistas destinado, exactamente, à apresentação do Plano de Actividades e Orçamento desta autarquia, para sublinhar logo de seguida:

«Estamos convictos de se tratar de um Plano e Orçamento deveras realista — embora ambicioso — dado que, ao elaborá-lo, os eleitos municipais efectuaram profundos debates em plenários com a população, em reuniões com Juntas de Freguesia, com escolas, colectividades, órgãos representativos dos trabalhadores autárquicos, sindicatos, corporações de bombeiros e diversas outras organizações e organismos de elevada representatividade. Também a vereação recebeu, dos próprios Serviços envolvidos, propostas sectoriais, e com eles efectuou reuniões de discussão e acerto do projecto de Plano e Orçamento até à fase da sua aprovação.»

Concluídos estes importantes instrumentos de trabalho e de orientação para o desenvolvimento futuro do concelho de Almada, chegou-se à especificação das áreas de actuação e respectivas verbas a afectar, que são: Ensino e Cultura — 14% do Orçamento (744 000 contos); Habitação e Urbanização — 38,6% (dois milhões e 22 000 contos); Salubridade — 17,2% (903 000 contos); Desenvolvimento Económico — 21% (um milhão e 107 000 contos); Saneamento Básico (um milhão e 592 000 contos).

Grandes objectivos

Constituem **Grandes Objectivos do Plano** para 1989 concluir ou prosseguir obras que transitem de 1988 e lançar aquelas com projectos concluídos ou a concluir no primeiro trimestre de 1989; o desenvolvimento turístico da Costa de Caparica; o início da execução de um Programa de Habitação Social na área do Plano Integrado de Almada; e a aquisição de terrenos com vista à instalação de indústria, criação de um pólo secundário, habita-

ção social e mercado abastecedor.

A recuperação do património histórico edificado e o início do programa-base do Plano Director Municipal; a instalação de serviços camarários em novos edifícios; a introdução de meios mecânicos modernos na limpeza das nossas extensas praias atlânticas, — eis outro vector do Plano.

Contemplados estão também a concretização do programa de renovação da rede viária; o reforço da protecção civil, ampliando o apoio às três corporações de bombeiros do concelho; o desenvolvimento acentuado da acção sociocultural com especial atenção às crianças, à juventude e aos idosos, o apoio às colectividades de desporto, cultura e recreio, e as grandes iniciativas culturais da Câmara ou a sua participação mais ou menos profunda em acontecimentos como as

Festas da Cidade, o Festival de Música dos Capuchos, a Festa do Teatro, a Quinzena da Música, os Festivais de Coros, de Bandas e de Folclore, o Carnaval, os festivais desportivos, exposições várias, entre as quais as programadas para a Galeria Municipal de Arte.

Os pormenores

A partir daqui, o Plano de Actividades e Orçamento do município de Almada esmiuça criteriosamente por numerosas rubricas a acção autárquica que vai desenvolver este ano, tendo previamente estabelecido e aprovado o que denominou as **Linhas de Orientação**.

Sendo impossível enumerá-las todas, apresentamos algumas só como referência.

Para o desporto, as linhas de orientação passam por uma contribuição municipal «para o desenvolvimento equilibrado qualitativa e quantitativamente da prática desportiva alargada o que tem muito a ver com o aperfeiçoar da sintonia das autarquias com as colectividades de cultura, recreio e desporto e com o nosso relacionamento conjunto com os demais concelhos do distrito. Acções a destacar são os Jogos Desportivos do Concelho de Almada (integrados nas Olimpíadas do Distrito de Setú-

bal), o Troféu Cidade de Almada, os Jogos Populares do Concelho de Almada, o Corta-Mato Escolar, o Torneio Internacional de Andebol Juvenil, o Convívio Internacional de Ginástica (CIGYM), o Torneio Internacional de Futebol de Praia, a Campigina, as 24 Horas a Nadar».

Na linha de acção autárquica está o Complexo Gimnodesportivo, «cuja construção terá início com o Pavilhão Gimnodesportivo Municipal em que os gastos previstos para 1989 são de 112 000 contos, bem como outras instalações e equipamentos de menor vulto mas de não menos utilidade».

O objectivo Habitação e Urbanização/Urbanismo desenvolve-se por quatro programas com as seguintes dotações orçamentais: habitação, 785 000 contos; Planeamento, 26 000 contos; Iluminação, 24 000 contos; Urbanização, 709 000 contos, o que perfaz um orçamento de 1 544 000 contos para esta frente. E sublinha-se:

«É conhecida a situação dramática do nosso país no que se refere à habitação social, e a inépcia da Administração Central no sentido de inverter tal estado de coisas por forma a resolver o problema da população mais carenciada. Procurando responder, no nosso concelho, a problemas específicos e bem identificados, colocámos no nosso



O vereador das Obras da CM de Almada mostrando aos jornalistas a maquete do complexo gimnodesportivo cuja construção arrancará este ano

programa o parque de habitação do município, a intervenção no parque habitacional privado, a recuperação de património histórico edificado e um programa de construção de habitação social e para vendas de 612 fogos no total, a concretizar em 3 anos». E mais:

«No que se refere ao parque habitacional do município orçamentámos para intervenção permanente uma dotação de 4 000 contos, e para intervenção periódica em grandes reparações dos bairros uma dotação de 20 000 contos. No parque habitacional privado, para intervenções com vista a socorrer situações comprovadamente gravosas temos uma dotação de 20 000 contos.

«Para a recuperação do

património histórico do município estima-se um investimento de 65 000 contos, e para o Núcleo Histórico de Intervenção Sistemática de Almada Velha vai uma dotação de 50 000 contos.

«No âmbito do Plano de Reabilitação da Costa de Caparica vamos concretizar um programa de construção de habitação social num total de 550 fogos. O investimento total previsto é de 1 650 000 contos.»

Aqui, a Câmara investirá 525 000 contos, não reembolsáveis, em 3 anos. «Em Vila Nova e no Bairro de Nossa Senhora da Conceição investiremos também na construção de habitação social 183 000 contos, dos quais 33 000 não reembolsáveis».

Loures**Severiano Falcão de novo candidato**

Severiano Falcão, o prestigiado presidente da Câmara Municipal de Loures e membro do CC do PCP, encabeçará de novo a lista da CDU para aquele órgão autárquico nas próximas eleições, conforme foi anunciado no passado domingo durante o Encontro Concelhio de Activistas da CDU, realizado em Moscavide. **José Casanova**, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerrou os trabalhos com uma intervenção que condensaremos mais adiante.

Ao intervir, o actual presidente da Câmara Municipal de Loures fez um balanço da gestão CDU na autarquia, começando por sublinhar que o cumprimento do programa eleitoral foi notoriamente ultrapassado, o mesmo não se podendo dizer sobre os grandes problemas do concelho dependentes, no todo ou em parte, da Administração Central.

É o caso dos problemas resultantes do grande crescimento populacional do concelho. Tais problemas, afirmou Severiano Falcão, quando não se agravaram «foi porque os assumimos, dada a sua urgência, com elevados custos até agora não compensados pela Adminis-

tração Central, em prejuízo de actividades, essas sim, da responsabilidade da autarquia».

O mesmo se passa em relação à defesa do meio ambiente: «Faz agora um ano», recordou, «que durante a visita do secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais ao concelho, apresentámos um plano para a construção, durante cinco anos, de dois sistemas de esgotos, um em S. João da Talha e outro em Frielas». O secretário de Estado comprometeu-se na altura a participar com 200 000 contos, para serem gastos em 1988, mas «tiveram destino diferente, sem explicação e aplicação no concelho».

Finalmente Severiano Falcão manifestou a determinação «para travar e ganhar, juntamente com os muitos milhares de homens, mulheres e jovens do concelho, as importantes batalhas pelo direito a uma vida colectiva mais digna de ser vivida».

José Casanova: «Procurar entendimento»

O Encontro realizou-se em Moscavide com grande

afluência de participantes e público, nomeadamente representantes de todas as forças políticas apoiantes da CDU e também muitas personalidades independentes de todas as freguesias do concelho, personalidades locais que dão o seu apoio à lista de Severiano Falcão. Refirase ainda que estão já a ser constituídas numerosas comissões de apoio à lista da CDU.

Foi neste quadro de grande entusiasmo e confiança na vitória da lista da CDU encabeçada por Severiano Falcão que José Casanova encerrou os trabalhos, analisando a política de alianças para as autarquias de Lisboa, Loures e a nível nacional.

Em relação a Lisboa, afirmou:

«As propostas de encontros, já feitas ao PS e ao PRD e que pensamos alargar a outras forças políticas democráticas, tem como objectivo procurar o entendimento capaz de derrotar Abecasis na CML e substituir a actual gestão por uma gestão moderna, competente e séria.

(...) Se é certo que há posições de abertura e até de entusiasmo por parte de muitos militantes do PS face à nossa proposta é verdade

que por parte dos responsáveis da direcção do PS, as perspectivas não se apresentam promissoras.

(...) As afirmações públicas de Lopes Cardoso são disto um exemplo».

E mais adiante:

«É importante dizê-lo com muita clareza: a recusa do PS em concretizar entendimentos com as outras forças democráticas e de esquerda, constitui já de si uma forma de aliança com a direita. Insistimos: pelo nosso lado estamos dispostos a sentar-nos

à mesa, e sem qualquer condição prévia, sem pretensões hegemónicas, discutirmos abertamente, francamente, todas as possibilidades de derrotarmos a direita na Câmara Municipal de Lisboa.»

Referindo finalmente o concelho de Loures, o orador disse:

«Ouvindo o balanço feito sobre o trabalho da CDU na Câmara e nas Freguesias de maioria CDU, uma questão resulta: a grande vencedora das eleições em 1985 foi a população de Loures, que soube escolher».

edições
Avante!

a noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

Direcção de Evgueni Velikhov.
vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

Internacional

Desenvolvimento da África Austral em debate em Luanda

Está a decorrer desde ontem, em Luanda, a oitava reunião anual da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), em cujos trabalhos participam peritos e ministros dos nove países membros (Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Malawi, Zâmbia, Swazilândia, Zimbabwe e Tanzânia), delegados de 33 agências financiadoras internacionais, de agências especializadas da ONU, representantes da Organização de Unidade Africana (OUA) e de movimentos de libertação.

A Conferência, que se prolonga até amanhã, tem como objectivo efectuar o balanço das iniciativas levadas a cabo em 1988 e o estudo e concertação dos meios para a actividade a desenvolver no ano em curso.

No âmbito da procura de meios para o financiamento dos diversos programas e projectos da SADCC, participam na reunião representantes da Comunidade Económica Europeia (CEE), países nórdicos e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De acordo com declarações do secretário executivo da Conferência, Simba Makoni, os temas ligados aos sectores produtivos estarão no centro das atenções deste encontro.

Para Simba Makoni, esta Conferência será a mais importante da SADCC, na medida em que se efectua num momento em que a África Austral vive uma nova conjuntura, fruto da assinatura dos acordos de paz de Nova Iorque. Segundo disse, é de esperar que a Conferência tome importantes resoluções que contribuam para o desenvolvimento económico dos países membros.

Entre outras coisas, espera-se que seja analisada a futura adesão da Namíbia à organização, na expectativa da aplicação da resolução 435 das Nações Unidas para a independência daquele território. A concretizar-se, a Namíbia será o décimo membro da SADCC.

A Conferência, que se realiza sob o lema «SADCC: Sector produtivo força motriz para o desenvolvimento», será precedida por uma reunião de especialistas daquela organização e da CEE, no

âmbito da cooperação entre os dois organismos, prevista nos Acordos de Lomé III.

Recorda-se que a SADCC foi criada em Abril de 1980, em Lusaka (Zâmbia), com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e social da África Austral, através da coordenação de esforços e recursos dos países membros, eliminando progressivamente a respectiva dependência em relação à África do Sul.

Neste contexto, cabe salientar a intensa actividade desenvolvida durante os trabalhos preparatórios da Conferência em curso, nomeadamente no que se refere ao plano de desenvolvimento de dez anos do Corredor de Lobito (Angola), com o objectivo de garantir fundos para a

uma extensão de mil trezentos e quarenta e oito quilómetros, liga o porto do Lobito, no litoral angolano, ao Zaire e à Zâmbia, países que não têm acesso ao mar.

Construído no início do século por engenheiros britânicos, o CFB tem actualmente como principal accionista a «Société General de Belgique». O governo angolano pretende inverter esta situação, de forma a passar a ter um efectivo controlo do empreendimento, reconhecido como vital para o desenvolvimento da região.

De salientar que, nos últimos dez anos, o Caminho-de-Ferro de Benguela constituiu um alvo preferencial das acções terroristas da Unita, apoiada pela África do Sul. Com os acordos de paz assinados em Dezembro último entre Angola, Cuba e a África do Sul, espera-se que cesse o apoio sul-africano a tais acções, o que permitirá relançar os investimentos naquele projecto.

Partindo deste pressuposto, Angola está apostada em conseguir financiamentos internacionais para a reabilitação do CFB.

organismos internacionais.

O objectivo — garantir os 575 milhões de dólares considerados necessários para financiar, nos próximos dez anos, a reconstrução e reabilitação do Corredor de Lobito — parece ser cada vez mais viável.

Segundo foi anunciado durante a reunião, a CEE vai disponibilizar cerca de 20 milhões de dólares para o projecto, enquanto os países membros da Comunidade vão discutir, a nível bilateral com Angola, a cobertura de dois terços do custo total. Por outro lado, Angola e a CEE devem debater esta semana a aplicação de 75 milhões de dólares concedidos em Dezembro último àquele país no âmbito da implementação do mesmo projecto.

Numa primeira fase prevê-se a realização de obras no porto do Lobito e no Huambo (no centro sul do país), avaliadas em cerca de 9,8 milhões de dólares.

Durante a referida reunião técnica os peritos decidiram ainda apoiar a reabilitação da fábrica de cimento do Lobito, a reparação e melhoramento da via férrea e o sistema de



Luanda, capital dos debates para o desenvolvimento da África Austral

reabilitação desta importante via de transportes para a região da África Austral.

O Corredor de Lobito

O Corredor de Lobito, que engloba o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e o porto do Lobito, é uma das mais importantes vias de transportes da região. O CFB, com

A questão esteve na ordem do dia, em Luanda, durante a semana passada, numa reunião técnica expressamente realizada para o efeito. Nos trabalhos participaram, para além dos nove países da SADCC, representantes da CEE, Canadá, Finlândia, Suécia, Banco Mundial e Banco Europeu de Desenvolvimento, entre outros

fornecimento e distribuição de energia eléctrica para o Lobito e Huambo.

Como pano de fundo de todos estes projectos está o acordo de paz recentemente assinado em Nova Iorque. No interesse da África Austral e da própria comunidade internacional há que estar vigilante para o seu escrupuloso cumprimento.

Benazir Bhutto visita a China

A primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto, visitará oficialmente a China de 11 a 14 de Fevereiro. A escolha da China para a primeira visita ao estrangeiro é considerada como a reafirmação do desejo de reforçar as relações de amizade e cooperação existentes entre os dois países.

As relações sino-paquistanesas, que datam de 1951, têm-se caracterizado nos últimos anos pela intensificação da cooperação nos domínios político, económico, técnico-científico, cultural e militar. De acordo com recentes declarações de Benazir Bhutto, o desenvolvimento das relações com a China continua a ser uma das linhas mestras da política externa do Partido do Povo do Paquistão, no poder.

Entretanto, no passado fim-de-semana, o Partido Popular Paquistânês foi derrotado nas eleições parciais no Estado do Punjab, o mais populoso do país. A maioria dos lugares foi para a Aliança Democrática Islâmica, herdeira política do desaparecido ditador Zia Ul-Haq.

PC do Brasil apresentou candidato presidencial

Roberto Freire, vice-secretário-geral do PC brasileiro, foi escolhido em reunião plenária do CC do PCB para candidato do partido às eleições presidenciais de Novembro próximo.

Roberto Freire, que é o dirigente da bancada comunista no Congresso Nacional do Brasil, salientou em entrevista à rede «Manchete» a importância daquelas eleições, as primeiras presidenciais directas dos últimos trinta anos, e afirmou que o programa do PCB visa o aprofundamento das transformações democráticas, a protecção dos direitos dos trabalhadores e a defesa de uma solução patriótica para as dificuldades económicas do Brasil que não ponha em causa a soberania nacional.

Guerrilheiros da Guatemala apelam ao diálogo

A Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca (UNRG) apelou às autoridades do país para o recomeço das negociações directas, com o objectivo de pôr termo à guerra civil que afecta o país há mais de trinta anos.

A proposta daquela organização guerrilheira surge na sequência da convocação da «Assembleia para o diálogo nacional» pela Comissão Guatemalteca para a Reconciliação Nacional, que foi forçada pelo governo a excluir a participação da UNRG.

Recorda-se que em Outubro de 1987 foram iniciadas em Madrid conversações directas entre as autoridades e os guerrilheiros, mas a iniciativa caiu num impasse e as hostilidades continuaram. A UNRG propõe de novo a mediação de Felipe Gonzalez, chefe do governo espanhol, bem como de Carlos Salinas e Oscar Arias, respectivamente, presidentes do México e da Costa Rica.

Presos da África do Sul em greve de fome

Mais de vinte presos da prisão sul-africana de Diepkloof, no Soweto, entraram em greve de fome na semana passada em sinal de protesto contra a sua detenção sem processo nem julgamento.

Em declaração entregue à imprensa através dos respectivos advogados, os presos afirmam que não cometeram nenhum crime pelo que não há motivos para serem mantidos na prisão, manifestando-se decididos a manter a greve de fome até serem libertados.

Segundo informações de organizações democráticas sul-africanas, encontram-se actualmente nas prisões do país mais de 1500 pessoas nas mesmas condições, sem processo nem julgamento.

Estado de emergência no Zimbabwe

O ministro do Interior do Zimbabwe, Moven Mahachi, anunciou recentemente a prorrogação por mais seis meses do estado de emergência no país. A decisão, tomada no parlamento, foi justificada com a continuação das acções da Renamo no território do Zimbabwe.

Segundo os dados oficiais, a Renamo cometeu, no último semestre de 1988, 420 crimes, matando 93 pessoas e sequestrando 139 outras. Os bandos da Renamo armam emboscadas e atacam unidades militares, centros comerciais, escolas, clínicas e outras instalações no Zimbabwe, vitimando sobretudo mulheres e crianças.

Terrorismo na Colômbia

Nos últimos dois anos o terrorismo de extrema-direita vitimou na Colômbia pelo menos três mil membros de partidos progressistas e organizações sociais. Durante o mesmo período, foram dados como desaparecidos 1750 colombianos. Durante o ano passado, os terroristas perpetraram 58 massacres.

Estes dados foram divulgados pelo advogado Bernardo Jaramillo, presidente da Aliança Patriótica desde 1987, ele próprio vítima há dias de um atentado falhado.

Angola não negocia com Unita

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirmou no final da semana passada que o seu governo rejeita qualquer aliança com os bandos armados da Unita.

«Continuaremos a rejeitar — disse — todas as tentativas feitas com vista a convencerem-nos a aceitar qualquer aliança antinatural com representantes de bandos armados.»

Eduardo dos Santos falava aos deputados da Assembleia do Povo, reunidos em sessão especial para receber o presidente do Brasil, José Sarney, tendo reafirmado na ocasião a

decisão de levar a cabo uma política de clemência.

«Angola, disse a propósito, considera correcta e adopta como sua a solução já posta em prática, com êxito, noutros países africanos, que consiste em dar oportunidade de regresso e reintegração na sociedade a todos quantos praticaram a subversão armada.» Esse é o sentido da política de clemência e harmonização nacional praticada por Angola há mais de dez anos e da recente lei da amnistia que entrará em vigor a partir do próximo dia 4 de Fevereiro.

Entretanto, em Lisboa, o vice-ministro angolano da De-

fesa, António dos Santos França (Ndalu), desmentiu notícias veiculadas pela Lusa sobre a existência de «diálogo entre o governo angolano e a Unita».

Segundo aquele responsável, a possibilidade de diálogo está posta de parte, embora possa haver contactos entre membros do governo angolano com elementos da Unita, individualmente ou em grupo, com o objectivo de esclarecer os mecanismos de aplicação da lei da amnistia. «Isto não quer dizer, salientou, que haja diálogo oficial ou oficioso com a Unita.»

O mesmo não sucede com a África do Sul que, segundo o ministro angolano da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedalé», continua a apoiar materialmente a Unita através das zonas onde ainda não foram instalados os postos fronteiriços de controlo, especialmente na faixa de Caprivi. O ministro afirmou que as acções da Unita não têm no entanto um carácter ameaçador, pois luta com grandes dificuldades em resultado das operações das FAPLA e da política de clemência que levou já milhares de angolanos a abandonar as fileiras daquela organização.

Internacional

«A perestroika é um imperativo» diz Gorbatchov em encontro com intelectuais

«Incrementar o potencial intelectual da Perestroika», é o tema central do primeiro encontro com círculos sociais, realizado por Mikhail Gorbatchov, em 1989. No caso concreto, um encontro com um grupo de personalidades da ciência e cultura, realizado no passado dia 6 de Janeiro na sede do Comité Central do PCUS.

Um primeiro encontro em que se esboçam análises e perspectivas, se apontam a dedo problemas, e sobretudo se afirma a inabalável e fundamental confiança na perestroika.

«O presente encontro tem uma peculiaridade significativa: realiza-se numa altura caracterizada pelo avanço da perestroika em todas as sentidos», diz Gorbatchov, sintetizando assim, de certa forma, o momento que hoje se vive na União Soviética.

Aqui tnascrevemos alguns extractos desta intervenção do dirigente comunista soviético.

A perestroika é um imperativo

«Estou convicto, e não só eu, de que a nossa concepção de perestroika e a forma pela qual a estamos a implementar são certas, em termos gerais, e que é impossível abandonar esta via. A perestroika é um imperativo.

Claro que não vale a pena dormir sobre os louros e exagerar os êxitos. Mão tão-pouco temos motivos para pôr em dúvida a opção que fizemos, ou razões para pessimismo e, muito menos, para pânico. Entretanto, semelhantes ânimos estão presentes em alguns debates. Temos que avançar a passo firme, elaborando uma visão clara e realista do nosso presente e do futuro.

Sintetizando, importa não perder o sentido da realidade, a atitude dialéctica para com os processos e dificuldades do período transitório, caracterizado por tumultuosas transformações, pelo desmoronamento de estruturas sociais caducas e de padrões mentais obsoletos.

Como já disse, este processo não corre sem dificuldades. Surgem cada vez mais problemas com raízes no nosso passado. E só agora começamos a tomar consciência da verdadeira gravidade de numerosos problemas. É muito difícil sanar as causas que obstaculizam o progresso económico e sociopolítico, assim como encontrar soluções para problemas inéditos. Em contrapartida, é muito fácil cometer erros, dos quais aqueles que não têm compaixão pelo povo se aproveitam de bom grado. (...) Malgrado todas as dificuldades e contradições, a perestroika continua a progredir. Esta é a tendência mais notável: a perestroika não pára de ganhar ímpeto e de se aprofundar.

Como vão as coisas?

Como vão as coisas na realidade? Veremos, camaradas, que tudo é muito mais complicado se analisarmos o quadro geral. A este respeito gostaria de caracterizar, em

poucas palavras, os processos em curso na economia e no sector social.

Não vou referir os numerosos indicadores que caracterizam o desenvolvimento de diferentes ramos. Só direi que, por um lado, o ano fechou com indicadores aparentemente bons. A taxa de crescimento de produtividade do trabalho resultou considerável, o que por si, como vocês compreendem, é bastante importante.

Embora com lentidão (não estamos satisfeitos por completo com isso), iniciaram-se mudanças profundas na electrónica e nas construções mecânicas. estão a melhorar os indicadores do rendimento dos fundos fixos, de consumo de metal por peça, etc. A produção de alimentos e o fabrico de artigos de consumo também aumentaram, embora numa medida menor do que aquela que pretendíamos. No ano passado, o movimento de mercadorias também aumentou muito em relação a uma série de anos anteriores. A prestação de serviços à população cresceu a ritmos elevados. Em resumo, o nível de consumo absoluto e *per capita* aumentou. (...)

Resulta que houve aumento em todos os sectores. Vocês, entretanto, podem perguntar: mas onde é que está tudo isso? Porque continuam a existir bichas nas lojas e faltam muitas coisas necessárias?

Isso faz-nos analisar a questão-chave da actual situação na economia, o estado financeiro, a circulação monetária, o equilíbrio entre os meios pecuniários e os artigos oferecidos. A situação actual não surgiu assim, sem mais nem menos. O défice do orçamento estatal, que era escondido da opinião pública, mas existia na realidade, é talvez a herança mais pesada que recebemos do passado. A circulação monetária no país ficou gravemente afectada pela prática viciosa, observada em muitos ramos da economia nacional, de pagamento de dinheiro por produto não fabricado. Isso criou uma enorme tensão no mercado de consumo.

O ano do avanço da democratização

O ano findo permanecerá na História e na nossa memória como ano de avanço e aprofundamento da democratização, de início da reforma política e da criação prática de um Estado de Direito. Aprendendo com as lições do passado, estamos a criar garantias contra a repetição dos

fenómenos negativos que prejudicaram imenso o socialismo, desfiguraram os seus princípios humanitários e, desta forma, retardaram o nosso progresso para longos anos e décadas inteiras. A experiência do passado e dos últimos anos mostra que o envolvimento do povo nas transformações revolucionárias é decisivo para o seu êxito. Entretanto, uma reforma política radical é condição *sine qua non* para esse envolvimento.

Temos de atribuir um novo conteúdo ao funcionamento de todas as instituições sociais com base numa ampla democracia socialista.

Em vésperas da XIX Conferência Nacional do PCUS,



Brincadeiras de crianças, que para já ignoram a profundidade das transformações em curso na URSS. A materialização da «perestroika» abre-lhes entretanto mais amplas perspectivas para o futuro

não tínhamos dúvidas acerca da necessidade de abrir mais uma frente da perestroika e de proceder ao desmantelamento das estruturas burocrático-directivas. A própria vida impôs-nos esta necessidade. (...) **Não poderemos solucionar os problemas económicos candentes sem desmantelar o sistema administrativo-burocrático nem criar novas supra-estruturas.** Como? Há quem proponha aproveitar os métodos violentos do ano de 1937, de triste memória. É inadmissível. Temos de criar estruturas capazes de funcionar em regime de auto-regulamento, envolvendo o povo em todos esses processos como seu principal agente. **Foi por isso mesmo que os trabalhadores se insurgiram em Outubro de 1917: para tomar o poder e passar a exercê-lo.**

Não alcançaremos êxitos económicos e sociais se não concretizarmos simultaneamente uma reforma radical do sistema político, sem o que é impossível pôr a descoberto o potencial da democracia socialista e envolver todo o povo nas transformações.

Lições da História

O nosso povo nunca aceitará — estou profundamente convencido — a atitude nillista para com o passado, ou seja, aquilo que as gerações anteriores sofreram equivale à negação de toda a experiência e conquista do povo, à incompreensão da História, à rejeição da dialéctica do desenvolvimento, no decorrer do qual sempre se

aproveitam realizações do passado que possam contribuir para a construção do novo edifício e se abandona tudo o que entrava as actividades históricas do povo.

É verdade que muitos aspectos do nosso passado são inaceitáveis para nós: as perversões autoritário-burocráticas do socialismo, aquelas formas de organização da sociedade que imobilizam a iniciativa do povo em todas as esferas da vida e que espezinham a dignidade humana. Por outro lado, são-nos igualmente inaceitáveis as divagações, pretensamente científicas, sobre o «socialismo malogrado» e a «experiência que abortou», as insinuações de que o socialismo e as per-

versões cometidas no passado são coisas iguais.

Daí que nos sejam inaceitáveis preceitos mais «modernos», porém, assentes em valores estranhos para o futuro da nossa sociedade. Semelhantes preceitos não têm nada a ver com a perestroika. Com efeito, esta visa revelar o potencial do socialismo e remodelar qualitativamente a sociedade soviética, ao passo que, na essência dos preceitos que pretendem impor-nos, está a desconfiança contra a opção histórica do nosso povo, o seu apego ao socialismo, a sua capacidade de remodelar a sociedade com base nos princípios de Lênine e em valores autenticamente socialistas.

Numa palavra, as críticas à perestroika a partir de posições conservadoras e os ataques empreendidos «da esquerda» convergem, em última instância. Ambas as tendências são retrógradas, contrárias à renovação e ao progresso, por negarem os objectivos essenciais da perestroika e, de resto, a nossa opção socialista.

Pluralismo socialista

As tarefas grandiosas e inéditas que estamos a enfrentar impõe-nos um imperativo: consolidar e mobilizar as nossas forças em prol da perestroika e do trabalho criador. **Defendemos a consolidação, mas não a qualquer preço e sim à base dos princípios e valores socialistas, do apelo à perestroika escalonada para humanizar o socialismo.** Vamos pensar nisso e fazer tudo para que assim seja.

O Comité Central não tenciona desistir da sua firme estratégia para ampla democratização, a glasnost e o pluralismo socialista de opiniões. Não queremos abdicar, de maneira nenhuma, do pluralismo socialista, desde que seja autenticamente socialista, assente nos nossos valores, tendente a abrir a liberdade de expressão dos interesses mais diversos e a reflectir as interpretações específicas de um ou outro problema. **O pluralismo socialista cria o ambiente mais favorável à procura da verdade**, permitindo evitar erros nesta delicada fase da evolução do país.

Não chego a compreender a razão por que algumas

a responsabilidade pela melhoria da conjuntura internacional e pela afirmação da nova mentalidade.

Não nos limitámos a formular princípios. Materializámo-los na política e tomámos toda uma série de importantes iniciativas referentes à segurança e ao desarmamento, à regularização dos conflitos regionais, ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, à ecologia e a numerosos outros problemas.

Estou longe de caracterizar a nossa nova visão do mundo como algo acabado, formado de uma vez para sempre. **As nossas concepções e a nossa política não param de evoluir.** As observações e propostas que formulei há pouco na sede da Organização das Nações Unidas constituem mais um passo neste sentido. Escusado será argumentar pormenorizadamente a nova mentalidade política, no entanto, há assuntos que gostaria de abordar.

É evidente o nosso atraso na assimilação dialéctica da correlação entre os valores universais e os interesses classistas. Os nossos cientistas têm muita coisa a dizer a este respeito. O atraso a que me refiro leva a uma certa incompreensão e — digo-o abertamente — a acusações absurdas de recuo das posições socialistas, de renúncia às atitudes classistas e de traição dos interesses do movimento de libertação nacional. Quem faz acusações deste género, fecha os olhos a elementos essenciais da nova mentalidade política, como o reconhecimento do direito de todos os povos à livre opção e à não ingerência nos assuntos alheios, e não só. É notório que a nova mentalidade política pressupõe a isenção das relações internacionais da confrontação ideológica, mas não das diferenças ideológicas, como se pretende, por vezes, interpretar esta tese. Ninguém nega a existência de formas diferentes de propriedade e de ideologias contrárias. **Temos plena consciência das diferenças existentes entre os dois sistemas sociais. Negamos, porém, que essa desconformidade deva tomar a forma de confrontação violenta entre vários Estados.**

Vivemos num mundo contraditório e, ao mesmo tempo, unido pela mesma civilização, a qual se encontra em perigo devido ao aparecimento e agravamento dos problemas globais. Nisso reside um estímulo à cooperação e integração, a qual permite que cada povo mantenha a sua opção social.

Sob a óptica da nova mentalidade, encaramos o socialismo como parte integrante da civilização moderna e que sem ele é impossível o progresso da Humanidade. Estamos convictos — e essa convicção baseia-se em dados científicos — de que o socialismo revelará as suas enormes potencialidades enquanto sociedade que encara o futuro com confiança.

Um imperativo vital

A Humanidade está perante um imperativo vital: pôr os valores universais acima de tudo, livrar o mundo das guerras e da violência, aceitar a multiformidade do progresso social, dialogar e cooperar em prol da sobrevivência da civilização e do desenvolvimento, progredir rumo a uma nova ordem internacional. Estes postulados estão no centro da nova mentalidade política.

esta mentalidade implica novas posições e novos métodos de resolver os problemas globais, levando em consideração as realidades da nossa época. Não se trata de pretensões ou ambições. É um convite à cooperação.

Estamos cientes da nossa responsabilidade. Como é natural, vamos continuar a defender os nossos próprios interesses, mas prontificamo-nos a considerar os interesses e pontos de vista alheios. Esperamos que os outros países assumam igualmente

Internacional

Renault

Trabalhadores em luta contra o desemprego e pelas liberdades

Place Nationale, frente à fábrica de Renault Billancourt, em Boulogne, realizou-se dia 25 uma concentração de apoio a 21 militantes da CGT da Renault, arbitrariamente despedidos por se oporem à política de recuo no plano industrial, ao cerceamento das liberdades, ao crescendo de desemprego que tem vindo a atingir os trabalhadores das empresas da Renault. Nestes últimos três anos 30 mil trabalhadores foram despedidos, e de acordo com as estatísticas oficiais, o poder de compra dos salários caiu de 15% em 6 anos.

A manifestação de dia 25 foi anunciada como «uma grande jornada de luta pelas liberdades». Durante a concentração, denunciou-se em particular o plano de liquidação de postos de trabalho avançado pela direcção da empresa para este ano — quase 3000 trabalhadores. O plano de despedimentos aprovado pela direcção da Renault atinge praticamente todas as fábricas da empresa e prevê que até 1 de Janeiro de 1990 o número total de trabalhadores seja reduzido para pouco mais de 67 mil. O conjunto do grupo Renault contava em 1984 com 160 mil assalariados, sendo que em 1987 já só eram 130 mil. Na fábrica de Billancourt, já houve 39 mil trabalhdores. Actualmente a perspectiva é de uma redução até aos 10 mil.

Estas drásticas reduções de trabalhadores correspondem a perdas efectivas em termos do abastecimento do mercado automóvel. Calcula-se que desde o início dos anos 80, apenas em França, a Régie terá perdido 10 pontos no mercado, a favor de

marcas provenientes do estrangeiro.

A Renault já foi uma empresa particularmente avançada em termos de iniciativa no campo da modernização. Foi a primeira empresa francesa a introduzir os robots, e já foi o mais importante construtor francês de máquinas-ferramentas.

Actualmente, em cada três carros Renault vendidos em França, um vem do estrangeiro e mais de 50% dos equipamentos dos dois produzidos na França, vêm também do estrangeiro.

A verdade é que a Renault, empresa nacional, tem vindo a ser orientada para uma estratégia de empresa multinacional de tipo capitalista, em detrimento das suas bases nacionais.

Em fins dos anos 60 — início dos anos 70, a Renault lança-se em grande com o investimento no estrangeiro: África, América Latina (Argentina, Colômbia, Brasil), América Central (México) e na Europa Oriental (Roménia, Turquia).

Em fins dos anos 70 retira capitais de África e Madagáscar, nomeadamente, então



Os assalariados da Renault, numa manifestação, exprimem assim o seu repúdio aos atentados às liberdades

em proveito do capital japonês.

Manobras que naturalmente nada têm a ver com o interesse nacional (apesar de se tratar de uma empresa nacionalizada). E tão pouco com os interesses dos trabalhadores. Pelo contrário.

Hoje, o que está em causa, na palavra dos comunistas franceses, e como vem afirmando nas páginas de «L'Humanité» — «a Régie continua a ser uma grande empresa industrial — e desenvolve-se nessa base —

Lucros contra salários

	1976	1980	1984	1987
Parte das remunerações dos assalariados nas riquezas criadas	67,3%	68,5%	67,6%	63,6%
Parte dos lucros	26,1%	24,1%	24,9%	29,1%
Taxa de desemprego	4,4%	7,8%	9,9%	10,6%

(N.ºs oficiais)

Viena ou Munique?

Três anos depois da divulgação do programa soviético, apresentado por Gorbachov, de criação de um mundo desnuclearizado e de eliminação de todos os tipos de armas de extermínio em massa até ao ano 2000, a aprovação em Viena de um documento final que cobre as mais fundas preocupações da humanidade hoje, não apenas no plano teórico mas com um programa de acção — encerra significativas potencialidades de paz, que não dizem respeito apenas ao velho continente.

Potencialidades de paz que correspondem aliás à única via possível hoje. Mas que manifestamente não são do agrado de todos.

Em recente reunião de especialistas da NATO, realizada em Munique, o secretário designado da Defesa norte-americano, John Tower, pronunciou palavras como estas: «ainda que possamos querer dar ao secretário-geral Gorbachov o benefício da dúvida, não podemos permitir-nos deixar-nos embarcar num falso sentimento de segurança». Tower disse ainda que se a posição assumida em relação à URSS, não for vista «com realismo», poderá «pôr em questão a união da Aliança».

Toda uma linguagem bem arredia de um processo de desanuviamento e desarmamento, que simultaneamente reflecte uma posição defensiva.

Mas que entretanto, e isto é o fundamental, tem uma perigosa tradução em termos práticos, no prosseguimento da corrida aos armamentos em várias direcções, nomeadamente com os projectos de modernização dos mísseis nucleares de mais curto alcance na Europa.

Note-se que, entretanto, e como mais uma vez foi afirmado por Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, em Viena, a URSS não moderniza os seus mísseis nucleares tácticos, de alcance inferior a 500 quilómetros, por considerar que essa modernização seria um passo atrás.

A ameaça que objectivamente constituem os projectos de modernização das armas nucleares tácticas pela NATO é particularmente sentida na RDA. Aquando do anúncio feito em Berlim, por Honecker, de uma redução unilateral das forças armadas e de uma redução com as despesas na defesa em 10%, foi sublinhado, pelo dirigente da RDA, que este país socialista, como Estado na linha divisória entre os dois blocos militares mais poderosos, se empenha, energeticamente, por uma inclusão, no processo de desarmamento, das armas nucleares tácticas estacionadas na Europa, e por evitar a sua modernização.

As declarações de Tower e os diferentes projectos de modernização de armas e até de criação de novos sistemas, são elementos muito concretos da resistência do imperialismo, das forças militaristas, face a um processo de paz e desarmamento que sem dúvida não tem nem terá vida fácil. São um alerta para que se não ignore nem as origens da ameaça bélica, nem as suas dimensões.

Mas até as tonalidades defensistas no discurso de Tower, como as preocupações no seio da NATO em relação a um redobrado esforço propagandístico destinado a contrapor-se a uma consciência colectiva cada vez mais avessa à corrida armamentista — testemunham que passos importantes já foram dados para tornar possíveis os caminhos do desarmamento e da segurança. Que aliás não se restringem ao próprio desarmamento militar (sendo este embora um elemento decisivo).

Como disse Chevardnadze em Viena, «a segurança tem muitas dimensões. Não se trata apenas de pontos de mira em carros de combate e peças de artilharia. Deixando de concentrar a atenção neles (quando tal for possível), a Europa pode ver novos espaços para outras dimensões da segurança: política, jurídica, civil, social, protecção cultural do indivíduo e dos povos».

ou transforma-se numa empresa de montagem de peças fabricadas por outros —, o que representa menos riquezas criadas, menos postos de trabalho, menos qualificação e um gigantesco mercado entregue às marcas estrangeiras e privadas».

Renault, o que é?

A Renault engloba 200 estabelecimentos, compreendendo 13 fábricas, 67 sucursais comerciais e cerca de 30 filiais industriais, financeiras, de serviços. Praticamente todas as regiões do país são tocadas em termos económicos quando algo mexe na Renault. Quaisquer decisões que envolvam esta grande empresa, não dizem respeito apenas aos seus trabalhadores e famílias (falamos em termos estritamente humanos e sociais), mas também a outros milhares de trabalhadores que lhes estão ligados através de empreitadas e fornecedores, ou ainda, serviços de venda ao estrangeiro.

Um outro facto que importa aqui realçar. A Renault não se pode confundir com uma outra qualquer empresa nacionalizada. Em termos políticos, de marca histórica na consciência colectiva, a Renault surge de certa forma como um símbolo.

A decisão de nacionalizar esta grande empresa automobilística surge ainda a guerra não tinha terminado, em Janeiro de 1945. Trata-se

de uma confiscação de bens, pelo facto de o proprietário, Louis Renault, ter colaborado com o ocupante nazi.

No documento em que esta decisão é assumida, diz-se: «O governo provisório da República francesa está assim consciente, ao propor estas medidas (a confiscação dos bens e a nacionalização), por um lado de contribuir para a recuperação moral e material do país no quadro do esforço de guerra das Nações Unidas, por outro de responder através de reformas avançadas ao voto da resistência francesa e de toda a classe operária»!

A nacionalização da Renault surge assim como fruto da situação e do equilíbrio de forças no momento histórico da Libertação. O que, mesmo hoje, tantos anos passados, não é pouco importante.

Em 62 — para referirmos um exemplo da importância da Renault no mundo do trabalho — as lutas dos trabalhadores da Renault impuseram a quarta semana paga de férias. Tal reivindicação mobilizou os trabalhadores de todo o país e a conquista generalizou-se, num período de três anos. Hoje, também o que de bom ou de mau para os trabalhadores se concretizar nas empresas Renault, acaba por ter reflexos, directos ou indirectos, para os trabalhadores franceses. Um facto que o patronato e governo sabem e utilizam.

Internacional

Governo português promete elevar estatuto da OLP

«O estatuto da nossa delegação irá ser elevado, tal como tínhamos solicitado às autoridades portuguesas, e isso foi-nos confirmado pelo ministro dos Negócios» — anunciou na segunda-feira o chefe do Departamento Político da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Faruk Kaddumi, no final de um encontro com o ministro Deus Pinheiro, em Lisboa.

A elevação do estatuto da OLP em Portugal, com a equiparação a embaixada, constitui o resultado mais significativo da visita de Faruk Kaddumi ao nosso país, a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros, já que representa uma mudança qualitativa da posição das autoridades portuguesas em relação à OLP.

Numa política que se poderia classificar de «pequenos passos» e onde a preocupação dominante consiste em não tomar nenhuma medida que vá além das adoptadas tanto pelos Estados Unidos como pela Comunidade Económica Europeia, o Governo português assumiu o compromisso de elevar o estatuto da OLP aparentemente para não ficar atrás da vizinha Espanha, que há dias recebeu o dirigente palestino Yasser Arafat com honras de chefe de Estado.

Com efeito, a concretização do compromisso é remetida para a data que Portugal

considerar mais conveniente, fórmula excessivamente vaga para quem se pretende intérprete de uma política externa dinâmica.

Acresce, por outro lado, que o Governo continua a não reconhecer a proclamação do Estado Palestino independente, a exemplo dos restantes países da CEE, que saudando o evento e garantindo apoiar a causa palestina continuam no entanto incapazes de se libertar das pressões norte-americanas.

Dir-se-ia, em boa verdade, que nesta matéria os Doze estão pendentes dos resulta-



A Intifada vai continuar nos territórios ocupados por Israel

dos da programada visita de Arafat aos EUA, em Abril próximo.

E isto apesar da histórica Assembleia das Nações Unidas, expressamente realizada em Genebra para ouvir a intervenção de Yasser Arafat, ter aprovado, com os votos de 104 países, uma resolução reconhecendo o direito do povo palestino a exercer a sua soberania nos territórios ocupados por Israel em 1967.

Cabe no entanto sublinhar a importância política destes «pequenos passos», num momento em que também a própria OLP está apostada numa intensa actividade diplomática que não descure nenhum apoio. Compreende-se assim que Faruk Kaddumi, referindo-se à questão da data em que a delegação da OLP em Lisboa mudará de estatuto, tenha afirmado que ela não é importante, pois «o importante é que essa alteração nos tenha sido confirmada».

Inserida nas iniciativas diplomáticas palestinianas para dinamizar o processo de paz no Médio Oriente, a estada de Kaddumi em Portugal — onde foi recebido por diversas autoridades e representantes de partidos políticos — foi considerada positiva e susceptível de vir a contribuir para implementar as resoluções das Nações sobre a questão palestiniana em especial a realização de uma Conferência Internacional de Paz.

A Intifada continua

Propostas a que Israel continua a opor-se, prosseguindo a defesa isolada do «plano Rabin». Recordase que o ministro trabalhista Isaac Rabin, responsável pela nova escalada repressiva nos territórios ocupados, se afirma disponível para realizar «eleições» e dialogar com «representantes palestinianos» a fim de negociar «uma solução definitiva» para os territórios. Sem a criação de um Estado palestiniano, sem o reconhecimento da OLP, sem a participação da ONU... mas sob as armas de Israel.

Entretanto, para criar o clima de «pacificação» necessário ao seu plano, Rabin intensificou a repressão cujo saldo no início da semana era já de pelo menos 16 feridos a tiro. A degradação da situação levou a direcção unida da Intifada (levantamento popular palestiniano) a pedir ao secretário-geral da ONU e aos membros do Conselho de Segurança que enviem tropas da ONU para os territórios ocupados para proteger a população.

Numa declaração divulgada em Tunes, a direcção da Intifada acusa os israelitas de aplicarem «medidas bárbaras» contra os palestinianos e considera que o envio de tropas da ONU poderia servir de etapa transitória para a convocação de uma conferência internacional sobre o

Médio Oriente e a criação de um comité internacional que investigue os crimes cometidos pelas forças de ocupação israelitas contra os palestinianos.

No documento considera-se ainda que o recrudescimento da repressão é uma tentativa dos dirigentes de Telavive para sair do impasse político e do isolamento internacional em que se viram na sequência do levantamento palestiniano.

Apelando às forças sociais democráticas e progressistas de Israel para que ajudem a pôr termo às atrocidades cometidas nos territórios ocupados, a declaração exorta também os palestinianos a boicotar os produtos israelitas e a recusar o trabalho nas empresas dos ocupantes.

Confirmando as declarações de Frank Kaddumi em Lisboa, de que a «Intifada vai prosseguir e cada vez com mais determinação», a declaração de Tunes manifesta de forma inequívoca o seu apoio à política conduzida por Yasser Arafat e pelo Comité Executivo da OLP, até que se cumpram as resoluções do Conselho Nacional Palestino.

O que significa a continuação do levantamento popular palestiniano, com todas as suas consequências. A exigir da comunidade internacional, da CEE e dos seus países membros individualmente considerados, algo mais do que a simples manifestação de boas intenções.

Nota SIP do PCP

Uma delegação do PCP constituída por Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central; Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do CC e Domingos Lopes membro suplente do Comité Central, recebeu Farouk Kaddumi, Chefe do Departamento Político da OLP.

Durante o encontro procedeu-se a uma troca de opiniões sobre a luta do povo palestiniano pelos seus direitos nacionais assim como sobre a situação no Médio Oriente.

A delegação do PCP expressou a activa solidariedade do PCP ao levantamento popular palestiniano (Intifada) e à luta do povo palestiniano pelo seu Estado independente. A delegação do PCP condenou veementemente os crimes perpetrados pelos sionistas de Israel nos territórios ocupados contra a população árabe palestiniana.

A delegação do PCP saudou a proclamação do Estado palestiniano considerando necessário e urgente o seu reconhecimento pelo Governo português. O PCP apoia os esforços desenvolvidos pela OLP no sentido de se concretizar a realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente tendo como objectivo central a solução do problema nacional palestiniano, com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP, único e legítimo representante do povo palestiniano.

A delegação do PCP, por último, manifestou o seu inteiro apoio à elevação da representação da OLP em Lisboa à categoria de Embaixada.

Farouk Kaddumi esteve acompanhado no encontro por Issam Beseisso, representante da OLP em Portugal e Feisal Oweideh, representante da OLP em Londres.

América Central à espera de Bush

A evolução da situação na América Central, em particular no que respeita à resolução pacífica dos problemas da Nicarágua, está dependente da política que vier a ser desenvolvida pela nova administração dos EUA, declarou recentemente o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, em entrevista à televisão venezuelana.

Segundo Daniel Ortega, uma evolução positiva da situação só será possível se a administração Bush respeitar a vontade dos governos da região, reflectida nos acordos «Esquipulas II»; renunciar à ingerência nos assuntos internos ou ao emprego da força, como defendem os países do «Grupo do Rio de Janeiro»; e se cumprir as exigências do Tribunal Interna-

cional de Haia, que condenou a agressão norte-americana contra a Nicarágua.

Lembrando que foram os Estados Unidos a arregimentar os «contras», que não poderiam existir sem a ajuda militar e financeira norte-americana, o presidente da Nicarágua lamentou que até à data os círculos oficiais de Washington tenham reagido negativamente às propostas do governo sandinista de entabular conversações directas com os EUA e com o comando contra-revolucionário sobre a introdução na América Central de uma limitação e de um equilíbrio sensato das forças armadas a fim de diminuir as despesas militares.

Ao contrário de Washington, as autoridades de Manágua não se têm

poupado a esforços para relançar os planos de paz. Assim, conhecida que foi a eleição de George Bush como presidente dos EUA, Daniel Ortega dirigiu-lhe uma carta, com data de 12 de Novembro, reiterando a vontade do governo da Nicarágua de resolver por meios pacíficos o conflito que opõe os dois países.

Nos círculos internacionais, o governo da Nicarágua tem continuado a defender, de forma enérgica, o processo de «Esquipulas II» na América Central, tomando iniciativas capazes de fortalecer o plano de paz para toda a região. Incluem-se neste domínio a cimeira de presidentes centro-americanos que esteve apazada para meados de Janeiro e que aca-

bou por ser adiada, por razões pouco claras, para outra data, bem como insistentes propostas à direcção dos «contras» para o reinício das conversações para um cessar-fogo definitivo.

O impasse em que se encontram estes processos não é estranho a Washington, cuja nova administração parece não dispor ainda de uma política definida em relação à América Central. A tomada de posse do novo presidente da Venezuela, Andrés Pérez, reunindo um elevado número de estadistas de diversos países, deverá ser aproveitada para introduzir uma nova dinâmica nos planos de paz para a região. Quanto mais não seja para forçar os EUA a aclarar a sua posição.

«A União Soviética acaba de anunciar a criação em Moscovo da Universidade da Amizade dos Povos, a abrir ainda este ano. Esta universidade destina-se a ajudar os povos subdesenvolvidos da Ásia, África e América do Sul na formação dos seus quadros técnicos e administrativos.

Este ano frequentarão a Universidade 500 alunos e nos próximos anos três a quatro mil.

O ensino será completamente gratuito, como aliás todo o ensino soviético, e aos estudantes será pago um subsídio de manutenção, assegurados alojamentos e pagas as passagens de ida e volta dos seus respectivos países.

A criação da Universidade da Amizade dos Povos, que permitirá a formação de milhares de engenheiros, médicos, cientistas, economistas, etc., é mais uma demonstração significativa da política soviética de ajuda aos povos subdesenvolvidos para que se libertem rapidamente do atraso em que os têm mantido o colonialismo e para que conquistem a sua plena independência económica e política.»

(«A Universidade da Amizade dos Povos» — «Avante!», VI Série, n.º 287, Fevereiro 1960)

«Depois dos decretos de concentração monopolista que lançaram no desemprego centenas de operários e arruinaram dezenas de pequenos industriais de moagem (cerca de 60 empresas foram aniquiladas em proveito dos tubarões da «Portugal e Colónias»), o ministro da Economia anunciou já a publicação próxima de 13 outros decretos de concentração monopolista.

Uma das primeiras indústrias que sofrerá a acção do ministro será a cutelaria. É intenção do governo fechar dezenas de pequenas e médias empresas desta indústria, nas quais trabalham cerca de 2 mil operários. Depois caberá a vez às indústrias conserveira, corticeira, vidreira, metalúrgica, têxtil, etc. Dezenas de milhares de operários serão lançados no desemprego. Centenas de pequenos e médios industriais serão arruinados.

(«Os monopólios contra a nação» — «Avante!», VI Série, n.º 297, 1.ª quinzena Fevereiro 1961)

«Nos antros da Pide, sob as ordens directas de Salazar e do ministro do Interior, Arnaldo Schulz, (...) dezenas e dezenas de operários, camponeses, empregados e intelectuais estão a ser submetidas a torturas medievais que fazem lembrar as monstruosidades hitlerianas. Selváticos espancamentos, dias e dias de «estátua», longos períodos de privação do sono e outras formas de tortura, as mais refinadas, estão a ser levadas à prática contra os patriotas presos. Os democratas Óscar Reis e Francisco Pinto, de Sacavém, foram colocados de «estátua» durante vários dias e amarrados pelos testículos à parede para impedir que se sentassem no chão; ao patriota Rogério de Carvalho aplicaram o suplício das gotas de água quente e fria nos ouvidos; o mineiro do Lousal, Manuel da Égua, enlouqueceu com as torturas sofridas e está agora internado no hospital Júlio de Matos; vários presos ficaram deformados fisicamente como os trabalhadores agrícolas António Farrica e Bizarra; a um indivíduo de Alcântara, Amadeu, empregado, foram queimados os olhos com pontas de cigarro para que não dormisse. (...)»

(«Basta! Que cessem os crimes e as torturas da PIDE» — «Avante!», VI Série, n.º 271, 1.ª quinzena Fevereiro 1959)

O bom, o mau e o vilão

Em todas as situações existe sempre o bom, o mau e o vilão. Não escapa a isto à nossa integração na CEE.

Primeiro por orientação de uma dada força política — o PS —, houve todo um longo processo de negociação para a adesão, onde até imperaram a pompa e circunstância (recorde-se o cenário montado nos Jerónimos para a assinatura do Tratado de Adesão), mas tendo sido esquecido, malbaratado e até prejudicado questões essenciais para o País e seus habitantes.

Depois, já com outra força política — o PSD sozinho —, tudo o que se tem passado desde 1986 até agora. Poder-se-ia esperar (para os mais crédulos) que finalmente os interesses nacionais iriam ser salvaguardados, que o desenvolvimento seria tónica dominante que, em suma, 1992 não seria um desafio mas a certeza de competir em condições de igualdade, sem desvantagens.

Mas nada disso foi feito, nem se vislumbra que venha a ser feito no curto futuro que falta para essa data. Pelo contrário, casos há em que os interesses nacionais são sacrificados em benefício de países terceiros (caso das conservas de Marrocos, a que foram dadas facilidades que Portugal, como Estado membro, não tinha).

Mas, muito antes da adesão, já o Partido Comunista Português tinha estudado em pormenor vantagens, inconvenientes e perigos. Muitas dessas análises começam hoje a serem entendidas. Até o próprio Governo — que sempre falou do desafio de 1992 — fala hoje, já, dos perigos dessa data (ver primeira página do «Correio da Manhã» de 29 de Janeiro último). O próprio primeiro-ministro, na sua deslocação à Suíça (terra de relógios, mas também de bancos) declarava preto no branco que «a concorrência após 1992 será superior à que esperávamos».

Nisto, o que é grave, é o Governo, que de tanta

competência se arrogou em período eleitoral e após, não ter feito (ou então ter escondido, o que igualmente grave) as necessárias previsões sobre o que Portugal poderia esperar dessa data.

Já o mesmo não se pode dizer do PCP. A integração de Portugal na CEE é tema que tem merecido, a este partido, particular atenção. A última abordagem do tema ocorreu no XII Congresso e culmina todo um amplo trabalho de estudo, efectuado anteriormente.

São enunciados 25 pontos para uma política nacional capaz de responder ao chamado «desafio» de 1992 e que implica uma orientação e uma actuação globais. (Ver noutro local.).

Conhecê-los é uma forma de se saber quem, afinal, faz da integração um processo de melhorar Portugal.

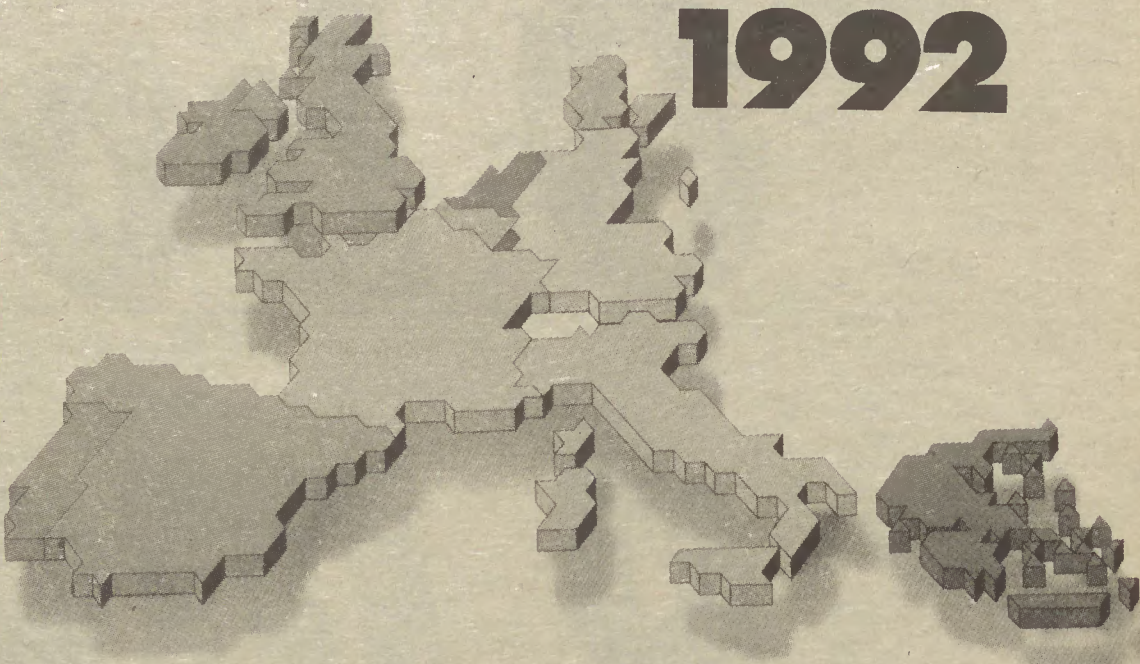
E não é difícil, então, destrinçar nesta fita quem é o bom, o mau e o vilão. ■

Integração na CEE



O bom, o mau e o vilão Integração na CEE

25 pontos do PCP para enfrentar 1992



Na situação criada pela integração de Portugal na CEE, ante as consequências negativas da integração desde já verificadas e na previsão de novas dificuldades a partir de 1992 com a efectivação do Mercado Interno Único, os interesses nacionais exigem no imediato uma firme política da parte de Portugal, tanto nas suas relações com a CEE e na sua intervenção nas instituições comunitárias, como na sua própria política interna, designadamente nas grandes orientações da política económica portuguesa e na política externa nas suas vertentes diplomáticas e económicas.

1.º A renegociação ou a adaptação do clausulado dos Tratados no sentido da eliminação das restrições às exportações dos produtos nacionais, da obtenção de derrogações, do alargamento de prazos de transição e de preferências comunitárias para produtos nacionais, bem como o reconhecimento do maior número de especificidades para actividades do País;

2.º A invocação do prejuízo de um «interesse vital» do País, ao abrigo do chamado «Compromisso do Luxemburgo» — que o Acto Único não excluiu — para evitar a adopção por maioria de deliberações contrárias aos interesses nacionais;

3.º A exigência de alterações aos regulamentos dos Fundos, a par da reclamação e obtenção dos mesmos: o enquadramento do Fundo Social Europeu num sistema integrado e coordenado de educação/formação/emprego, a extensão da utilização dos Fundos estruturais à saúde e habitação, a sua maior coordenação e utilização;

4.º A adopção de critérios democráticos de justiça e igualdade no acesso aos fundos da CEE, combatendo a corrupção e a insuficiente divulgação das condições de acesso a estes pelos interessados, em particular pelos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, cooperativas, autarquias e organizações de trabalhadores;

5.º A criação de normas técnicas que durante o período de transição defendam a produção nacional e a limitação do direito de estabelecimento, como aliás fazem outros países da CEE nomeadamente em relação ao solo arável;

6.º A recusa à total liberalização do movimento de capitais e à eventual adesão total do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME) que, quando muito, só poderiam ser aceites depois de conseguida uma correcção estrutural consolidada do défice da balança de transacções correntes e nunca antes da entrada da libra, do dracma e da peseta e sem uma margem de garantia pelo menos idêntica a que tem a lira;

7.º A exigência da garantia de que a implantação de empresas estrangeiras em Portugal deverá ter como pressuposto a efectiva transferência da sua tecnologia;

8.º A recusa para Portugal de modelos de economia semi-periférica, com uma especialização apendicular, baseada em indústrias e actividades altamente poluentes assente nos baixos salários e na situação geográfica, e a definição como orientação nacional a ligação do crescimento económico ao melhoramento das condições de vida materiais e culturais do Povo português;

9.º A invocação de princípios

apregoados pela própria CEE, tais como (entre outros) a «coesão económica e social», a «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho», não só para impedir a acentuação dos desequilíbrios existentes, mas para procurar reduzi-los, e assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses de forma a não serem «mão-de-obra excedentária, desqualificada e barata da Europa»;

10.º O aproveitamento racional dos nossos recursos e o desenvolvimento de novas actividades,

a produção de produtos de elevado valor acrescentado nacional e de tecnologia mais complexa, a substi-

tuição de produções estrangeiras por produção nacional, como condições para combater os défices es-

truturais e para a concretização de uma economia portuguesa mais sólida e competitiva;

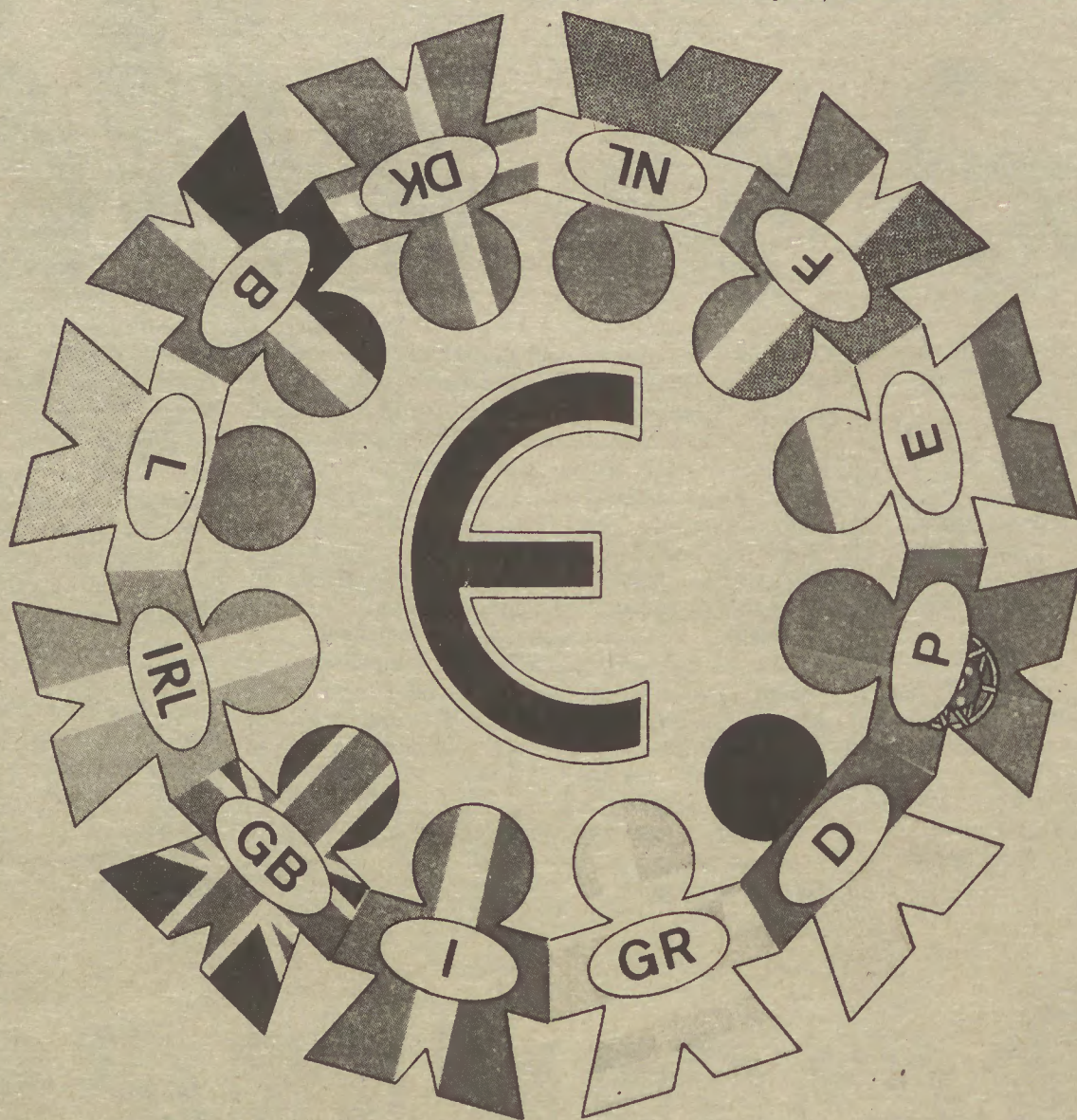
11.º A promoção das alterações necessárias ao sistema produtivo nacional de modo a que as suas especializações venham a permitir uma favorável inserção da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho.

12.º A defesa da existência e dinamização de um forte Sector Empresarial do Estado, adequado à modernização e desenvolvimento da economia portuguesa e defesa da independência nacional;

13.º O reconhecimento efectivo da especificidade da agricultura portuguesa acompanhada de uma política de desenvolvimento agrícola assente nas diversas formações estruturais (reforma agrária, pequenas e médias explorações, empresas capitalistas) e tendo como eixo não a redução mas o aumento da produção agrícola, a diminuição do défice agro-alimentar e a melhoria da vida nos campos;

14.º a exigência de novos apoios financeiros tanto para regiões em declínio como para indústrias em crise (naval, siderúrgica, mineira, metalomecânica pesada, etc.), sem exigências ligadas a limitações de produção e para sectores de elevado valor acrescentado nacional;

15.º A negociação com vista à obtenção de novos subsídios destinados à frota pesqueira e à indústria conserveira, justificada inclusive pela utilização da nossa Zona Económica Exclusiva pelas frotas da CEE sem qualquer com-



O grande mercado

Uma das maravilhas da integração na CEE com que nos acenavam era o grande mercado de 300 milhões de pessoas a que teríamos acesso. Então é que seria vender.

Alertou, na época, o PCP para que não seria bem assim. Má vontade dos comunistas, exclamavam, só valorizam o negativo.

Mas infelizmente à linguagem dos números dá razão aos comunistas que como alternativa para o embate propunham a dilação dos prazos de integração, a modernização efectiva

dos meios de produção e outras medidas que nem o Governo Cavaco Silva, nem os governos socialistas que negociaram a adesão tiveram em conta. Coisas sem importância, diziam, o que é preciso é estar na CEE e quanto mais depressa melhor.

E do grande mercado o que se verifica é que ele é realmente grande para o país fazer aí as suas compras. Quanto a vendas, só no caso da Inglaterra e da Dinamarca, é que superam as compras.

Vejamos: no ano passado, o défi-

ce acumulado de Janeiro a Outubro foi de 626 milhões de contos, o que representa um agravamento de 15 por cento.

Este défice resulta de se terem importado 1858 milhões de contos e só se ter exportado 1232 milhões.

Nos países da CEE, registaram-se saldos negativos com quase todos. Os défices mais significativos foram com a Itália — 126 milhões; Espanha — 110 milhões; RFA — 57 milhões; Bélgica-Luxemburgo — 35 milhões.

Em contrapartida, o nosso comércio externo regista saldos positivos com países não pertencentes à CEE, como seja o caso da Suécia, Angola e Finlândia.

No conjunto dos países da CEE, o défice da balança comercial portuguesa aumentou de 265,5 milhões de contos, em 1987, para 317,8 milhões de contos, em 1988.

São assim os grandes mercados, quando não se criam as condições para competir. ■



Por um punhado d'ECU's

pensação, e tendo em conta as nossas potencialidades e necessidades pesqueiras;

16.º A negociação com a CEE de soluções que tenham em conta a realidade do **sector dos transportes** e o apoio ao desenvolvimento dos operadores nacionais, com a elaboração de um programa de desenvolvimento e modernização dos transportes aéreos, ferroviários e marítimos tendo em vista uma efectiva intervenção face à liberalização do mercado de transportes;

17.º **A defesa e o desenvolvimento do sector das telecomunicações**, mantendo no sector público nacional os serviços modernos e rentáveis;

18.º A criação de programas e incentivos à **modernização do comércio e serviços** nomeadamente em relação às pequenas e médias empresas e a serviços especializados (consultadoria, engenharia, informática, auditoria tecnológica, serviços financeiros);

19.º **A concretização dos Planos Integrados das Operações Integradas de Desenvolvimento do Continente**, com a directa intervenção das autarquias, a participação das populações e a definição de uma política de desenvolvimento regional, o que exige a criação de um sistema de planeamento descentralizado e a instituição das regiões administrativas;

20.º **A concretização de Planos Integrados das Regiões Autónomas** com ampla participação das organizações dos trabalhadores e dos agentes económicos. Negociação para conseguir a «preferência comunitária» com vista ao escoamento dos produtos de economia tradicional dos Açores e da Madeira;

21.º **A garantia do diálogo e participação** dos trabalhadores, agricultores e empresários na definição das posições do Estado português nas instituições da CEE e de uma informação ampla, pronta e não discriminatória sobre as orientações e deliberações adoptadas ou a adoptar pelos seus órgãos;

22.º **A cooperação internacional em investigação e desenvolvimento** procurando liderar projectos e colaborar em projectos tendo em conta os interesses nacionais, e assegurar uma correlação entre, a investigação e as necessidades da produção e especialização;

23.º **A cooperação cultural** procurando, por um lado, impedir a colonização cultural e, por outro, promover a irradiação no estrangeiro da cultura portuguesa;

24.º **A concretização de estratégias com outros países, nomeadamente com a Espanha**, visando, numa base mutuamente vantajosa, o desenvolvimento das regiões interiores e fronteiriças sublinhando-se, nomeadamente das regiões transfronteiriças a política em relação às infra-estruturas;

25.º **A diversificação das relações económicas externas**, incluindo a exploração de possibilidades de acordos e sistemas de compensação e o empenhamento no sentido da adopção por Estados da CEE de uma política externa, a favor do desanuviamento e da paz na Europa e no Mundo, da cooperação, da circulação e dos intercâmbios humanos, culturais e de todo o tipo entre os povos e os Estados de toda a Europa. ■

○ Governo Cavaco Silva embandeira em arco sempre que chegam fundos da CEE. As manchetes dos jornais falam em milhões e mais milhões. À primeira vista, até pode parecer que saiu o Totobola europeu a Portugal e que o futuro é risonho, alegre a disposição e às contrariedades se disse nada.

Assim tem sido nos últimos anos. A propaganda encarrega-se de dar esta imagem e, tantas vezes ela é repetida, que as pessoas acreditam ser verdadeira.

«Estou rico!» — pensa cada um para com os seus botões. E convenhamos que é uma ideia que muito gostaríamos que as pessoas tivessem... caso correspondesse à realidade.

Mas — e há sempre uma advertência a chamar-nos ao dia-a-dia —

os sonhos cor-de-rosa quase sempre se esfumam por iniciativa daqueles que nos fizeram sonhar.

Foi assim que, estando o país satisfeito e contente, veio o ministro Cadilhe obrigar-nos a pagar a sisa daquele sonho cor-de-rosa.

E sem mais aquelas, vá de deitar um balde de água gelada, que até parecia que tinha vindo das Penhas da Saúde, sobre as esperanças de fartura dos portugueses.

«Não é só pelos nossos bonitos olhos — afirmou a ministerial figura — **nem pelos Ideais europeus que os fundos estruturais têm canalizado tantas verbas para Portugal**».

O país tremeu. E mais acabrunhado ficou quando o responsável das Finanças acrescentou:

«Isto tem um preco!»

Mas, mais grave do que isto, é que os fundos estão limitados no tempo, a partir de determinada altura deixarão de correr e, para além disso, têm uma missão a cumprir, como seja a formação profissional, a criação de infra-estruturas, etc.

Na formação profissional, o que se tem visto é o aproveitamento indevido (o cambalacho), prova de que não houve qualquer controlo por parte do Estado. Quanto a infra-estruturas, é o próprio Primeiro-Ministro Cavaco Silva que diz na Suíça:

«**Todas as carências de desenvolvimento, reestruturação e programas de modernização terão de ser rapidamente superados, com o objectivo de preparar a economia portuguesa para esta forte**

concorrência» (refere-se a 1992).

Mas então — e a pergunta im põe-se — que andou o Governo a fazer desde 1986? Já estão passados três anos, milhões de ECU's deslizaram para Portugal (e para alguns bolsos, acrescente-se) e só agora o chefe de Governo vem dizer que é preciso superar o atraso e preparar para o embate, quando todos nós pensávamos que muito já fora feito e que nestes anos até 1992 era só mais uma forcinha, um acertar de agulhas...

Parece que pelo Governo andavam todos mais preocupados com os ECU's que poderiam vir em vez de criarem as condições para quando os ECU's deixarem de vir. E o tempo encurta no respeitante a esta matéria. ■

Duas ou três questões a propósito das eleições para o Parlamento Europeu

○ Governo Cavaco Silva, desde há muito, anda a falsear uma questão importante (vital, diríamos mesmo). Fala sempre de 1992 como uma meta, quando é precisamente o contrário. No final de 1992, é a largada, com os 12 países na grelha de partida e com o **pequeno** pormenor que alguns destes países estão há muito tempo na **pole position**. (Para os que desconhecem estes termos automobilísticos, **pole position** significa os lugares à frente, na partida, e que são alcançados pelos corredores que melhores tempos fizeram).

É claro que não podemos — nem é essa a nossa intenção — identificar a competição na CEE como uma corrida de automóveis. Mas que há algumas similitudes, isso há.

Se não vejamos. Uns têm carros mais aerodinâmicos, com motores mais potentes, usam aditivos no combustível. Têm todas as condições para ganhar a corrida ou, então, para se qualificarem nos primeiros lugares. Outros apresentam-se com automóveis desactualizados, as velas carbonizadas, os pneus sem rasto. Assim é difícil obter uma boa classificação.

A agravar esta situação, o dinheiro que os pilotos recebem para melhorar os carros e torná-los competitivos com os outros é embolsado pelos mecânicos ou então serve para comprar extras que exteriormente embelezam a viatura, mas não a tornam apta para correr.

Esta imagem serve à medida para o que se passa em Portugal e os outros países a partir do fim de 1992. Os outros países têm economias mais fortes, outros níveis de produtividade, estão há muito tempo numa posição cimeira para a competição que se vai travar com início nessa data. Portugal está numa posição pior e a agravar isto o facto de o Governo nada fazer para alterar a situação.

Não é uma questão de datas

Não é só uma questão de datas. Mas também é. O Governo coloca tudo em termos de 1992. Quando os dirigentes falam, logo este ano vem à baila como se a partir daí tudo estivesse resolvido. Engano, puro e simples. Mistificação.

Os comunistas, por seu turno, consideram que é preciso criar as condições para preparar e encarar 1992 e os anos que se seguirão. Partir numa posição de menor velocidade significa um esforço enorme, quase sempre impossível, para atingir a igualdade.

É por isso que o Partido Comunista Português é o único partido português que tem uma concepção de projecto para a Europa, que não termina em 1992.

Mais, é o partido que tem analisado e actuado nesta matéria com rigor, seriedade e competência. E ainda: é o único partido que não hesita em adoptar actuações conjuntas de todos os partidos portugueses no Parlamento Europeu para salvaguardar os interesses nacionais, porque estes não podem, sob risco de sacrifícios enormes, serem tratados como assuntos clubísticos ou bairristas.

Como nos vão defender na CEE se em Portugal é o que se vê

Uma das grandes questões que se coloca com a entrada em vigor

do mercado interno é a coesão económica e social. Aqui para nós, é uma terminologia arrevesada para querer dizer que, nos países da CEE, após 1992, se devem anular as desigualdades, que não podem continuar a existir trabalhadores mais pobres e trabalhadores mais ricos, que devem desaparecer as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões, que o desemprego deve ser eliminado, etc., etc.

Vamos nessa. Mas o que se constata, presentemente, é que todos os esforços estão virados para a efectivação do mercado único, para a livre circulação de capitais, e quanto à coesão económica ou social, ou não se fala, ou, então, é motivo de iniciativas tímidas que em nada irão resolver o problema. Em poucas palavras, os governos e os capitalistas estão muito mais interessados em liberalizar os seus lucros do que em melhorar as condições económicas e sociais dos trabalhadores.

E isto é um aspecto que nos diz directamente respeito. Como se pode acreditar que o Governo Cavaco Silva defenda na CEE a coesão económica e social quando a nível interno procura impor a todo o custo o pacote laboral, que a ser concretizado irá agravar as condições de vida dos trabalhadores?

Que crédito pode ter uma iniciativa de um deputado do PSD no Parlamento Europeu sobre a coesão económica e social, como é o caso do recente relatório de Rui Amaral, quando sabemos que toda a actuação de Cavaco Silva e dos seus ministros está virada precisamente para o contrário, ou seja, criar melhores condições de exploração das massas trabalhadoras.

Aqui fica, pois, a pergunta: como nos vão defender na CEE, quando em Portugal é o que se vê?

Abstenção não é protesto

Uma outra coisa convém ainda referir, embora não seja hoje novidade para ninguém. É que a abstenção não é, nem nunca foi uma forma eficaz de protesto. Quando muito, pode ser um protesto individual, isolado, sem qualquer repercussão e permitindo, pelo contrário, que o lado contrário acumule forças.

Nas eleições para o Parlamento Europeu todo o País funciona como um círculo eleitoral. De Trás-os-Montes aos Açores todos os votos contam. E só se elegem deputados com mais de quatro por cento dos votos. Os votos perdidos por abstenção ou por serem canalizados para forças políticas que à partida não têm quaisquer possibilidades só reforça os partidos que até agora não têm sabido defender os interesses nacionais na Comunidade. É um assunto a pensar até Junho, mês em que se realizam as eleições. O reforço dos deputados comunistas no Parlamento Europeu é condição importante para que os problemas que, até 1992 e depois, se vão colocar, possam ser resolvidos a contento de todos e não no interesse de alguns.

São estas algumas questões para meditar e decidir. Outras há e a elas havemos de voltar. Que as batalhas ganham-se lutando e não adoptando uma posição de indiferença. ■

GÁS NATURAL



Entrevista com Oliveira Dias

As vantagens e as desvantagens do gás natural como alternativa energética. Um ponto da situação no mundo, na Europa e em Portugal. As perspectivas. As esperanças para o encontro das soluções que nesta matéria se estudam há vários anos, em particular na cidade do Porto. Porto, onde, faz agora um ano, a mando do Governo PSD/Cavaco Silva, a EDP ocupou os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, com a consequente subida das tarifas de energia eléctrica, perfeitamente à revelia dos interesses dos munícipes. Onde se avançam propostas muito concretas para a instalação de uma rede de gás canalizado. De todas estas e de outras questões relacionadas com a matéria nos falou o camarada Oliveira Dias, membro suplente do Comité Central e vereador da Câmara Municipal do Porto, um homem que tem estado à frente da luta pela resolução dos problemas da energia na cidade, uma luta que dura há mais de dez anos.

Fala-se muito no gás natural, surge em toda a comunicação social e há um interesse generalizado em todo o país em torno desta matéria. A primeira questão que colocamos, tem a ver com o que se poderá dizer das vantagens do gás natural como alternativa energética.

O gás natural é um gás limpo, um gás que ao queimar-se não produz resíduos tóxicos para a atmosfera, e isso em termos ecológicos é uma vantagem que não tem o petróleo. Refere-se com alguma frequência os perigos que existiam com outros antigos gases combustíveis, nomeadamente os perigos de explosões e de envenenamento. É evidente que existem ainda esses perigos, só que numa margem extremamente mais reduzida, dado que esses antigos gases, que nalguns casos ainda são utilizados, são diferentes do gás natural. De resto, o gás natural até em termos de calorías por litro ou por quilograma representa mais vantagem do que esses outros gases.

Mas as vantagens são ainda muitas e diversas. Por exemplo, o gás natural requere na sua instalação um investimento muito baixo em redes locais. É evidente que se tem de ter em conta os problemas dos preços, e também nesta matéria o gás natural apresenta vantagens relativamente a outras energias, concretamente o petróleo e até a electricidade. A questão pode pôr-se, em termos de exemplo simbólico: se se tomar banho, em Portugal, com água aquecida por intermédio da

electricidade, o país tem que pagar ao estrangeiro, ao comprar-lhe os combustíveis, o triplo do que teria de pagar se o mesmo banho fosse aquecido a gás natural.

Isto tem uma justificação muito concreta. É que, da energia eléctrica que consumimos no nosso país, apenas cerca de metade é produzida em centrais hidroeléctricas, enquanto a outra metade é produzida com recurso a centrais termoelectricas, onde o calor é obtido a partir da queima, por exemplo, dos produtos derivados do petróleo, que são comprados ao estrangeiro.

No que diz respeito ao gás, toda a operação se realiza sem quaisquer perdas, é utilizado directamente pelo consumidor. Qualquer fuga de gás na rede é possível hoje fazer-se descer a níveis insignificantes. Daí que, tendo em conta os preços à partida e os rendimentos das transformações e do transporte, os tais 50 litros de água para um banho aquecido a partir da electricidade custem ao país o triplo do que custaria utilizando o gás natural.

Neste contexto de muitas vantagens e tão poucas desvantagens, qual é então a situação genérica no mundo, e na Europa em particular, da distribuição de gás canalizado, mais propriamente de gás natural?

O gás natural é utilizado para produzir calor, e utilizado intensamente e com tendências a ser utilizado quase exclusivamente, em todos os países industrializados, des-

de o Canadá, os Estados Unidos, o Japão, a União Soviética. Por toda a Europa, até na Espanha, existem hoje redes extremamente densas de gás canalizado, tão densas quanto as de distribuição de energia eléctrica ou do telefone.

Esta rede europeia pára praticamente em Valladolid, nem a própria Espanha tem ainda uma rede completa, mas está a caminho de a ter e já está avançadíssima.

A localização das fontes é muito variada. Aqui na Europa não existem fontes de grande capacidade, a não ser no Mar do Norte, pelo que o seu abastecimento ou é com gás oriundo dessa zona, ou vindo da União Soviética — numa percentagem, tanto quando sei, que não atinge ainda hoje os 20% —, ou ainda do Norte de África.

Soluções e conflitos

E em Portugal, na actual situação e no futuro, como é que se faria o abastecimento de gás natural?

O desenvolvimento dos sistemas energéticos no nosso país são, em princípio, orientados segundo o Plano Energético Nacional/PEN, mas de facto tem havido um atraso muito grande relativamente ao desenvolvimento deste problema. O próprio PEN, nalguns aspectos, tem, na minha opinião, concepções atrasadas e retrógradas e até, noutros casos, perigosas. Mas, até independentemente disso, o que se verifica é que tem havido um grande incumprimento do próprio PEN, nalguns casos felizmente.

O facto é que tem havido conflitos muito grandes entre as diversas soluções energéticas que se imaginam para Portugal. Por exemplo, em conflito com a solução do gás natural está a solução do recurso às centrais nucleares. Algumas pessoas perguntam se, uma vez que se verifique o advento do gás em Portugal, fica afastado definitivamente o perigo dessas centrais. Penso que não, não se pode ser tão optimista, tão ingénuo com isso, porque já não é a primeira vez que existem conflitos entre grupos capitalistas, de inte-

resses diversificados, que em determinadas circunstâncias se opõem e, há exemplos disso, até já provocaram guerras que desvastaram países inteiros. De qualquer maneira acho razoável e ajustado pensar que quanto mais forte for o desenvolvimento do gás natural em Portugal, menor é a probabilidade da implantação, pelo menos a curto e a médio prazo, de centrais nucleares.

O que garantidamente se irá passar em termos de distribuição de gás natural em Portugal, a longo prazo, é o mesmo que se passa já em toda a Europa — a existência de grandes gasodutos, que fazem a grande distribuição, e depois as redes, com secções e pressões cada vez mais baixas, até chegar a casa do consumidor. É perfeitamente legítimo estar seguro que no nosso país acabará por existir um gasoduto ao longo de todo o litoral, que é onde se centra a maior densidade de população e a grande indústria, um gasoduto em comunicação, certamente, com a Espanha, pela Galiza, com ligação para Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, encaminhando-se até ao Sul para o Algarve, penetrando novamente em Espanha. A ligação com a Espanha far-se-ia, com certeza, também numa zona central, que se prevê já neste momento ser feito da região em torno de Coimbra até Valladolid, que, como referi já, é o local onde agora termina a rede espanhola.

A partir desta rede fundamental desenvolver-se-á depois toda a rede de mais pequena distribuição em torno dos grandes centros.

Aliás, quero ainda assinalar outro problema ao qual também vale a pena estar atento. Devido a certas concepções militares retrógradas, e de certa maneira baseando-se ainda em conceitos de guerra fria, que felizmente estão cada vez mais ultrapassados, o gasoduto, que está imaginado já por alguns, ligando a rede portuguesa à rede espanhola, teria dimensões muito superiores às necessárias para abastecer o nosso país. Isso significa que se prevê poder vir a abastecer a Europa, ou pelo menos uma parte importante, a partir da sua zona mais ocidental, — uma estratégia da NATO, certamente. Para já, o mais perigoso disto

tudo é que venha a ser o nosso país a pagar a maior parte da factura que diz respeito a esta despesa dos «strategos» da NATO. É uma ameaça a que também temos de estar atentos, já que estas questões do gás envolvem verbas avultadíssimas, que despertam sempre apetites políticos, financeiros e pessoais muito elevados.

Acerca ainda do abastecimento do gás em Portugal interessa esclarecer uma outra questão. Mesmo enquanto ele não existir no nosso país é perfeitamente possível que uma rede dimensionada funcione, provisoriamente, com outro gás muito simples de obter localmente — o ar propanado. O ar propanado, uma mistura de propano com ar, já se produz no nosso país em mais do que um local, a partir da destilação do petróleo e da sua mistura com o ar. Este gás tem características de queima extremamente semelhantes às do gás natural, o que significa que, sem qualquer necessidade de transformação na rede, sem qualquer ajuste nos aparelhos de queima que estão em casa de cada um, se pode utilizar enquanto não chegar o gás natural.

No Porto já houve gás

Uma outra questão diz respeito ao que se tem feito nesta matéria, na cidade do Porto, tendo em conta a urgência da solução dos problemas energéticos, numa cidade em que por tradição foi incentivado o uso da electricidade e onde se assiste agora a um aumento acentuado das tarifas.

Talvez tenha interesse recordar que no Porto já existiu gás canalizado, começou a ser instalado há cerca de cento e cinquenta anos e nessa altura isso representou para a cidade uma vantagem extraordinária. Esse gás era utilizado quer para a iluminação da cidade, que até à altura se fazia queimando sebo e azeite, quer na indústria. Ainda hoje são assinaladas na própria Literatura as vantagens da sua introdução, que causou um grande espanto, que promoveu o seu desenvolvimento.

Esse gás funcionou durante bastante tempo. Era muito diferente do gás natural, era obtido a partir da destilação da hulha, que era por sua vez importada. Durante a última guerra houve muitas dificuldades na obtenção e havia descontinuidades no fornecimento desse carvão, pelo que, a certa altura, cessou a produção de gás na cidade, coincidindo então com o advento da energia eléctrica. A situação atingiu um tal nível que os tubos que estavam enterrados nas ruas, por necessidades de obtenção de metais, foram desenterrados e utilizados com outros objectivos. Hoje não existe qualquer vestígio dessa rede na cidade. Curiosamente, ainda há poucas semanas assisti à abertura ao público de um pequeno museu no âmbito de um dos serviços do pelouro que tenho à minha responsabilidade na Câmara do Porto, mais concretamente nos Afilamentos — as medidas da cidade —, lá estava instalada, precisamente um contador de gás que serviu nesse tempo, na cidade, e que hoje é uma peça raríssima no nosso país.

Isto são as coisas da História. Varmos pois agora ao que se tem feito. A Câmara do Porto, já no mandato anterior, constituiu uma comissão, de que fiz parte logo à partida, no sentido de estudar os problemas da eventual instalação do gás canalizado. Essa comissão trabalhou durante uns meses, aprofundou tecnicamente o problema. Eu próprio me dediquei especialmente a esta matéria e produzi um primeiro relatório que apontou, sem qualquer reserva, para a instalação do gás canalizado na cidade, com a utilização prévia do ar propanado, até à chegada do gás natural e à constituição de uma empresa intermunicipal no Grande Porto para fazer essa distribuição. A Câmara aprovou esse relatório, mandou a comissão, já neste mandato, para aprofundar os estudos, foram feitas viagens, em que participei e dirigi todos os grupos que fizeram visitas a Copenhague, Bordéus, Barcelona e finalmente a Vitória, no sentido de estudar as tecnologias que ali se utilizavam.

O resultado foi apresentado à Câmara e em simultâneo foi aprovada a proposta da comissão de que se fizesse um concurso público para realizar então estudos já especializados sobre a matéria, que pudessem desembocar, se a Câmara assim o entendesse, na própria instalação. Fez-se o concurso, que foi ganho pela SISMET e que realizou três tipos de estudos — estudos de mercado, de engenharia e estudos económicos e financeiros, na óptica do consumidor e na óptica empresarial.

É importante salientar que não se dirigiram exclusivamente para a cidade do Porto, mas sim para a região, isto é, eram estudos que envolviam os municípios em torno do Porto, nomeadamente Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

Concluímos em finais de 1987, em termos gerais apontam para a instalação de um anel de distribuição de gás em torno da Circunvalação — uma via que contorna toda a cidade —, anel que fechava junto ao rio e ao mar. A partir dele divergiria a distribuição, quer para a cidade, quer para os concelhos do exterior, progredindo a secções e pressões cada vez mais baixas, até chegar ao consumidor.

Naturalmente que o interesse do gás na nossa cidade dirige-se quer para interesses industriais, quer para interesses domésticos, sempre na área do aquecimento. No Porto, mal se tornou notório o interesse do município em vir instalar uma rede de gás canalizado, isso despertou de imediato apetites de vários grupos capitalistas no nosso país que, com o apoio, nem sequer camuflado, do Governo, nomeadamente da Secretaria de Estado da Energia, procuraram imediatamente tomar conta da situação. Na altura eu disse, e volto a dizer, que o gás natural, assim como os hidrocarbonetos, tem um cheiro especial para certos narizes capitalistas, tem um cheiro a dólar. De modo que houve imediatamente grupos que se movimentaram no sentido de poder vir a

controlar a evolução energética na nossa cidade, particularmente no momento em que também, faz agora um ano, a EDP, a mando do Governo — a EDP funcionou aí como testa de ferro do Governo —, fez o esbulho dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade à cidade do Porto e passava, portanto, a fazer uma subida de energia eléctrica perfeitamente à revelia dos interesses da cidade.

Neste contexto o problema do gás ainda se colocava com maior oportunidade e acutlância. Mas porquê uma empresa intermunicipal?

Eu tenho defendido insistentemente a solução intermunicipal para resolver o problema e fundamento este meu ponto de vista. É que uma outra solução baseada nos interesses privados, e que nem sequer, como acima referi, é corrente na Europa, aqui para nós teria uma desvantagem tremenda — os interesses privados ficariam, relativamente à distribuição energética, com a torneira e a bolsa na mão. Ou seja, poderiam, com o objectivo de maximizar os lucros, programar todas as prioridades para a distribuição do gás, nunca o fariam de forma a atender aos verdadeiros interesses dos municípios, mas sim de forma interesseira. Por outro lado, controlariam as tarifas do gás, por forma a, igualmente, maximizarem os seus lucros e não a fazer uma distribuição com qualquer sentido social.

Não se julgue, porém, das minhas palavras que o projecto é ruinoso ou não rentável. Bem pelo contrário, tendo já em conta a evolução das tarifas de energia eléctrica que estão a ser praticadas — isso tem, obviamente, uma grande influência nos presumíveis consumos do gás — está estudado e demonstrado, a partir dos estudos de mercado, de engenharia e estudos económico-financeiros que já referi, que a empresa intermunicipal a instalar no Porto seria rentável economicamente. A partir do sexto ano, daria resultados positivos, lucros, em suma, que a partir do décimo primeiro ano de exploração compensariam

inclusivamente os prejuízos acumulados nos primeiros anos.

Uma luta surda

De qualquer maneira tem havido, como é fácil de entender, uma luta surda e subterrânea, mas fortíssima, no sentido de influenciar a Câmara do Porto e os municípios em volta, relativamente às soluções energéticas a optar. Devo dizer que a deliberação da Câmara do Porto, em Outubro passado, foi, apesar de toda essa luta terrível, uma deliberação muito positiva. Primeiro, adoptou como base de todos os trabalhos no âmbito da distribuição do gás que viessem a ser assumidos, todos os estudos da SISMET. Segundo, decidiu instalar uma rede de gás canalizado na cidade do Porto e, na medida dos respectivos interesses, alargar essa rede aos municípios vizinhos. Ficou igualmente decidido que se arrancaria com o ar propanado, com as vantagens que também já referi atrás, e, futuramente, quando houvesse caso disso, se integraria a rede local numa rede nacional que previsivelmente acabará por existir.

Entretanto a situação evoluiu. Em Dezembro, e no âmbito das candidaturas aos fundos comunitários europeus, nomeadamente ao FEDER, verificou-se que as pressões funcionaram junto de alguns presidentes de Câmara que participaram na reunião promovida para o efeito sobre a égide da CCRN-Comissão Coordenadora da Região Norte. E cabe aqui um aparte sobre esta Comissão, que tem vindo a desenvolver no Porto o papel que lhe cabe como um órgão instrumental periférico do Governo, no sentido de controlo e de orientação das autarquias e até da intervenção nas suas competências próprias. Penso, por exemplo, que a constituição e funcionamento do órgão que referi — a Comissão Coordenadora da Região Metropolitana do Porto — é perfeitamente ilegal, abusiva, ilegítima, porque ultrapassa competências próprias das Câmaras e das Assembleias Municipais, que desta maneira são tripudiadas. O órgão, que funciona na

própria CCRN, capitaneado pelo presidente da CCRN, é a todos os títulos indesejável. É, pois, indispensável que se avance rapidamente na regionalização para tratar destes problemas de forma verdadeiramente legal e democrática.

Mas, em suma, os representantes desses municípios reuniram, — eu próprio representei a Câmara do Porto em boa parte da reunião, de maneira que conheço muito bem o que lá se passou — e alguns presidentes de Câmara, nomeadamente da Maia e de Matosinhos, manifestaram-se no sentido de não considerarem prioritário o interesse do gás canalizado para o acesso aos fundos do FEDER, na medida em que havia empresas privadas que se prontificavam a distribuir o gás nos seus próprios municípios. Aliás, a este respeito devo dizer que essas posições expressas pelos presidentes das Câmaras ou pelos seus representantes não são posições das Câmaras, que não deliberaram nada sobre essa matéria. São posições solitárias, (e eu conheço-as porque falei com outros vereadores das mesmas), que, na minha opinião, nem sequer respeitam a colegialidade dos órgãos que essas pessoas representam. Estão longe, portanto, de saber qual a posição que as próprias Câmaras venham a tomar sobre o assunto.

Além dessa questão, que não é de somenos importância, penso que essas pessoas, que são eleitos do PS, do PSD e do CDS, têm posições sem nenhuma visão regionalista, não têm em conta o interesse nacional e, sobretudo, não têm em conta o interesse dos próprios municípios.

O que é facto é que o Porto manteve a sua candidatura ao FEDER, autonomamente, não em termos de projecto intermunicipal. Nestas circunstâncias a CCRN não teve outras funções senão atribuir-lhe a prioridade mais elevada para a candidatura a enviar a Bruxelas e neste momento estamos a aguardar resposta. Estou convencido que, uma vez que o Porto avance na resolução do projecto, outros municípios não hesitarão em juntar-se-lhe no desenvolvimento desse trabalho. ■

OLL prepara 2.ª Assembleia

Como bate o coração do Partido

Nos dias 11 e 12 de Março vai realizar-se a 2.ª Assembleia da Organização Local de Lisboa do PCP, como noticiámos no último número, e a sua preparação — nomeadamente a discussão do projecto de relatório de actividade e proposta de orientação e trabalho — está a mobilizar os camaradas da OLL.

Foi no âmbito deste trabalho preparatório da Assembleia que conversámos com **Fernanda Barroso**, do Comité Central, **Vitor Sarmento**, do executivo do Comité Local de Lisboa, **Olinda Nunes**, do plenário do CLL, e **Luís Pais**, do organismo de direcção para o trabalho nas empresas da zona oriental de Lisboa.

Em foco esteve um dos aspectos fundamentais da vida do PCP: a ligação aos trabalhadores e a intervenção nas empresas — que são, como se disse na conversa de que de seguida damos conta, «o coração do Partido».

Como quase todas as trocas de opiniões, também esta só teve alguma dificuldade no arranque. Um tema tão vasto, tão importante, tão frequentemente tratado nas páginas do «Avante!»... Mas não há como começar, e foi o camarada Luís Pais que agarrou a «bola», contando a experiência da empresa onde trabalha.

Indep, por exemplo

— A célula do Partido na Indep foi e é uma célula importante, e vamos fazer todos os possíveis para que continue a ser; acompanhou sempre o desenrolar da situação e dirigiu a luta pelo pagamento dos salários e em defesa da empresa e dos postos de trabalho, quer pronunciando-se com documentos próprios sobre os problemas, quer dinamizando através dos militantes co-

As dificuldades fizeram-se sentir com mais força a partir da saída de mais de 900 trabalhadores em 1987; muitos eram quadros qualificados da empresa — e a produção sofreu com isso. Mas muitos eram destacados e experientes quadros comunistas, e a sua saída afectou o trabalho do Partido.

— A partir daí — refere Luís Pais — tem-se procurado garantir por parte do organismo de direcção da célula o acompanhamento da situação, encontrar soluções que se adaptem ao trabalho político nestas difíceis condições (depois das reformas antecipadas de 87 houve ainda a criação do quadro de excedentes, com mais de 200 trabalhadores, e lá foram mais alguns camaradas nossos...).

O trabalho dos comunistas nas estruturas representativas dos trabalhadores da empresa foi e é acompanhado por um organismo intermédio, com camaradas eleitos quer da



Fernanda Barroso, Olinda Nunes, Luís Pais e Vitor Sarmento na Redacção do «Avante!»

radadas das estruturas, procurando que as tarefas centrais do Partido possam ser melhor desenvolvidas.

Neste momento, a dificuldade já não era de quem contava a experiência viva da militância comunista nos locais de trabalho, antes de quem apenas a pode mostrar numa página de jornal. Mas avante.

Registemos ainda, das primeiras palavras do camarada Pais, que «outras forças políticas que sempre têm tido posições bastante divergentes das nossas e se têm mesmo colocado no lado oposto, em consonância com o Governo e a administração — caso dos socialistas — neste momento estão a atravessar problemas sérios que também são reflexo do que aconteceu nestes anos».

Há socialistas que reconhecem que foi errado terem definido a derrota dos comunistas como objectivo central e já o dizem, como já me disse um militante destacado do PS — referiu.

Reforçar o PCP: uma batalha para vencer

— As nossas maiores dificuldades de recrutamento surgem nas empresas e têm a ver com estes aspectos de que o camarada Pais falou — são já palavras de Fernanda Barroso; sublinhou ser também nas empresas que «surge um grande envolvimento dos camaradas na luta dos trabalhadores, o que leva a que se esqueçam as possibilidades de simultaneamente reforçar o Partido».

— Na Indep — acrescentou —, com todo o clima de repressão e de perseguição, que tem por alvo sobretudo os comunistas, é uma grande vitória dos trabalhadores e também do Partido ter-se conseguido eleger agora uma CT. Não esqueçamos que, devido à luta travada em 87 e 88, praticamente todos os elementos da anterior comissão de trabalhadores foram suspensos e passaram ao quadro de excedentários.

A camarada Olinda Nunes trabalha na Automática Eléctrica Portuguesa e começou por lembrar que, ainda recentemente, ela e outros membros das estruturas representativas dos trabalhadores daquela empresa do grupo Centrel deram uma extensa entrevista ao «Avante!». Sem se alongar, por isso, sobre os problemas que ali se vivem, come-

çou por recordar que «muito do que o Pais disse é válido para a AEP e para muitas mais empresas».

Quanto às questões mais ligadas ao trabalho do Partido, disse que «se as coisas não vão melhor em relação a tarefas do Partido mais ligadas à organização (a venda do «Avante!», o recrutamento, o funcionamento regular) isso, penso eu, tem a ver com o facto de muitos dos nossos esforços se dirigirem, antes de mais, para os problemas e a situação da empresa, para a mobilização dos trabalhadores e a luta de massas».

Além disso, referiu ainda a forma como às vezes se encara o recrutamento de novos militantes para o Partido:

— E depois (parece-me até que é uma falha que não se nota só na nossa empresa) há ainda camaradas que dizem: «antes de recrutar, vamos mas é organizar como deve ser os militantes que temos». É verdade que os novos camaradas deviam ter um acompanhamento melhor nos primeiros tempos do Partido. Mas não é aí que bate o ponto: estou convencida que se tivéssemos menos problemas nas empresas, podia-se melhorar em muito as questões de organização do Partido.

Fernanda Barroso aproveitou uma pausa para lembrar o quadro geral desta luta:

— Por um lado, a ofensiva tem sido conduzida para desmembrar, desarticular os grandes baluartes, as grandes empresas, com grande concentração de trabalhadores, procurando assim desmembrar em simultâneo o Partido. Por outro lado, o Partido está muito ligado aos trabalhadores e, apesar de toda esta ofensiva, são os comunistas que dirigem as lutas, mesmo em empresas onde a nossa influência é muito difícil. No entanto, não nos damos por satisfeitos, longe disso, e o grande objectivo da Assembleia é reforçar esta ligação e responder a algumas deficiências que temos no trabalho do Partido nas empresas.

A ofensiva faz-se sentir também de outras formas, e nomeadamente no plano ideológico — recordou o camarada Vitor Sarmento. — Isso viu-se recentemente, por exemplo, no procedimento da administração da Lisnave quando das eleições para a CT.

A Sorel é, para este camarada, «um caso muito elucidativo»:

— Em 1980, depois de uma acção de luta, foram suspensos dois

trabalhadores comunistas; o tribunal decidiu por mais de uma vez a sua reintegração; a empresa está a pagar-lhes o vencimento, mas a administração recusa-se a integrá-los na empresa e prossegue com manobras de diversão. Isto não é, de longe, caso único, nem na empresa, nem no concelho. Temos um caso semelhante no hotel Ritz, há agora a suspensão recente de camaradas nossos e outros activistas da comissão de trabalhadores da Petroquímica e Gás de Portugal... A ofensiva contra os militantes e os quadros do Partido é muito diversificada e muito forte, precisamente por serem eles que surgem à frente das lutas.

Na Organização Local tem um grande peso o trabalho a nível das 53 freguesias de Lisboa; além disso, há uma série de sectores profissionais, como se refere no documento em discussão, que não estão enquadrados organicamente na OLL.

— Às vezes — nota a camarada Fernanda — isto leva a que se subalterne o trabalho partidário nas empresas. Acompanhamos a luta, e são camaradas nossos que a encabeçam, mas depois há aspectos organizativos que ficam um bocado mais recuados. Vimos que, pela sua importância, as empresas, onde está o coração do Partido, precisavam que tomássemos algumas medidas para ajudar a resolver este problema.

Foi constituída na zona oriental de Lisboa uma estrutura específica do Partido para a direcção do trabalho partidário nas empresas — e já está a dar bons frutos. Também para empresas onde há maiores dificuldades, casos da construção civil e da indústria farmacêutica, foram decididas medidas organizativas para reforçar a influência e o trabalho do Partido — como informaram os camaradas.

A discussão está a decorrer, e outras medidas se seguirão, certamente. Um trabalho interessante é a realização de reuniões específicas com sectores em crescimento ou em transformação acelerada (escritórios, hotelaria, construção civil), com grande índice de precariedade de emprego, para conhecer melhor as condições de trabalho, a realidade dessas empresas, e discutir formas de aumentar a influência do Partido e ganhar mais trabalhadores para a luta em defesa dos seus direitos e interesses de classe.

Números de Lisboa

Em 1981, 74% da população activa estava no sector terciário; ou seja, os serviços representavam em Lisboa dois terços do total de emprego. A tendência actual é no sentido do aumento da terciarização e do número de quadros técnicos e intelectuais.

A classe operária está a ser expulsa da cidade, esvaziando-se os centros operários: nos últimos 5 anos encerraram 40 empresas industriais que empregavam 9160 trabalhadores enquanto outras 10 foram transferidas para fora do concelho.

No total — de acordo com um estudo ainda incompleto — encerraram na cidade 135 empresas que empregavam 13825 pessoas. Havia, além dessas, 13 empresas onde 10350 postos de trabalho estavam em perigo.

Um estudo recente, abrangendo 30 empresas industriais de média e grande dimensão (mais de 200 trabalhadores) mostrou que o emprego precário aumenta de forma preocupante. Isto tem a ver com substituição de trabalhadores efectivos por trabalhadores sem vínculo ou com a forma como é contratado o pessoal de novas empresas, tocando sobretudo sectores como a construção civil, centros comerciais, supermercados, hotelaria.

(Do documento preparatório da 2.ª Assembleia da OLL)

munistas a discussão e a mobilização dos restantes trabalhadores.

Mas, como referiu o camarada Pais, nem tudo são rosas, e há quem ande há muitos anos a semear só espinhos:

— É verdade que a nossa mensagem nem sempre foi entendida da melhor forma, houve em várias alturas dificuldade em fazer compreender algumas posições que defendemos e que o tempo se encarregou de mostrar que eram correctas. Esse trabalho continua. Mas o ataque à empresa, a destruição de postos de trabalho, o clima de repressão e intimidação, tudo isto torna muito difícil uma resposta pronta da organização do Partido à política do Governo e da administração da Indep.

fábrica de Braço de Prata, quer de Moscavide, para melhor coordenação. «Muitas vezes — regista o camarada Pais —, devido talvez a darmos muita atenção no Partido aos problemas da empresa e dos trabalhadores, foi esse organismo que cobriu as deficiências do funcionamento do próprio secretariado da célula».

— De qualquer das maneiras, penso que continuamos a ter na empresa uma célula reconhecida pelos trabalhadores como influente, a administração e o Governo não conseguiram destruir a organização e neste momento estamos a tentar uma reanimação de todo o trabalho, com a constituição de um novo secretariado de célula, com a reactivação do organismo central dos cama-

SETÚBAL

DORS do PCP marca Assembleia e comenta situação no distrito

Uma nova responsabilidade está já hoje na «ordem do dia» para os militantes comunistas do distrito de Setúbal: trata-se da 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional (ORS), marcada para Abril próximo. A decisão foi tomada numa recente reunião da DORS do PCP, realizada no Centro de Trabalho do Barreiro. Questões de âmbito político e social também aí estiveram em foco.

Eleição da nova DORS e preparação das batalhas eleitorais são duas questões que os comunistas de Setúbal irão abordar na sua Assembleia.

Preparar o Partido para enfrentar essas batalhas, mobilizando-o para uma ainda maior dinâmica, em torno das propostas para a resolução dos problemas do distrito e melhoria do trabalho partidário, dando seguimento às resoluções aprovadas pelo XII-Congresso do Partido, são objectivos globais a ter em conta.

Nas próximas edições do «Avante!» informaremos os nossos leitores sobre os trabalhos de preparação desta Assembleia.

Setenave e sector químico

A DORS, ao analisar a situação social do distrito, concluiu que o Governo Cavaco Silva continua a sua ofensiva contra sectores fundamentais para o desenvolvimento da região e do País, pondo em risco milhares de postos de trabalho, desmantelando empresas, a fim de mais facilmente entregar sectores económicos rentáveis e importantes ao capital privado.

Casos mais flagrantes são os que acontecem na **Setenave** e no **sector químico**.

Na **Setenave** 970 trabalhadores receberam cartas de despedimento, desenhando-se o maior despedimento colectivo feito em Portugal.

A DORS denuncia tal situação, apelando para a solidariedade activa com os trabalhadores visados e referindo que o único caminho capaz de impedir tal ofensiva é o da luta e da unidade na acção.

No **sector químico** grandes empresas estão a ser despojadas do seu património, desmanteladas, divididas, para serem posteriormente entregues de «mão beijada» ao capital monopolista nacional e estrangeiro.

Os trabalhadores do distrito têm lutado, como demonstram as diversas greves efectuadas com percentagens de adesão bastante elevadas, dando razão à ideia de que só com a luta os trabalhadores e todas as outras camadas prejudicadas pela política do Governo poderão defender os seus interesses legítimos e os seus direitos.

Os que sofrem

A DORS também chama a atenção para a situação difícil que estão a viver os moradores dos bairros sociais, perante os recentes aumentos que vão de 140 a 1700%, conforme já fora denunciado por um comunicado da responsabilidade da SIP/DORS e já distribuído aos moradores e à comunicação social.

Mais uma vez são os que menos têm os que mais sofrem.

Por último, no plano social, quanto à aplicação dos novos horários de trabalho para os trabalhadores abrangidos pelo Dec.-Lei 187/88 de 27 de Maio (administração pública-parte e local-totalidade), a DORS salienta a necessidade de atingir estes justos direitos:

1. Aplicação do horário de 40 horas semanais a todo o pessoal operário e auxiliar;
2. Garantia do respeito pelos direitos adquiridos (nos casos em que

os trabalhadores praticavam horários já inferiores);

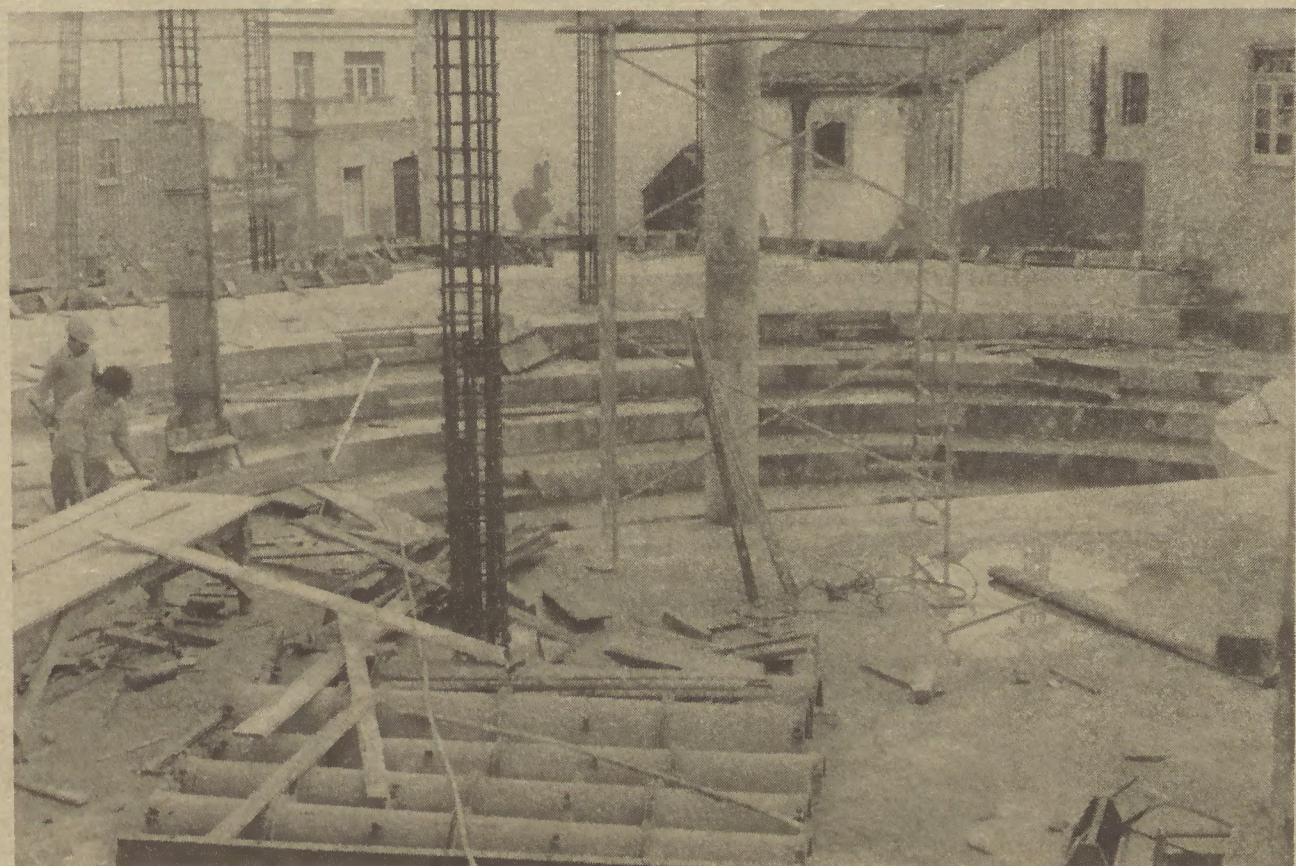
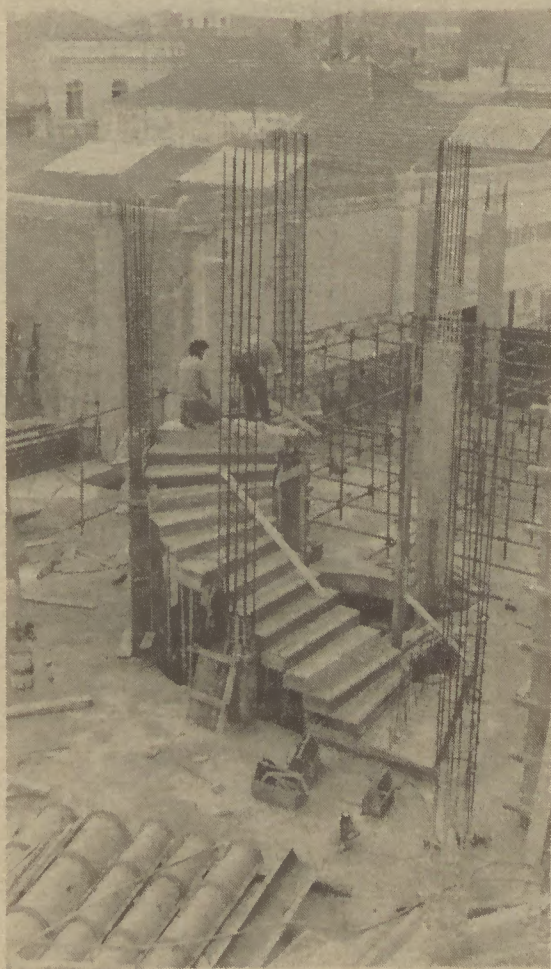
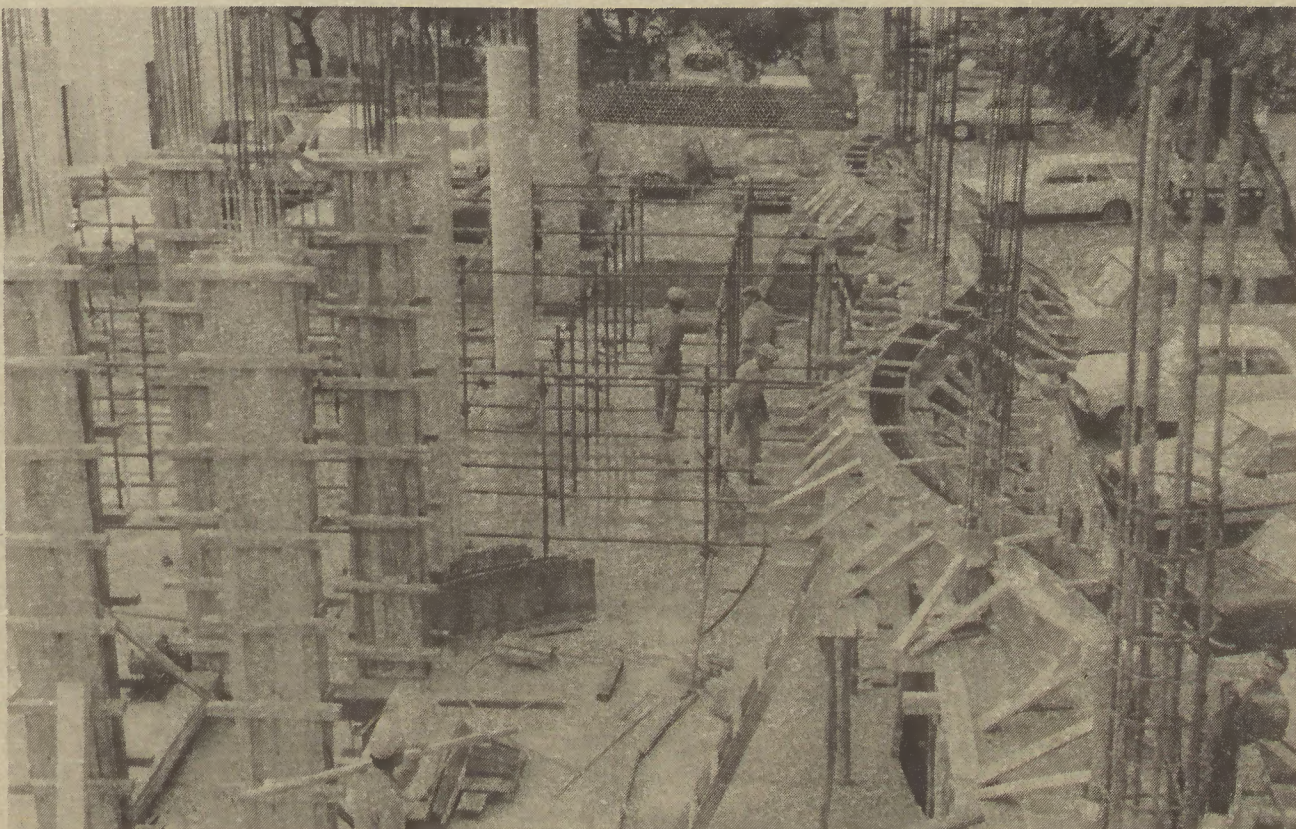
3. Audição obrigatória das organizações representativas dos trabalhadores, previamente à fixação concreta dos novos horários de trabalho.

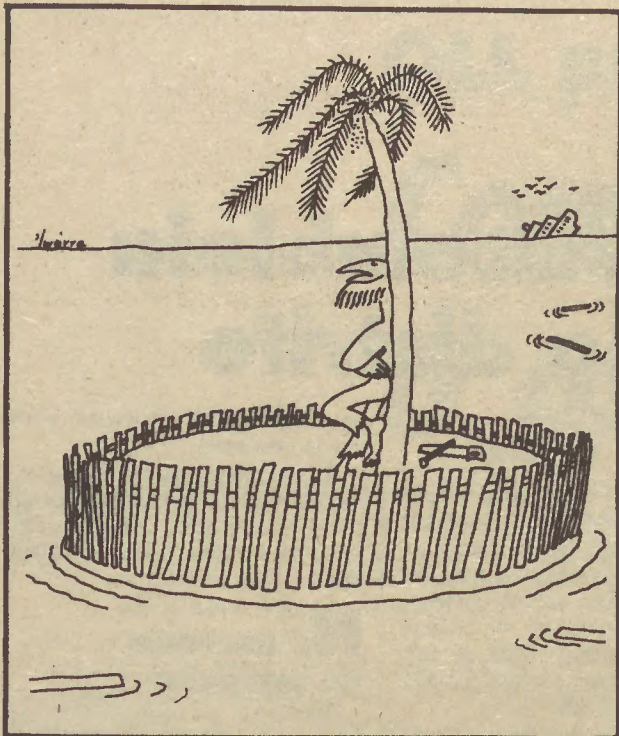
No interesse do progresso

Abordando as batalhas eleitorais deste ano, a DORS salienta o papel do reforço da unidade democrática, «no interesse das populações e do progresso», revelando:

«Na linha das orientações traçadas pelo XII Congresso para as próximas eleições autárquicas, iniciaram-se já contactos concelhios com outros partidos democráticos com vista à apresentação de propostas que mantenham em minoria a direita, condição essencial para o desenvolvimento do distrito, assegurando o bem-estar das populações e o progresso da região.» ■

O sonho aproxima-se da realidade. Em Setúbal, o novo Centro de Trabalho da Direcção Regional do PCP cresce e marca uma presença cada vez mais mobilizadora na Av. 5 de Outubro. E enquanto a obra avança, as organizações do Partido actuam e tentam levar mais longe a campanha «**60 mil contos para a luta dos trabalhadores**», na base da qual se responde aos múltiplos encargos desta grande obra. Dentro da campanha, o nosso destaque vai hoje para duas iniciativas bem diferentes nas suas características mas ambas com viva importância nesta campanha: o plenário distrital de fundos marcado para 18 de Fevereiro e a Festa da Amizade/edição 89, que este ano decorrerá em Almada a 5, 6 e 7 de Maio e com novos moldes...





Juntando os tarecos

A questão da moralização dos poderes está constantemente na ordem do dia. Agora, claro está, devido ao intrincado negócio protagonizado pelo ministro das Finanças. E a negociata está a dar tanto brado que até um antigo ministro da Qualidade de Vida, demitido na sequência de um escândalo de fuga de divisas veio a lume, emitindo, ao longo de toda uma página de um jornal lisboeta, a sua opinião. A páginas tantas, disse assim Francisco Sousa Tavares: «O facto em si, em face da dupla ou tripla fraude fiscal cometida — falseação do valor, atribuição de um valor colectável subavaliado, escamoteamento da obrigação de pagamento de sisa — é sem dúvida um facto menor e de valor desprezível. Mas a sua importância reside na sua significação e no seu simbolismo: o abuso dos poderes confiados a um ministro, a falta de respeito pelos serviços e pela honestidade dos processos, numa palavra o descaramento público, dum governante irresponsável. O Gabinete do sr. Primeiro-Ministro vem atestar a correcção e a legitimidade da actuação do sr. dr. Miguel Cadilhe em toda a vergonhosa história da aquisição da sua casa. É triste e é deplorável, que o sentido da moralidade e da seriedade da Administração Pública que se deve exigir a

um ministro, ceda perante a mística ultrapassada da magestade do poder e da intocabilidade dos governantes.»

Mercenários

Segundo «O Dia», contratam-se mercenários portugueses em Lisboa como quem vai a Sintra comprar queijadas. Parece que a oferta é grande (muitos deles foram militares em África) e «alguns dos recrutados encontravam-se em situação económica desesperada, pois estavam desempregados e com família por sustentar». A coisa é tão «simples» como isto: emissários vindos do exterior trazem referências sobre os portugueses a contactar. Sabem os locais onde eles habitualmente se encontram, ou mesmo as suas residências. Os contactos são aliantes». O «Dia» exemplifica com a história de «um compatriota nosso, valoroso soldado na luta contra o terrorismo em Angola (sic) nos anos 69/73, foi contratado para chefiar um grupo de guerrilheiros, onde já se encontram integrados outros portugueses». E prossegue no mesmo estilo, desembocando às tantas neste mimo: «julgamos saber que o mercenário, por necessidades económicas, quando voltar às suas origens irá investir no País o dinheiro que ganhou lá fora, criando vários postos de trabalho». Imagine-se! Os mercenários agora até são um «dinamizador económico»!

Pontos Cardeais

Tais dislates, característicos do «Dia», não nos mereceriam atenção e espaço se não fosse um pormenor. É que o «Dia», para ilustrar o texto, utilizou a foto da capa de um livro soviético sobre a África Austral (mostrando, por sinal, um sabotador racista sul-africano a rastejar), publicado em português pela Novosti e não se dando, sequer, ao trabalho de citar a fonte. De facto num texto de mercenários, que importância tem?

«Carote»

Pois. «Carote». É o que lembrou ao «diabo» dizer, num canto nobre da sua última primeira página, a propósito da revelação feita pelo «dr. Luís Marques Guedes, acessor do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros», pessoa que, com um título assim, deve ser para aí quase da importância do Nacib que fechava janelas na «Gabriela», mas isso não conta para o caso, interessa é que ele disse ao diabo que o Orçamento para 1989 inclui uma verba destinada à Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista no valor de 7450 contos, e o diabo acha que isto é «carote». Para justificar a opinião que não consegue exprimir num texto próprio mas que insinua com toda a força nos títulos, o escriba de serviço arrancou uma carta de um tal B. Duarte, que se supõe ser leitor e ser de Soure, e que diz coisas do arco-da-velha, sustentando que «não houve nunca em Portugal qualquer regime fascista, mas sim e tão somente um regime nacionalista e autoritário», pelo que a Comissão já devia estar extinta há muito, se calhar queria mesmo era dizer que nunca a avó dela devia ter nascido, mas não disse. Nem o acessor do secretário da presidência achou que valesse a pena tocar nestes pequenos detalhes da carta a que responde. Passou por

cima de tudo isto e do mais que lá vinha e fez só a revelação que interessava para que «o diabo» comentasse depois: «carote». Ó senhores, deixem-se de exageros. Será que não conhecem aí, no sítio onde fazem a vossa folheca, ninguém que esteja disposto a pagar muito mais para que os portugueses se esqueçam de uma vez por todas do fascismo?

O orgulho de Cavaco...

Às redacções dos jornais chegam quotidianamente exemplos significativos da política tipo «**quero, posso e mando**», com que administrações de muitas empresas vão actuando, à sombra da política e do estímulo cavaquista. O exemplo — um entre tantos possíveis — que já de seguida aqui deixamos vem do distrito de Braga e é, na verdade, um belo exemplo daqueles que deixa o Governo Cavaco cheio de orgulho. Nos parques industriais de Celeiros e Padim da Graça, e pavilhões do mesmo espaço fabril, da «Pachancho» já nasceram à sua sombra novas empresas: FPS — Fábrica Portuguesa de Segmentos, a ALBRA — Indústria de Alumínios, Lda, as Indústrias Metalúrgicas Pachancho e as Oficinas Metalúrgicas Peixoto, Lda. Trabalhadores com mais de 20 anos de serviço passam a contratos a prazo nas novas empresas; são retiradas máquinas de noite e no período de férias para evitar a oposição dos trabalhadores; a dívida da empresa de milhão e meio de contos e os salários aos trabalhadores não são pagos nas datas devidas e o 13.º mês ainda só foi liquidado 50 por cento, com o argumento que a empresa tem trabalhadores a mais. Foram atribuídos à empresa largos milhares de contos para a formação profissional (dos fundos da CEE), só que essa formação poucos a viram e em alguns casos dirigiu-se a pessoas com mais de 60 anos de idade...

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

A «bondade» dele...

Cavaco fala da injustiça de quem sofre o calvário do trabalho precário... na Suíça...
O poeta, afinal, é um macaco. Um autêntico marmanjo. Pois na Suíça, bem se vê, Cavaco é um coraçãozinho de anjo...

Às escuras

Subiu mais a energia desta vez
não só a energia da tropelia de fazer mal ao povo português mas a outra também. Também a luz teve aumento de truz...

Claro, claro, o que Cavaco almeja é que o povo não veja...

Universidade

Falou-se muito na autonomia da Universidade.
Mas qual a verdade hoje em dia?

Não há verbas no cabaz e assim em breve, na Universidade não haverá um tostão para a electricidade para a água, para o gás...

E, como o povo, já o poeta dirá:
Autonomia sem comedoria é gaita que não assobia...

A solução

Quem está em seu juízo e vê os fumos que vêm e vão sabe como é preciso conter a inflação.

Pois lá veio o ministro pra dizer que era isso o que o Governo ia fazer...

Pra já, não acredito e digo-vos de mim que fico até aflito quando oiço alguém de lá falar assim.

Sinceridade ali é o que não há. Quer o Governo então conter a poluição agora?
Pois sim. Então que se vá e já embora...

Desporto: nova modalidade

Está aí a proposta para o desporto nacional. Ninguém dela gosta e diz-se: seja como for, se aqui tudo vai mal com ela iria tudo pra pior...

Quer a «modernização» chegar ao porto do desporto depois de ter chegado à educação e à economia. Quem diria!

A malta é que os topa... Com esta proposta, no fundo, deixaríamos de ser os últimos da Europa para sermos os últimos... do mundo...

Cavaco ri. Tanto desporto encaixa este rapaz que até foi capaz de criar a modalidade da marcha... para trás...

Belo serviço: é campeão nisso...



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 788

2 de Fevereiro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Integração na CEE

A perspectiva e as propostas dos comunistas

- Visita de informação e estudo de Carlos Aboim Inglês ao Minho nos dias 2, 3 e 4. Duas sessões públicas: em Caminha no dia 2, em Famalicão no dia 4.

- Debate com Luís Sá: Acto Único Europeu e Constituição da República Portuguesa; os deputados comunistas e a defesa de Portugal no Parlamento Europeu. Em Aveiro, dia 4.

- Seminário com Carlos Brito: A Ria Formosa e a CEE — que futuro? Pescas, marisco, turismo, poluição, urbanismo, legislação — que incidências? Em Olhão, no dia 4.

Debate

Transportes na região de Lisboa

Os deputados comunistas eleitos por Lisboa e a ORL do PCP promovem no próximo dia 9, quinta-feira, na Galeria Municipal da Amadora, um debate público sobre problemas de transportes na região de Lisboa, com especial incidência na Linha de Sintra.

Com este debate pretende-se apurar informações e opiniões que possam enriquecer a interpelação ao Governo que o PCP vai apresentar no dia 14 de Fevereiro, centrada nas questões do bem-estar e desenvolvimento, abordando especialmente o desenvolvimento regional, a regionalização e o reforço do Poder Local.

Quinta

• LISBOA

6.ª Reunião da Coordenadora CDU da Cidade de Lisboa, na perspectiva das próximas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais. Na Casa da Imprensa (R. Horta Seca, 20, ao Lg. de Camões), a partir das 21.00.

• OLHÃO

«A Ria Formosa e a CEE» — seminário promovido pelos deputados comunistas do Parlamento Europeu, com a participação do camarada Carlos Brito, da Comissão Política, deputado pelo Algarve. Às 15.00, no salão nobre da Câmara Municipal.

• LISBOA

Plenário da organização da freguesia de Marvila, preparatória da 2.ª Assembleia da OLL. Às 15.00 no CT de Marvila.

• MAIA

Convívio de jovens no Centro de Trabalho, a partir das 21.30.

lho, a partir das 21.30.

• ALGÉS

Plenário de militantes do Comité Local de Algés. No Centro de Trabalho de Algés a partir das 15.30.

• VILA FRANCA DE XIRA

«Trabalho de Direcção e Política de Quadros» — seminário promovido pela Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira no Centro de Trabalho de Alhandra, a partir das 14.30, com a participação do camarada José Casanova, da Comissão Política do CC.

• ÉVORA

«Informação e Comunicação Social na área do Poder Local» — encontro regional promovido pela CDU no salão nobre do Teatro Garcia de Resende, com início às 10.00.

Segunda

• PORTO

Reunião de quadros da célula da Efacec, às 9.00 no CT da Boavista.

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da OLL: da célula da J.B. Fernandes (Comércio), no CT de Marvila às 18.00; de Diversos da Baixa (Comércio), no CT Vitória às 13.00.

Sessão pública comemorativa do 28.º aniversário do início da luta armada de libertação em Angola. Às 21.00, na sede da Associação de Amizade Portugal Angola, com a participação do embaixador em Portugal, Mawete João Baptista.

• CAMINHA

«Portugal e o Mercado Único da CEE em 1992: as perspectivas e propostas do PCP» — colóquio orientado pelo camarada Carlos Aboim Inglês, também com a participação do eng. técnico agrícola Cerqueira Rodrigues. Às 21.30 no salão nobre da Câmara Municipal de Caminha.

Sábado

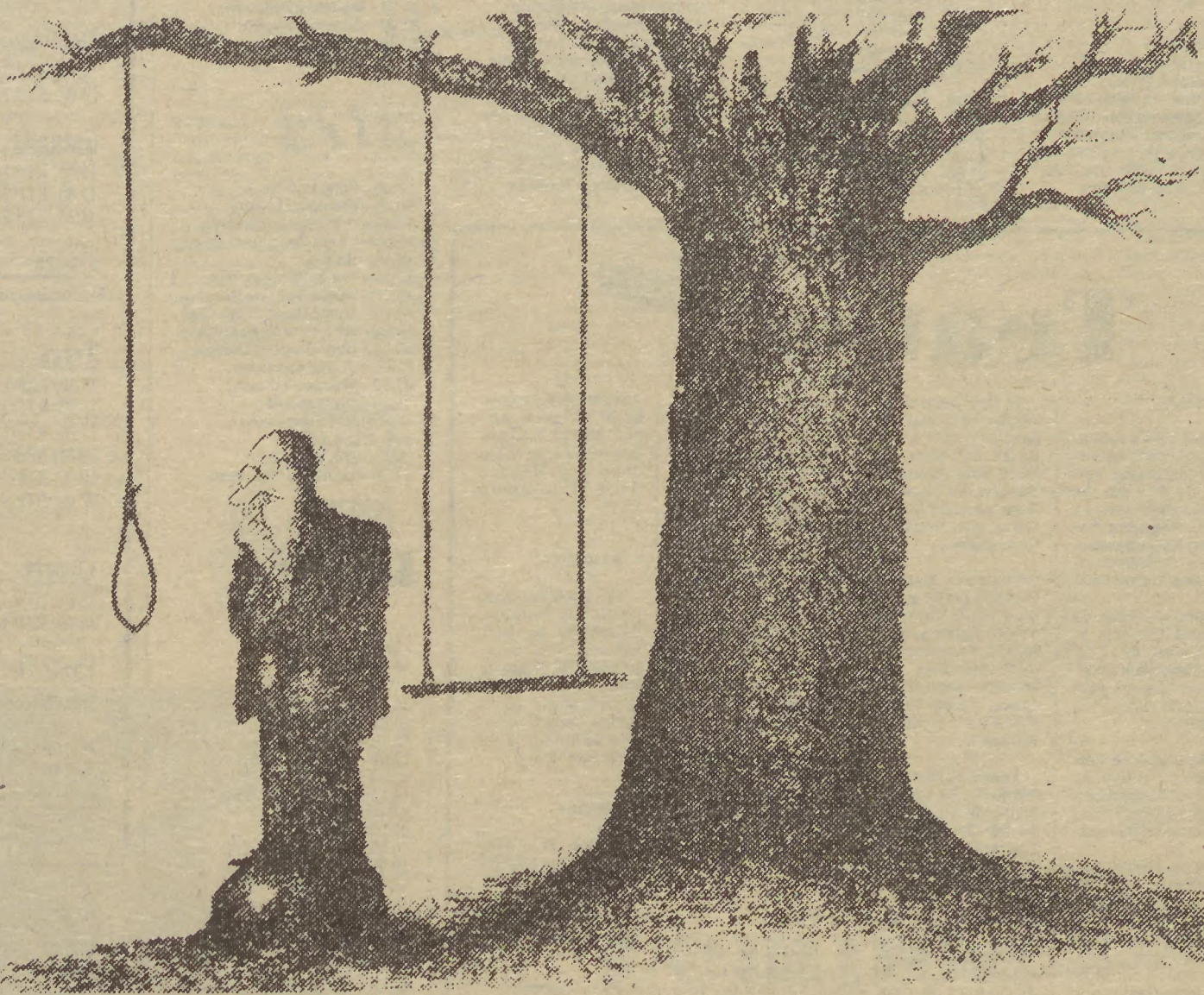
• FAMALICÃO

«Portugal e o Mercado Único Europeu em 1992: coesão económica e social e desenvolvimento regional» — colóquio com a participação de Carlos Aboim Inglês e do jurista Óscar Jordão Pires.

Às 15.00, na Casa da Cultura de Famalicão.

• AVEIRO

«Acto Único Europeu e Constituição da República Portuguesa» — sessão e informação e debate promovida pelos deputados comunistas portugueses do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, orientada por Luís Sá, da Comissão Política do CC. Às 15.00, na biblioteca



RENCK, Vladimir — Checoslováquia. 1.º Prémio e medalha de ouro em «Humor Geral», na 5.ª Bienal de San António de Los Baños — Cuba 1979.

TV

o Programa

Quinta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique (49.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Ilha da Fantasia (16.º epis.)
14.15 – A Princesinha (5.º epis.)
14.40 – No Mundo da Ciência
15.05 – Robbie Robertson e Steve Miller
16.05 – Animais de África (14.º epis.)
16.30 – Ponto Por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Falar Português
20.30 – Passerelle (88.º epis.)
20.50 – Mobil, Nos Caminhos de Portugal («A Festa do Vinho»)
21.05 – Ecos (2.º epis.)
22.00 – Canto Alegre
23.00 – 24 Horas
23.30 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas (151.º epis.)
15.25 – A Casa de Irene (39.º epis.)
15.55 – Magazine de Cinema
16.30 – Quem Sai aos Seus (32.º epis.)
16.55 – Helena (152.º epis.)
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – A Malta de Bronx (12.º epis.)
19.00 – Music Box (European Top 40)
19.55 – No Limiar da Realidade (35.º epis.)
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude (62.º epis.)
21.55 – Hora da Verdade
22.55 – Hitchcock Apresenta...

Sexta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Chateaubillon (9.º epis.)
14.25 – Imagem e Imagens
15.05 – Uno, Due, Tre («La Vela D'Oro 1988», prod. RAI)
16.05 – Animais de África

16.30 – Ponto Por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Falar Português
20.30 – Passerelle
20.50 – Telemundo
21.15 – Teatro: «A Viúva Contente»
22.55 – 24 Horas
23.25 – Remate
23.40 – Pela Noite Dentro: «Desaparecimento Misterioso». Real. de Roger Young (EUA/1985, 97 min., inédito em Portugal).

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha
16.55 – Helena
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Vestígios (2.º epis. – Tikal e a civilização Maia)
19.00 – Music Box (Rocking in the UK)
19.55 – No Limiar da Realidade
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
21.55 – Café Central
22.50 – Os Prazeres e as Sombras (3.º epis.)
23.45 – Rotações.

Sábado

RTP1

09.00 – Juventude e Família: «A Família Robinson», «Desporto e Ciência», «Era Uma Vez a Vida», «O Grande Pagode», «Bonanza»
11.55 – Seis Grandes Mestres (2.º prog.)
13.00 – Notícias
13.10 – Os Espectaculares Recordes Guinness
13.35 – Parlamento
14.05 – Sessão da Tarde: «Dois Homens e Um Cão». Real. de Jeffrey Bloom (Canadá/1975, 93 min., inédito em Portugal)
15.45 – Vivamúsica
16.35 – Crime, Disse Ela (5.º epis.)
17.25 – Xutos e Pontapés
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.30 – Tony Bennett
22.45 – A Ilha (5.º epis.)

23.35 – Cinema da Meia-Noite: «O Touro Enraivecido». Real. de Martin Scorsese (EUA/1980, 128 min.).

RTP2

09.00 – Compacto Music Box
11.40 – A Nossa Turma
12.50 – Compacto Brega e Chique
16.00 – Estádio
19.30 – Magazine de Cinema
20.00 – Music Box (Power Hour)
20.50 – Elogio da Leitura
21.15 – Hill Street
22.10 – Concorde, ou Talvez Não
23.45 – Basquetebol Internacional.

Domingo

RTP1

09.00 – Juventude e Família: «Uma Partida e Peras», «Joy of Europe», «Uma Pequena Maravilha»
11.15 – Missa
12.05 – 70x7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Os Amigos de Gaspar
13.40 – Estude-o
15.05 – Primeira Matinée: «Sal e Pimenta». Real. de Richard Donner (Grã-Bretanha/1968, 101 min.)
16.25 – Clube de Amigos Disney
19.00 – O Justiciero
20.00 – Jornal de Domingo
20.35 – Ah, Uma Coisa do Outro Mundo
21.05 – Deseja-me Sorte (5.º epis.)
22.05 – Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 – Troféu
13.00 – Caminhos
13.30 – Novos Horizontes
13.50 – Veterinário de Província (13.º epis.)
15.00 – Troféu
17.00 – Idéias e Negócios
17.50 – A Bela e o Monstro
18.40 – Século XX (Japão)
19.30 – Primeiro Andamento (Paulo Santiago)
20.00 – Quem Sai aos Seus
20.25 – Artes e Letras (Mann)
21.25 – Cineclube: «Hitler's Madman», de Douglas Sirk (EUA/1943, 84 min.)
23.00 – Música n'América.

Segunda

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – O Império de Carson (32.º epis.)
14.15 – Um Amigo Especial (33.º epis.)
14.40 – Larry Carlton
16.05 – Animais de África
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Passerelle
20.55 – O Carnaval nas Noites do Rio de Janeiro.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha!
16.55 – Helena
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – «Andrea's Story» (telefilme)
19.00 – Music Box Especial
19.55 – No Limiar da Realidade
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – O 7.º Direito (16.º epis.)
22.00 – Conta Corrente
22.25 – Ópera «Gloriana», de Benjamin Britten.

Terça

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Dallas (19.º epis.)
14.15 – Brinca Brincando
15.30 – Desfile de Carnaval
17.00 – Stars in Der Manege
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.13 – Falar Português
20.20 – Passerelle
20.55 – Modelo e Detective
22.00 – Carnaval no Rio
23.30 – 24 Horas
24.00 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Elogio da Leitura
15.50 – Primeiro Andamento
16.30 – Lá em Casa Tudo Bem...
16.55 – Helena
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.05 – Music Box (Via Rápida)
19.00 – Music Box (Off the Wall)
19.55 – No Limiar da Realidade
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude (60.º epis.)
21.55 – Cinemadois: «A República dos Cucos», real. John Landis (EUA/1978, 104 min.)
24.00 – Lusitânia Expresso.

Quarta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Fama (30.º epis.)
14.15 – A Minha Família e Outros Animais (3.º epis.)
15.05 – Country Session
16.05 – Animais de África
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro (1.º progr.)
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Passerelle
20.50 – Vamos Jogar no Totobola
21.15 – Lotação Esgotada: «1941 – Ano Louco em Hollywood», real. Steven Spielberg (EUA/1979, 114 min.)
00.05 – 24 Horas
23.55 – Remate.



Filmes

«Desaparecimento Misterioso» — 6.ª, 23.40, RTP-1
«Dois Homens e um Cão» — sáb. 14.00, RTP-1
«O Touro Enraivecido» — sáb., 23.35, RTP-1



«Sal e Pimenta» — dom., 15.05, RTP-1
«Hitler's Mad Man» — dom., 21.25, RTP-2
«A República dos Cucos» — 3.ª, 21.55, RTP-2
«1941, Ano Louco em Hollywood» — 4.ª, 21.00, RTP-1

Música

Quinta

15.05, RTP-1: Robbie Robertson
19.00, RTP-2: Music Box

Sexta

15.05, RTP-1: Vela d'Ouro 1988
19.99, RTP-2: Music Box

Sábado

09.00, RTP-2: Compacto Music Box
11.55, RTP-1: Seis Grandes Maestros — Peter Maag
15.45, RTP-1: Vivamúsica
20.00, RTP-2: Music Box (Power Hour)
21.30, RTP-1: Tony Bennett

Domingo

19.30, RTP-2: Primeiro Andamento
23.00, RTP-2: Música n'América

Segunda

14.40, RTP-1: Larry Carlton
19.00, RTP-2: Music Box Especial
21.30, RTP-1: Carnaval no Rio

Ópera

«Gloriana», de Benjamin Britten:
2.ª, 22.25, RTP-2

Terça

15.30, RTP-1: Desfile de Carnaval
15.50, RTP-2: Primeiro Andamento
17.00, RTP-1: Stars in Der Manege
18.00, RTP-2: Music Box (Via Rápida)
19.00, RTP-2: Music Box (Off the Wall)
22.00, RTP-1: Carnaval no Rio

Quarta

15.05, RTP-1: Country Session
19.00, RTP-2: Music Box (Hit Machine)

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.45), 6.ª (23.40), 3.ª (24.00) e 4.ª (00.35)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 00.45
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Basquetebol — RTP-2, sáb., 23.40
Troféu — RTP-2, dom., 9.00 e 15.00
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.15

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha!
16.55 – Helena
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – A Rota da Seda
19.55 – No Limiar da Realidade
19.00 – Music Box (Hit Machine)
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude



21.55 – O Primo Basílio
22.40 – Magazine de Teatro.

Teatro

o Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). De 3.ª a sáb., às 21.45, sab. e dom., às 18.00. **Pequeno Rebanho Não Desesperes**, de Christian Giudicelli, enc. António Feio.

Comuna, Praça de Espanha. 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Amazónia Ano 2000**, dir. e enc. Darcy Figueiredo, pelo Pinus Ploft (Brasil).

Ritz Clube, R. Glória. De 3.ª a dom., às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23, dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Seis**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

Teatro do Bairro Alto (R. Ten. Raul Cascais, 1-A). De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Vida e morte de Bamba**, de Lope de Vega, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro D. Maria II (Rossio). De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Fausto, Fernando, Fragmentos**, de Ricardo Pais, com texto de Teresa Sobral Cunha, a partir de inéditos de Fernando Pessoa.

Teatro Ibérico, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à Luz da Lua**, de Carlos Fuentes, enc. José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, José Duarte e Mário Zambujal, enc. Rui Mendes.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª

a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Vilela, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• PORTO

Teatro, R. Heroísmo, 86. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16 e 21.30, dom. às 16. **Cerimónia para um negro assassinado**, de Arrabal, dir. Moura Pinheiro, pelo TEAR.

Teatro do Campo

Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

• ALMADA

Teatro Municipal (R. Conde Ferreira). De 2.ª a 6.ª, às 18.30, sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **D. Filipa de Vilhena**, de Almeida Garrett, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (até 19/2).

• ESTORIL

Casino (Pr. J. Teodoro dos Santos). De 3.ª a dom. às 21.30. **Plaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.

• Para Crianças

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 – ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

Cinema

A selecção



		David Lopes	M.M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assalto ao Arranha-Céus	★★★★	★★★★	—	★★★★
B	A Mulher do Próximo	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Quem Tramou Roger Rabbit?	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D	Tucker	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. John McTiernan — **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15): **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Hollywood/2** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45): **Las Vegas** (15.30, 18.30, 21.45); **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
 B — Real. José Fonseca e Costa — **Hollywood** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**.
 C — Real. Robert Zemeckis — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15): **Amoreiras/6** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Sétima Arte** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45); **Terminal** (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45); **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
 D — Real. F. F. Coppola — **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Amoreiras/4** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15); **Apolo/70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **S. Jorge/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Em **Lisboa** o destaque da semana vai mais uma vez para os concertos promovidos pela Gulbenkian. Assim, hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, no Grande Auditório, a **Orquestra Gulbenkian** com o maestro **Muhai Tang** e o violoncelista **Timothy Landauer** interpretam obras de Glinka, Elgar e Stravinsky (deste, a suite «O Pássaro de Fogo»).

Bilhetes de 750\$00 a 450\$00. Mas também a **Nova Filarmonia Portuguesa** vai estar esta semana em Lisboa, com o programa que tem vindo a apresentar em numerosas localidades: obras de Mozart, Luís Filipe Pires e Haydn. No Palácio Nacional da Ajuda, no próximo sábado às 21.30. Fora de Lisboa: em **Vila Franca de Xira** realiza-se mais um espectáculo da II Temporada de Música e Dança organizada pelo Município, a decorrer. Trata-se esta semana de um recital de **Gláucia Leal**, que tem lugar no próximo domingo, às 16 horas, no Ateu; em **Almada**, promovido pelo Centro Cultural, um outro recital — este de violino e piano, por **Aníbal Lima** e **António Rosado**. Obras de Schubert, Paganini, Tchaikovsky e Saint-Saens. No sábado, às 21.30, no Teatro da Academia Almadaense.

Bailado
 No Grande Auditório Gulbenkian, o **Ballet Gulbenkian** termina a série de espectáculos com o programa estreado há poucos dias e que inclui três bailados em estreia absoluta. No dia 3 às 21.30, dia 4 às 16.00 e 21.30, dia 5 às 16.00. Bilhetes de 750\$00 a 400\$00. Também em Lisboa mas no Teatro Municipal de S. Luiz, a **Rambert Dance Company** (Grã-Bretanha) apresenta-se em quarto espectáculo — os últimos da digressão que efectua no nosso país: nos dias 2 e 3 às 21.30 (I programa) e no dia 4 às 21.30 e 5 às 16.00 (II programa). Bilhetes de 2000\$00 a 400\$00.

Bailado

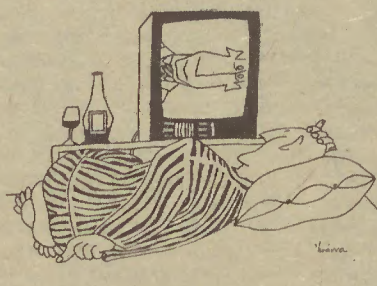
Carnaval
 Como é habitual, numerosas organizações do Partido aproveitam esta década para organizar convívios que, além de proporcionarem bons momentos de confraternização entre camaradas e amigos, proporcionam ao



Partido receitas — fundos imprescindíveis à nossa actividade. Dessas iniciativas destacamos duas: a Festa de Carnaval que decorrerá na noite de segunda-feira no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, e o Baile de Carnaval marcado para a mesma noite no Centro de Trabalho de Algés, organizado pela Comissão de Freguesia de Carnaxide.

Cinema

Apesar de a maioria das salas que por norma organizam sessões especiais (e a preços mais baixos) se dedicar nesta quadra ao cinema cómico (às vezes cómico, às vezes tonto...), é possível nalgumas delas encontrar outro tipo de filmes. É o caso da **Cinemateca**, onde prossegue esta semana um ciclo de antestreias que inclui dois filmes britânicos



e dois soviéticos. Assim, hoje, às 18.30, **Eram Bom que Estivessem Aqui**, de David Leland (Grã-Bret./1987) e às 21.30, **Adeus a Matadora**, de Elem Klimov (URSS/1983); amanhã: às 18.30, **Bob e as Suas Mulheres** de Alan Clark (Grã-Bret./1987) e às 21.30 **A Comissária**, de Alexander Askoldov (URSS) — realizado em 1965 mas só recentemente estreado.

No Porto está a decorrer o **Fantasperto 89** — que este ano é sobretudo uma impressionante mostra do filme fantástico (e de «efeitos especiais») desta década de 80.



Na Gulbenkian, pintura de Lúcio Muñoz...

Exposições

• LISBOA

Albano da Costa Lobo — Fotografia. Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83). De 2.ª a sáb. das 10 às 19.

Alice Vinhas — Pintura. Gal. Leo (Trav. da Queimada, 48). De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 16/2).

Álvaro Lapa — Desenhos. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Anabela Costa — Esculturas de parede. Centro de Estudos Judiciários (Lg. Limoeiro). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 19. sáb. e dom. das 15 às 19. Até 24/2.

Ana Vasconcelos — Cerâmica. Clube 50 (Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª). De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20. Até 8/2.

«A Aventura Humana» e «Índios da Amazônia» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. Até 31/3.

Celeste Maia — Pintura. Gal. 111 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 10 às 13 (até 18/2).

Colectiva de escultura e tapeçaria (Maria da Luz, Teresa Catarina e Maria Clotilde). Soc. de Língua Portuguesa (Rua S. José, 41-2.ª). De 2.ª a 6.ª das 13 às 20. Até 14/2.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

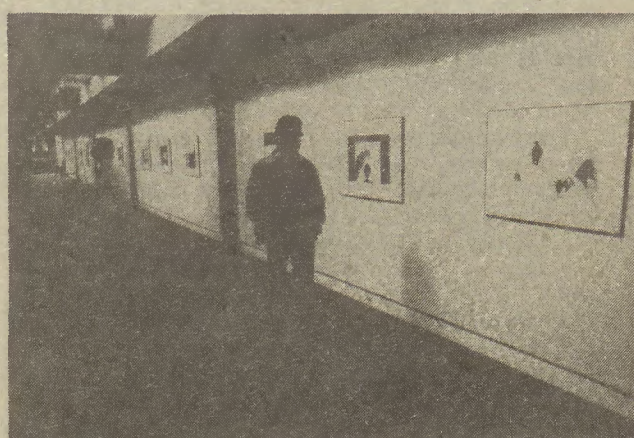
«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Fernanda Igreja e Elisabeth Figueiredo — Pintura. Gal. Bohemia (C. Marques Abrantes, 38-A). Até 11/2.

«Fernando Pessoa no seu tempo» — Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83). De 2.ª a sáb. das 10 às 19. Até Fev.

Gil Kalisvaart — Escultura. Gal. Barata (Av. Roma, 11-A). De 2.ª a sáb. das 12 às 23 (até 18/2).

Helena Horta Lobo — Tapeçaria. Espaço



... desenhos de Álvaro Lapa...



... e pintura de Mário Botas

Interni (R. Rodrigo da Fonseca, 51). De 2.ª a sáb. das 15 às 19.30. Até 11/2.

Imagens no Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.

Jorge Albuquerque — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas, R. Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 16 às 20 e das 21.30 às 24. Até fim de Fev.

Lúcio Muñoz — Pintura. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Luis Alves da Costa — Pintura. Alliance Française (Rua Braancamp, 13-1.ª). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30. Até 3/2.

Mário Botas — Pintura. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian, de 3.ª a dom. das 10 às 17, até 29/1. Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83). De 2.ª a sáb. das 10 às 19. Até 13/2.

Miguel Branco — Ga. Diferença (Rua S. Filipe Nery, 42). De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19. Até 5/2.

René Lalique, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Rogério de Freitas — Pintura. Clube 50 (R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª). De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20. Até 8/2.

Sebastião Rodrigues — Pintura. Gal. Lambertini (Av. Liberdade, 166). De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 24/2).

Traje popular nos arredores de Braga, tapeçaria de Vieira da Silva e tecidos Batik de Gudrun Stritzke — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4, 28/2 e 28/2, respectivamente.

• PORTO

Juan Carlos Savater — Pintura. Gal. Atlântica (R. Galeria de Paris, 67-71). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30 (até 12/2).

Luis Furtado — Pintura. Gal. Inter Atrium (Av. Boavista, 1471) (até 12/2).

Rogério Ribeiro — Pintura. Gal. Nasoni (Rua da Galeria de Pa-

ris, 80). De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30. Até 8/2.

• OUTRAS LOCALIDADES

«António Sousa» — «Aspectos da Vida Quotidiana, Angola», fotografia. Palácio Anjos. Das 14 às 20 (até 12/2) ALGÉS.

«Ver desenho» — Gal. Municipal (Av. Nuno A. Pereira, 74-A). De 3.ª a dom. das 15 às 23. Até 5/2. **ALMADA**. **Colectiva de Pintura e Escultura** (Fernando Ançã, Francisco Gaia, José Alves, Óscar Guimarães). Galeria Municipal (até 12/2) **AMADORA**. **Gravuras da colecção Gulbenkian** — Museu Rainha D. Leonor, de amanhã até 26 de Fevereiro. **BEJA**. **Colectiva de pintura** (Manuel Batista, Jorge Martins, Stuart Carvalhais, Carlos Calvet, Rogério Ribeiro, Eulírio Gonçalves, Dietmar Kilitz e Heribert Otterbach). Gal. Arcada. De 4.ª a 2.ª, das 11 às 13 e das 14 às 19. Até 15/2. **ESTORIL**. **Hugo Ferrão** — Desenho e pintura. O Outro Lado do Espelho (R. Alfredo Costa, 14). De 3.ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19, dom. das 15 às 19. Até 1/2. **SINTRA**. **Edições de arte** — gravuras de Vítor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-museu Alvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3. **TAVIRA**. **Colectiva de pintura** — Gal. Neupargama (R. Miguel Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19 **TORRES VEDRAS**.

Temos «CLAC»

A «CLAC» é uma revista da Organização do Ensino Secundário do Porto da JCP e saiu há dias o seu primeiro número (a periodicidade anuncia-se bimensal). Dizem os seus responsáveis que «da CLAC fazem parte todos os que aplaudem a ideia e o resultado», e «é uma demonstração clara da vontade de informar e de libertar».

Este primeiro número da «CLAC»

aborda temas tão diversos como rádios livres, subsídios para o teatro, ensino, emprego juvenil, paz, serviço militar obrigatório, a actividade dos jovens comunistas na Assembleia da República, discos, concertos, livros e computadores. Espaço também para a entrevista e o «cartoon».

Pelo número de estreia, auguramos para a «CLAC» uma sólida «claqué» de leitores. Força, malta!



... e ainda na Gulbenkian, os jovens e o livro

Tempo Fim de Semana



No sábado céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado no Sul, região onde, no domingo, podem ocorrer aguaceiros.

a TV

Dado irrefutável, diariamente comprovado: a informação na RTP anda atrelada ao Poder de forma vergonhosa. Ninguém de bom-senso se oporá a esta acusação. Pode é usar-se aqui mais um sofisma em que a imaginação dos tartufos é fértil: como os jornalistas se enquadram em determinada opção política, eles não têm culpa de que certas opções coincidam...

Não valerá a pena defender um suposto sofisma, em si mesmo indefensável, no plano ético (a prática de uma profissão) e no plano político — o carácter apartidário de um veículo de informação, como o é o da RTP-EP.

O que sucede é que o sector de informação da RTP se atrela ao Governo, como se atrela ao partido do Governo — como sei lá se atrelará simpaticamente a algumas personagens dentro desse partido!...

Recordemos o caso de Miguel Cadilhe e a sua compra de um andar nas Amoreiras. Repito o que já se disse: não será este o espaço indicado para desenvolver o tema. Simplesmente o caso existe. A opinião pública apoderou-se dele, os cafés, os autocarros, as ruas, as casas falam do assunto que a imprensa divulgou. Ou seja, em Portugal, toda a gente sabe. Toda menos a RTP...

Emendo: não será todo o Portugal, porque infelizmente a grande maioria da população não tem acesso aos jornais. O nosso país vem na cauda dos países da Europa no consumo da imprensa diária.

O silêncio da RTP serve, portanto, como uma cortina, como um biombo em volta de um assunto escabroso.

Fosse outro o interveniente, e seria igual o comportamento?

Nem vale a pena esperar pela resposta.

As jornadas badaladas

Dia 27 de Janeiro. Lá estou eu a ver o **telejornal**. Cá estou, indignado. Não com a RTP mas com certas pessoas (alguns amigos, até) que torcem a orelha quando se fala em campanha contra o Comunismo, em geral, e contra o PCP, em Portugal.

Cá estou. José Ricardo, correspondente da RTP em Nova Iorque (ena que luxo!) informa que as tropas soviéticas arrasaram algumas aldeias afgãs, matando a população civil. A mim, o que me espanta é como um correspondente em Nova Iorque **informa** com tamanha convicção e certeza sobre o que se passa no Afeganistão...

Cá estou. Na política nacional, temos Cavaco Silva, preocupado com os portugueses sem trabalho certo... na Suíça. Estão a ver como ele se preocupa conosco...

Depois, vem Cadilhe. Ele e Mota Amaral. Enfim, assuntos importantes. Aparece um ministro e o assunto fica logo engrandecido.

Ainda não chegava. Então foram à procura de Mira Amaral. Assim, o ramalhete ficou mais bem composto...

Mas o telejornal é perfeccionista. Quer fazer bem feito tudo o que faz. Compreende-se. Quando se trata de informar com isenção e inde... inde... inde... independência (desculpem, foi somente um espirro) não hesita diante de nenhum esforço. E lá encontraram ainda o ministro Valente de Oliveira mais a sua opulenta dentadura.

Nada, porém, igualou a atenção com que a RTP cobriu as Jornadas Parlamentares do PSD na Póvoa de Varzim. Foram reportagem, notícias, entrevistas, depoimentos em **todos** os serviços durante os dias de reunião, e mesmo antes. Fantástico! Era como se se tratasse de um Congresso — embora responsáveis do PSD garantissem que não se esperavam novidades...

Não sejamos maldosos. O PSD merece, coitado. Fala-se tão pouco dele na televisão...

«Escolhi-os a todos...»

Também dessas jornadas se ocupou a rubrica «Parlamento». Até se compreende, aqui, dada a matéria em causa.

Entrevistado o dr. Montalvão Machado limitou-se a um formidável estendal de sofismas. Na sua opinião «todo o entendimento é possível quando os partidos, em vez de uma política partidária, façam uma política nacional...»

Quer dizer: façam a política que interessa ao PSD...

Também lhe parece muito mal a eventualidade de acordos eleitorais entre o PS e o PCP. Horrora, horrora mesmo, foi aquela declaração de Jorge Sampaio de que o PS considerava agora o PSD como inimigo principal. Brrrr! Aquela gente vai toda para o inferno. Montalvão Machado tratar-lhe-á do passaporte.

Quanto às «guerras internas» dentro do PSD, ele desmente. Guerras? Não. Há desentendimentos. Aliás desmentem-se rumores. Bom, claro, há sempre quem... Mas é falso. Reina a maior harmonia. «A Direcção parlamentar do meu partido — diz-nos ele — foi escolhida por mim, nome a nome»...

Por aqui se vê a democraticidade de um partido «democrático», veja-se como «democraticamente» se constituem os órgãos dirigentes. Ponham aqui os olhos os outros partidos. Isto, sim, isto é que é democracia!

Reafirmou depois a vocação do PSD para o diálogo. Em admiro, palavra de honra, admiro como há pessoas capazes de dizerem as coisas sem se rirem...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A compra pelo ministro das Finanças, de um andar nas Amoreiras, continua a encher as páginas dos jornais. Como se todo este processo não desse pano para mangas, os jornalistas começaram a vasculhar e descobriram não um, nem dois, mas três casos. Três casos que atestam quão bem trata o nosso ministro das suas finanças.

Aí vai uma...

«Tudo começou em 29 de Janeiro de 1977. Cadilhe prestou declarações na Repartição de Finanças do concelho da Maia, com vista ao pagamento de sisa referente à compra de uma habitação na freguesia de Vermoim, propriedade de um médico do Porto. Apurou-se que o tributo era de 40 contos.

A escritura realizou-se a 1 de Fevereiro desse mesmo ano. Os vendedores declararam ter recebido os 500 contos que constavam do contrato. Até aqui, tudo bem. Só que Cadilhe queria ficar isento de sisa, o que se verificaria se beneficiasse do empréstimo concedido por uma «entidade competente».

No dia da escritura a família Cadilhe obteve a concessão de um empréstimo de 700 contos, feito pelo Banco Português do Atlântico. 500 contos destinavam-se à compra da modesta casa, e o restante serviria para o respectivo recheio.

O empréstimo de 500 contos era temporário, uma vez que Cadilhe estava a contar com um financiamento do Crédito Predial Português, no montante de 375 mil escudos, para amortizar a dívida ao BPA.

Sucede que, à data da compra da casa, a família Cadilhe ainda não tinha obtido os prometidos 375 contos.

Para ficar isento de sisa o actual ministro das Finanças tinha de conseguir convencer o Tribunal de que havia recorrido ao crédito da «entidade mais indicada». Na primeira instância saiu triunfante.

(...) Sucede, no entanto, que o processo chegou ao Supremo Tribunal Administrativo. O recurso teve o número 1517. Em 23 de Abril de 1980, os juizes António Patacas (relator), António Gomes e João de Matos mandavam revogar as decisões anteriores. E condenavam o então secretário de Estado, Miguel Cadilhe, a pagar, efectivamente, a sisa de 40 contos.

(«O Independente», 28/1/89)

... Aí vão duas...

«(...) No dia 17 de Fevereiro de 1986, Antónia Cadilhe em pessoa — e outorgando também «na qualidade de procuradora de seu marido, dr. Miguel José Ribeiro Cadilhe» — assinava, num cartório do Porto, a escritura pela qual recebia da Sociedade de Construções William Graham um apartamento no 9.º andar do n.º 252 da Rua Tenente Valadim (a que foi atribuído o valor de 7150 contos), dando-lhe, em troca, uma casa situada na Rua António Joaquim da Silva, na Maia (valorada em 6750 contos) e um «prédio urbano destinado a garagem», também situado na Maia, no valor de 400 contos. O preço estipulado para as propriedades permutadas equivalia-se, pelo que não houve lugar a qualquer outro pagamento.

Nos termos da escritura notarial, Antónia e Miguel Cadilhe declararam então formalmente que o apartamento adquirido se destinava a sua «residência própria e permanente». No entanto, o mesmo Cadilhe afirmou, em declarações recentes ao semanário «O Independente», que decidiu, nos finais de 1985, adquirir

casa em Lisboa, dadas as funções que então já exercia no Governo. De acordo com essas informações, o ministro terá concretizado a compra de um apartamento no edifício Strop, em Lisboa, ainda em 1985, mediante a entrega de um sinal de 400 contos (embora tenha feito a escritura notarial muitos meses mais tarde, por motivos a que foi alheio e que se prendiam com alegados «problemas financeiros» da firma vendedora).

Há, pois, dados que levam a crer que, mesmo antes de Fevereiro de 1986, o já então ministro das Finanças se terminara a morar em Lisboa e não no Porto, onde, apesar de tudo, declarou então pretender fixar «residência própria e permanente».

A compra desta casa na Rua Tenente Valadim ficou, por outro lado, isenta do pagamento de sisa, «nos termos do n.º 21 do artigo 11.º do Código da Sisa». Diz este número que fica dispensado daquela obrigação fiscal quem compre habitação «para residência permanente», desde que o preço da compra não exceda um determinado limite, fixado por lei. Ora, à data, esse limite estava já nos 10 mil contos, razão pela qual Miguel Cadilhe automaticamente teria direito à isenção, mesmo sem precisar, para isso, de alegar a figura de «permuta» — como agora fez, na casa das Amoreiras. A título de curiosidade, pode referir-se que o limite de 10 mil contos para a isenção de sisa foi fixado pelo Dec.-Lei n.º 5/86, publicado a 6 de Janeiro de 1986, precisamente com a assinatura do ministro Miguel Cadilhe, portanto um mês antes deste fazer a escritura da sua casa. Até 6 de Janeiro, o limite era de 5 mil contos.

(«Expresso», 29/1/89)

... Aí vão três

«O advogado do ministro das Finanças obteve o parecer sobre isenção de sisa na compra do apartamento das Amoreiras escamoteando à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, quer a sua qualidade de advogado, quer o facto de o T3 em causa se situar numa das Torres das Amoreiras, apurou «O Jornal» junto de fontes seguras daquele organismo estatal.

Se o dr. Mário Martins David, advogado do ministro Cadilhe, tivesse solicitado o parecer nessa qualidade, precisaram as mesmas fontes, os serviços da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos ter-se-iam recusado a emitilo, nos termos de uma norma interna que impede os técnicos juristas daquele departamento de fornecer pareceres a advogados.

Por outro lado, juristas daquela Direcção-Geral confirmaram ainda a «O Jornal» que, no pedido de parecer, o advogado do ministro Cadilhe não esclarece que a fracção a adquirir pelo preço de 17 490 contos era um T3 na Torre das Amoreiras. Se o tivesse feito, esclareceram aqueles juristas, e uma vez que é notório ser o valor de um T3 nas Amoreiras bastante superior, o parecer teria referido que a eventual isenção de sisa estaria dependente de uma avaliação, a fazer pelos serviços competentes do bairro fiscal da área (8.º Bairro).

Porém, o pedido de parecer foi feito em termos abstractos, referindo-se somente que a aquisição de uma fracção se fará por 17 490 contos, sendo o pagamento deste preço efectuado por permuta com outra fracção, no valor de 11 500 contos. Nada se diz quanto à localização e tipo das fracções em causa.

(«O Jornal», 28/1/89)

«(...) Neste caso de permuta de andares, a sisa incide sobre a diferença, isto é, sobre os 5990 contos. E como não ultrapassava os dez mil contos, a transmissão estava isenta de sisa, de acordo com os limites que vigoraram até ao final do ano passado.

Mas se o cálculo for feito entre os valores matriciais de ambos os prédios, a diferença obtida excede em muito os dez mil contos. Basta dizer que o valor matricial do andar de Miguel Cadilhe no Lumiar é de 3 645 090 escudos e que um apartamento do tipo do que adquiriu nas Amoreiras já valia em 1987, quando fez o contrato de promessa de compra e venda e permuta, uns 35 mil contos.

A diferença não será nunca inferior a 30 mil contos, restando apenas saber qual o valor que, de facto, lhe atribuiu a Repartição de Finanças. Apreciado o caso à luz da legislação então vigente, Miguel Cadilhe deverá pagar de sisa dez por cento da diferença que for obtida.

(«Fim de Semana», 29/1/89)

Os ecos

«(...) Que a falta de maturidade do dr. Cadilhe o leve a acumular erros sucessivos como governante — desde a liquidação da Bolsa de Valores mobiliários, às previsões, todas erradas, dos valores macroeconómicos do ano de 1988, e tenha criado no País para todo o cidadão consciente a convicção que a excepcional conjuntura mundial e a chuva de ouro da CEE, estão a ser desperdiçadas pela incoerente vaidade de um moço esperto, sem grande sentido de responsabilidade, já por si é um facto profundamente triste.

Mas que a par disso o ministro das Finanças, se permita exemplificar ao País que se cometem fraudes fiscais, como se abusa do Poder e se pode ficar impune — e ainda por cima ser coberto pela autoridade do senhor Primeiro-Ministro — é um pouco de mais.

Certamente o dr. Cavaco Silva, talvez também por insuficiência jurídica, não mediu bem a consequência de dar luz verde à voracidade argentária que do Governo ao partido alastra em cada dia, ameaça os alicerces da credibilidade nacional e estabelece uma fronteira cada vez maior entre o português que trabalha, sofre e paga, e o português que partilha o Poder e se senta à mangedoura. Mas tenho a certeza que se conhecesse os meandros em que se têm tecido as fabulosas fortunas que têm medrado neste pobre País nos últimos tempos, verificasse de novo a renascida insolência dos «ricos», o empobrecimento da classe média, e a ética financeira dos grandes grupos, não ficaria contente, nem se sentiria satisfeito com a perspectiva do seu próprio Governo. E talvez compreendesse a indignação legítima que nos assalta como povo, ao ver um ministro fazer uma exibição pública de impudor e de falta de escrúpulos, e em vez de ser convidado a uma demissão imediata — já que não tem orgulho suficiente para apresentar de *motu proprio* — ser sustentado na sua autoridade, apoiado nos seus erros e absolvido de qualquer culpabilidade.

A questão da moral é uma questão primordial de qualquer Governo e não pode nem deve ser resolvida pela invocação descabida da maioria absoluta.

(Francisco Sousa Tavares, in «O Seculo», 23/1/89)

Xadrez

CLXXXIX — 2 de Fevereiro de 1989

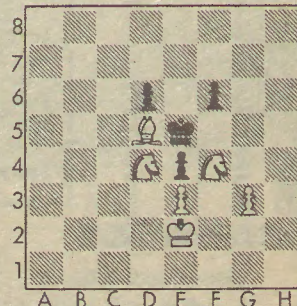
Proposição N.º 189-A

Por: E. Pavia

«La Dépêche du Midi», 21.IX.80

Pr.: [4]: Ps.d6, e5, f6-Ré5

Br.: [6]: Ps. e3, g3-Cs. d4, f4-Bd5-Ré2



Mate em três lances

...

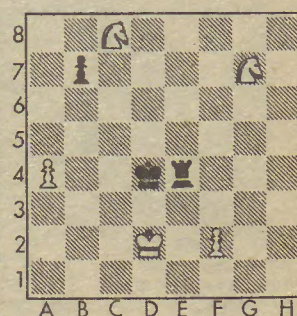
Proposição 189-B

Por: Henri Rinck

«Deutsche Schachzeitung», 1913

Pr.: [3]: Pb7-T64-Rd4

Br.: [5]: Ps. a4, f2-Cs. c8, g7-Rd2



Jogam as Brancas e ganham

...

Soluções do N.º CLXXXIX

Proposição N.º 189-A: 1. B6é,

f5; 2. Cd5, f4; 3. g: f4 ++

1., d5; 2. Cf5, d4; 3. éd4++

Proposição N.º 189-B: f3, T65;

2. Cb6, T:a5; 3. C66++

A. de M.M.

Damas

CLXXXIX — 2 de Fevereiro de 1989

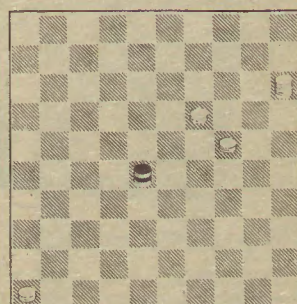
PROPOSIÇÃO N.º 189

Por: Jules Bourquin

— Suíça, 1850-1912

Pr.: [1]: (28)

Br.: [4]: (15)-19-24-26



Jogam as Brancas e ganham

...

GOLPE N.º 189

Por: R.C. Keller

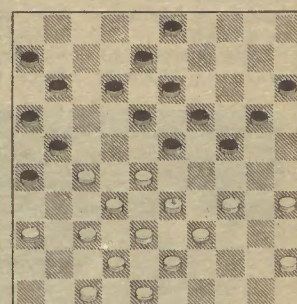
Campeonato da Holanda, 1948

Pr.: [15]: 3-6-8-11-12-13-15-16-

18-19-20-21-23-24-26

Br.: [15]: 27-28-32-33-34-35-36-

37-38-39-42-43-45-47-48



Numa «tentativa de falta» as Br. jogaram 34-30! e as Pr. «caíram» jogando: (24-29)?... e as Brancas fizeram Dama!

...

SOLUÇÕES

N.º 189 (J.B.): 19-14 e 24-20 e 20-14 e 15-4+

Golpe N.º 189 (R.C.K.): 34-30 [Tentando as Pretas!] (24-29) [as

Pr. «caem»], 33×24 e 38-33 e 30-24 e 28×19 e 37-31 e 36-31 e 48-43 e 42×2=D1+

A. de M.M.